



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

**NOMINALIZAÇÕES NO PORTUGUÊS BRASILEIRO:
ESTRUTURA ARGUMENTAL, FORMAÇÃO E MORFOSSINTAXE**

DÉBORAH CHRISTINA DE MENDONÇA OLIVEIRA

BRASÍLIA - DF

2014

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

DÉBORAH CHRISTINA DE MENDONÇA OLIVEIRA

**NOMINALIZAÇÕES NO PORTUGUÊS BRASILEIRO:
ESTRUTURA ARGUMENTAL, FORMAÇÃO E MORFOSSINTAXE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Linguística.

Área de Concentração: Teoria e Análise Linguística

Orientadora: Profa. Dra. Heloísa Maria Moreira Lima-Salles

BRASÍLIA - DF

2014

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília. Acervo 1017680.

Oliveira, Déborah Christina de Mendonça.
O48no Nominalizações no português brasileiro : estrutura argumental, formação e morfossintaxe / Déborah Christina de Mendonça Oliveira. -- 2014.
152 f. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) - Universidade de Brasília, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2014.
Inclui bibliografia.
Orientação: Heloísa Maria Moreira Lima de Almeida Salles.

1. Análise linguística. 2. Língua portuguesa - Semântica. 3. Língua portuguesa - Sintaxe. 4. Língua portuguesa - Morfologia. 5. Gramática gerativa. I. Salles, Heloísa Maria Moreira Lima de A. II. Título.

CDU 806.90(81)

DÉBORAH CHRISTINA DE MENDONÇA OLIVEIRA

**NOMINALIZAÇÕES NO PORTUGUÊS BRASILEIRO:
ESTRUTURA ARGUMENTAL, FORMAÇÃO E MORFOSSINTAXE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Linguística.

Comissão Examinadora:

Profa. Dra. Heloísa Maria Moreira Lima-Salles – UnB

Profa. Dra. Maria Cristina Figueiredo Silva – UFPR

Profa. Dra. Mariza Vieira da Silva – UCB

Profa. Dra. Enilde Leite de Jesus Faulstich – UnB

Profa. Dra. Helena da Silva Guerra Vicente – UnB

Profa. Dra. Eloísa Nascimento Silva Pilati – UnB (Suplente)

Aos meus grandes amores:

meus pais,

Jair e Célia,

e meu esposo,

Waelson.

AGRADECIMENTOS

Ah, não; amigo, para mim, é diferente. Não é um ajuste de um dar serviço ao outro, e receber, e saírem por este mundo, barganhando ajudas, ainda que sendo com o fazer a injustiça dos demais. Amigo, para mim, é só isto: é a pessoa com quem a gente gosta de conversar, do igual o igual, desarmado. O de que um tira prazer de estar próximo. Só isto, quase; e os todos sacrifícios. Ou - amigo - é que a gente seja, mas sem precisar de saber o porquê é que é.

(Guimarães Rosa, Grande Sertão: Veredas)

Agradeço primeiramente a Deus, Criador dos céus e da Terra, que me deu forças para finalizar esta jornada acadêmica. Deus, muito obrigada por me guardar, por me dar saúde e manter a esperança viva em meu coração. Eu sempre tive fé que os Seus planos para a minha vida não iriam se frustrar.

Agradeço a minha família, meus pais, Jair e Célia, que me apoiaram desde o início dos meus estudos e que me mostraram o valor da educação. Vocês sempre cuidaram de mim com muito zelo e dedicação. Muito obrigada! Aos meus queridos irmãos, Jaqueline e Junior, pelo apoio e momentos em família. Jaqueline, sou grata pelas conversas de desabafo e pelas saídas tão prazerosas. Ao meu esposo, Waelson, que me acompanhou nesta última jornada de perto, desde a seleção do Doutorado até a defesa. Meu querido, agradeço pelo apoio incondicional, pelo carinho e pela compreensão. Eu te amo muito! Desculpe as minhas ausências e as minhas muitas ocupações. Você tem sido um companheiro e tanto.

A minha orientadora, profa. Dra. Heloísa Salles, exemplo de dedicação à pesquisa e ao ensino, agradeço pela orientação precisa e pelos conselhos acadêmicos. Obrigada por acreditar em mim e por me incentivar a avançar na área. Vou levar sempre comigo essa gratidão.

As minhas amigas: Caroline Cardoso, Léia Silva e Virgínia Meirelles pelos telefonemas, e-mails e saídas sempre tão divertidas.

Ao amigo Marcus Lunguinho, pelas conversas ao telefone, pelas horas de estudo juntos, pelo incentivo e por dividir comigo os seus conhecimentos. Sou muito grata por sua amizade!

À colega de orientação, Bruna Elisa Moreira, com quem pude conversar sobre minha pesquisa e que sempre se mostrou muito amiga e compreensiva. Obrigada pelos e-mails e pela partilha. Agradeço também aos colegas de área, Ana Terra, Bruno Pilastre, Lílian Pires, Moacir Junior e Zenaide Teixeira pela companhia em congressos, disciplinas e pela partilha em momentos especiais.

Aos professores do PPGL, com quem pude aprender muito. Agradeço, em especial, às professoras Eloísa Pilati, Helena Guerra Vicente, Marta Scherre e Rozana Naves. Agradeço também aos professores Andrew Nevins e Helena Guerra Vicente pelo envio de material bibliográfico e por discutir comigo algumas questões desta pesquisa.

Aos professores que participaram do Exame de Qualificação e que fizeram sugestões e observações à primeira versão de parte deste trabalho. Obrigada aos professores: Andrew Nevins, Enilde Faulstich e Rozana Naves. Os problemas que eventualmente permanecem são de minha inteira responsabilidade.

Aos professores que gentilmente aceitaram participar da Comissão Examinadora desta tese de doutorado: Maria Cristina Figueiredo Silva, Mariza Vieira da Silva, Enilde Faulstich, Helena Guerra Vicente e Eloísa Pilati. Obrigada por compartilhar comigo suas observações e impressões sobre este trabalho.

Agradeço também aos meus colegas de trabalho da Universidade Católica de Brasília, que sempre me incentivarem nesta jornada. Agradeço, em particular, ao meu ex-diretor, Rogério Sales por me liberar na época da Qualificação e a minha atual diretora Christine Carvalho por compreender as minhas ausências nesta reta final. Sou grata pela companhia de colegas tão especiais! Não citarei nomes, com receio de esquecer algum.

Agradeço, por fim, a todas as pessoas que acompanharam de perto essa caminhada que se encerra aqui, mas que abre perspectivas para muitas outras que se iniciam a partir de agora. A todos vocês, o meu agradecimento!

*Catar feijão se limita com escrever:
jogam-se os grãos na água do alguidar
e as palavras na da folha de papel;
e depois, joga-se fora o que boiar:
Certo, toda palavra boiará no papel,
água congelada, por chumbo seu verbo:
pois para catar esse feijão, soprar nele,
e jogar fora o leve e oco, palha e eco.*

*Ora, nesse catar feijão entra um risco:
o de que entre os grãos pesados entre
um grão qualquer, pedra ou indigesto,
um grão imastigável, de quebrar dente.
Certo não, quando ao catar palavras:
a pedra dá à frase seu grão mais vivo:
obstrui a leitura fluviente, flutual,
açula a atenção, isca-a com o risco.*

(João Cabral de Melo Neto, Catar feijão)

RESUMO

Esta tese tem como tema central o estudo das nominalizações no português brasileiro. O interesse pelo estudo das nominalizações deve-se ao fato de esse tipo de nome manter uma estreita relação com suas contrapartes verbais (*construir – construção, planejar – planejamento, confiar – confiança, lutar – luta*), o que permite que características tipicamente verbais também se apresentem nas nominalizações, por exemplo, a correspondente estrutura argumental. A proposta deste trabalho é fazer uma análise de características morfológicas, sintáticas e semânticas desse tipo de nominal, no português brasileiro, em confronto com outras línguas. A análise baseia-se nos pressupostos da Teoria Gerativa, assumindo o quadro teórico de Princípios e Parâmetros, que argumenta a favor da Gramática Universal, como dispositivo inato para a aquisição de língua (CHOMSKY, 1981; 1995), bem como na Hipótese DP, que postula uma equivalência da projeção nominal com a projeção oracional (CHOMSKY, 1970; ABNEY, 1987), e da Morfologia Distribuída, uma teoria que defende que tanto palavras, quanto sentenças são formadas na sintaxe, por meio das mesmas operações (HALLE & MARANTZ, 1993). A análise privilegia o estudo de cinco fenômenos: o primeiro deles diz respeito à estrutura argumental de nominalizações. Defendemos, diferentemente de Grimshaw (1990), que nomes de resultado, bem como nomes de evento/processo podem apresentar estrutura argumental, assim como apontou o estudo de Picallo (1991), o que pressupõe que esse argumento seja projetado sintaticamente, conforme proposto nesta tese. O segundo fenômeno refere-se à ambiguidade das nominalizações e sua relação direta com a estrutura argumental. Exploramos as diferenças na estrutura argumental dos nomes de evento/processo e dos nomes de resultado e, seguindo Alexiadou (2001), concluímos que a diferença entre os dois tipos de nomes está associada a um conjunto de categorias funcionais, em particular, aos traços presentes nos núcleos funcionais ‘v’ e ‘Asp(ecto)’, na projeção do DP. O terceiro fenômeno é o estudo dos sufixos nominalizadores *-ção* e *-mento* do português. Ampliando a investigação sobre o aspecto, e seguindo a análise de Oliveira (2007), verificamos que os sufixos *-ção* e *-mento* apresentam especificidades aspectuais quanto às raízes a que se ligam. Tomadas aparentemente como contra-exemplos, investigamos as formas duplas no português: *ligação/ligamento, internação/internamento e coroação/coroamento*. Nos casos em que a mudança de sufixo ocasiona mudança de sentido, parece haver mais de um significado para a raiz. Outro caso é a ocorrência de

nominalizações com sufixo *-ção*, nas quais o aspecto se mostra evidente: *começão*, *pegação* e *fixação*. Para esses casos, verificamos a possibilidade de uma leitura iterativa do evento ou uma ampliação na duração do processo/atividade. Diante disso, defendemos que a estrutura dessas nominalizações prevê uma categoria ‘Asp(ecto)’, o que impede que essa leitura se dê nas formas canonicamente formadas pelo sufixo *-ção*. O quarto fenômeno refere-se às estruturas formadas com verbo leve *dar* e nominalizações em *-ada*. Seguindo Medeiros (2010), assumimos que a noção aspectual denotada é de evento inconcluso o que se deve ao fato de que, nesses casos, o sufixo garante o mínimo para qualificar algo como um evento. Propomos, então, que a configuração em *-ada* não codifica a categoria processo culminado, o que indica que não é possível codificar simultaneamente o traço de processo e de culminação. O quinto fenômeno está relacionado à expressão de tempo nas nominalizações. Concluimos, a partir de dados das línguas da família Tupi-Guarani, que nominalizações assim como verbos projetam uma categoria tempo.

Palavras-chave: Aspecto. Estrutura argumental. Nominalização. Sufixo. Tempo.

ABSTRACT

The central theme of this dissertation is the study of nominalizations in Brazilian Portuguese. The interest for the study of nominalizations is due to the fact that this kind of nominal has a close relationship with its verbal counterparts (*construir – construção, planejar – planejamento, confiar – confiança, lutar – luta*), which allows for some typically verbal characteristics to be present in nominalizations, such as the argument structure. The aim of this study is to analyze the morphological, syntactical, and semantic characteristics of this kind of nominal in Brazilian Portuguese, in contrast with other languages. For the analysis of these characteristics, this work is based on the theoretical framework of Generative Theory, within the Principle and Parameters framework, which defends an innate basis for the language faculty, working as language acquisition device (CHOMSKY, 1981; 1995), as well as on DP Hypothesis, which defends an equivalence between the nominal projection and the sentence projection (CHOMSKY, 1970; ABNEY, 1987), and the theoretical framework of Distributed Morphology, a theory which defends that both words and sentences are formed in syntax through the same operations (HALLE & MARANTZ, 1993). The analysis highlights the study of five phenomena. The first is about the argument structure of nominalizations. Different from Grimshaw (1990), we have defended that result nominals as well as event/process nominals may have an argument structure, as pointed by Picallo (1991), which presupposes that this argument has to be syntactically project, as this dissertation proposes. We have then proposed a structure for each case. The second phenomenon refers to the ambiguity of nominalizations and their direct relationship with the argument structure. We have studied the argument structure differences between event/process nominals and result nominals and, following Alexiadou's study (2001), we have concluded that the difference between these two types of nominals is associated with functional categories, particularly the features present in *v* and *Asp(ect)*, within the DP projection. The third phenomenon is the study of the nominalizing suffixes *-ção* and *-mento* in Portuguese. Broadening the investigation about the aspect and following Oliveira's analysis (2007), we have verified that the suffixes *-ção* and *-mento* present some aspectual specificities regarding the roots to which they are added. Doublets taken apparently as counter-examples, we have further investigated their occurrence in Portuguese: *ligação/ligamento, internação/internamento* and *coroação/coroamento*. In cases in which the choice of

suffixes promotes a change in meaning, there seems to be more than one meaning for the root. Another case is the occurrence of nominalizations with the suffix *-ção*, in which the aspect makes itself evident: *começão*, *pegação* and *fixação*. For these cases, we have defended that the structure of these nominalizations presupposes an *Aspect* category, which is not possible with the canonic forms with the suffix *-ção*. The fourth phenomenon refers to nominalizations with the light verb *dar* and the suffix *-ada*. Following Medeiros (2010), we assume that the aspectual notion that is denoted is that of an inconclusive event and, in such cases, the suffix is enough to qualify something as an event. We further propose that the *-ada* configuration does not encode the property accomplishment, which includes the feature process and telicity. The fifth phenomenon is related to tense markers within nominalizations. We have studied whether nominals as well as verbs project a tense category, using data from the Tupi-Guarani languages family. We concluded that nominals in these languages project tense as well as verbs.

Keywords: Aspect. Argument structure. Nominalization. Suffix. Tense.

SUMÁRIO

Introdução	15
Capítulo 1: Pressupostos teóricos	23
1.1 A Faculdade de Linguagem	23
1.2 A Teoria de Princípios e Parâmetros	24
1.2.1 O Programa Minimalista	26
1.3 A formação de palavras na Teoria Gerativa	27
1.4 A Morfologia Distribuída	32
1.4.1 Vantagens da Morfologia Distribuída	35
1.5 O paralelismo entre as categorias DP e CP	37
1.6 A Hipótese DP	43
1.7 O aspecto lexical e o licenciamento da estrutura argumental	44
1.8 Conclusões parciais	48
Capítulo 2: A estrutura argumental de nominalizações: diferenças entre nomes de evento/processo e nomes de resultado	50
2.1 A formação de nominalizações	50
2.2 A estrutura argumental de nominalizações	52
2.3 A ambiguidade das nominalizações	55
2.4 A análise de Basílio (1980)	56
2.5 A análise de Abney (1987)	58
2.6 A análise de Grimshaw (1990)	60
2.7 A análise de Picallo (1991)	64
2.8 A análise de Alexiadou (2001)	70
2.9 A análise de Sleeman & Brito (2010)	74
2.10 Uma proposta de estrutura para as nominalizações	77
2.11 Conclusões parciais	82

Capítulo 3: As nominalizações no PB e seus sufixos formadores	85
3.1 As nominalizações no PB: aspectos semânticos	85
3.2 As nominalizações no PB: sufixos formadores	88
3.3 Os sufixos <i>-ção</i> e <i>-mento</i>	90
3.3.1 O sufixo <i>-ção</i> com valor iterativo/durativo	95
3.4 Diferenças aspectuais entre <i>-ção</i> e <i>-mento</i>	100
3.5 Construções com verbo leve <i>dar</i> e nominalização em <i>-ada</i>	106
3.5.1 Características morfossintáticas das construções com verbo leve <i>dar</i> e nominalização em <i>-ada</i>	108
3.5.2 Aspectos semânticos das construções com verbo leve <i>dar</i> e nominalização em <i>-ada</i>	109
3.6 Conclusões parciais	116
Capítulo 4: A categoria tempo nas nominalizações	118
4.1 O sistema TMA (tempo, modo, aspecto)	118
4.2 A categoria tempo	121
4.3 A expressão de tempo nos nomes	123
4.3.1 Evidências contrárias à presença de T no DP	125
4.3.2 Evidências favoráveis à presença de T no DP	129
4.4 O caso das nominalizações nas línguas da família Tupi-Guarani	132
4.5 Discussão	137
4.6 Conclusões parciais	139
Considerações finais	140
Referências bibliográficas	145

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como tema central o estudo das nominalizações no português brasileiro (doravante PB). As nominalizações são denominadas na tradição gramatical como substantivos deverbais, resultantes de um processo de derivação sufixal, no qual um sufixo se junta a uma base verbal para formar um substantivo, como por exemplo: *declarar – declaração, desenvolver – desenvolvimento, garimpar – garimpagem*. Na definição de Rocha (1999a), a nominalização, em seu sentido amplo (*lato sensu*), corresponde à formação de substantivos a partir de qualquer categoria que não seja substantivo, como por exemplo: *real – realidade, pescar – pescador, dormir – dormitório*. A nominalização, em seu sentido estrito (*stricto sensu*), consiste em uma associação paradigmática entre verbos e nomes (cf. BASÍLIO, 1980), cujo produto consiste no ato, efeito processo ou estado de x, como por exemplo: *confiar – confiança, organizar – organização, bater – batida*. Neste trabalho, estudamos as nominalizações em seu sentido estrito, na medida em que nos interessa o estudo de nominalizações com as quais existe uma relação com uma contraparte verbal, sem que isso corresponda, necessariamente, ao fato de que esses nomes tenham sido derivados diretamente do verbo.

O interesse pelo estudo das nominalizações deve-se ao fato de que esses nomes apresentam características relevantes para a discussão sobre os modelos de formação de palavras. Ademais, a possibilidade de relacionar as nominalizações com os verbos correlatos (*construir – construção, lotear – loteamento, liderar – liderança*) permite discutir questões relativas à estrutura sintática desses nomes.

Basílio (2004) afirma que a formação de nomes a partir de verbos apresenta três motivações principais: a motivação semântica ou denotativa, que corresponde à utilização do significado do verbo para denotar seres ou entidades, conforme exemplo em (1); a motivação gramatical, que corresponde à adaptação do verbo a contextos sintáticos que exigem um nome, conforme exemplo em (2); e a motivação textual, que corresponde ao uso de um nome derivado do verbo para fazer referência a uma estrutura verbal anteriormente utilizada no texto, como ilustrado em (3):

(1) Odeio desorganização.

(2) Maria deu uma saída rápida.

(3) O presidente decidiu indicar pessoas de sua confiança para os cargos do governo. A decisão terá implicações complexas.

A nossa proposta é fazer uma análise das características morfológicas, sintáticas e semânticas desse tipo de nominal, considerando primordialmente os dados do PB. No entanto, a presente análise não se restringe aos dados do português, uma vez que consideramos trabalhos anteriores sobre o assunto, os quais eventualmente estudaram essas características em outras línguas. Dessa forma, a análise apresenta um caráter translinguístico. Uma abordagem translinguística permite verificar se há diferenças entre as línguas no que diz respeito à morfossintaxe das nominalizações.

Os fenômenos que nos interessam neste trabalho podem ser sintetizados como a seguir. O primeiro deles diz respeito à estrutura argumental das nominalizações, o que nos remete a três aspectos importantes: o número de argumentos exigidos pela palavra, a natureza categorial dos argumentos e o papel temático que cada argumento recebe. De acordo com Alexiadou (2009), existe um consenso entre alguns linguistas (cf. GRIMSHAW, 1990) de que nomes deverbais apresentam uma estrutura argumental herdada, de alguma forma, de uma base verbal. Esse consenso leva à afirmação de que nominalizações que apresentam estrutura argumental foram verbos em algum momento da derivação. Isso sugere uma relação estreita entre morfologia e a presença de estrutura argumental. Sugere, ainda, que verbos e nominalizações devem apresentar significados correlatos, bem como uma estrutura argumental semelhante, como exemplificado nos pares abaixo:

(4) a. O rapaz veio à festa.

b. A vinda do rapaz à festa.

(5) a. O artista participou do filme.

b. A participação do artista no filme.

O contraste observado acima demonstra que nominalizações, assim como verbos, podem apresentar estrutura argumental. No entanto, conforme amplamente observado em estudos prévios, uma diferença relevante é que nominalizações não exigem que os argumentos sejam lexicalmente realizados, como ilustrado em (7).

(6) A firma construiu *(a casa).

(7) A construção (da casa) (pela firma) durou um ano.

Nesse sentido, o presente trabalho interessa-se em verificar as propriedades argumentais das nominalizações – em contraste com os verbos – e as condições que determinam sua realização na estrutura sintática. Na análise, consideramos ainda o uso de preposições na interação com os fatores que determinam sua escolha na estrutura sintática, bem como as restrições relativas à co-ocorrência dos diferentes argumentos.

Essa questão interage com outro fenômeno que diz respeito à ambiguidade das nominalizações. Isso porque as nominalizações permitem ora uma interpretação de evento/processo, ora uma interpretação de resultado, como mostram os exemplos abaixo:

(8) A impressão do livro levou duas horas para ficar pronta. (impressão: ato de imprimir)

(9) A má impressão do texto impediu que Pedro lesse o texto por completo. (impressão: objeto resultante do ato de imprimir)

(10) Aquela discussão deu trabalho para o diretor finalizar a reunião. (discussão: ator de discutir)

(11) A discussão da aula está resumida nesse texto. (discussão: resultado do ato de discutir)

Os pares acima demonstram que nominalizações apresentam, em geral, ambiguidade no que se refere à distinção entre nomes de evento/processo e nomes de resultado, o que, segundo algumas análises, pode ter relação direta com a estrutura argumental desses nomes ou com as condições que determinam a saturação dos argumentos na estrutura sintática (cf. ABNEY, 1987; GRIMSHAW, 1990).

O terceiro fenômeno de interesse diz respeito aos sufixos nominalizadores *-ção* e *-mento* do português do Brasil. Selecionamos esses dois sufixos devido ao seu alto grau de produtividade e ao fato de estarem aparentemente em concorrência em alguns casos, ou por gerar, no caso de *-ção*, a possibilidade de dois significados distintos quando ligados a uma mesma raiz. O nosso objetivo é verificar as especificidades de cada um desses sufixos, no que diz respeito à escolha da base. Por exemplo, no português, verbos

em *-izar*, por um lado, formam preferencialmente nominalizações com *-ção*, tais como: *normatização, globalização, realização e alfabetização*; por outro lado, verbos em *-ecer* formam preferencialmente nominalizações com *-mento*, tais como: *escurecimento, florescimento, nascimento e acontecimento* (cf. SANDMANN, 1988; BASÍLIO et al, 1996). Esse fato nos leva a investigar se existem restrições aspectuais que levam uma raiz a ocorrer com um sufixo em detrimento de outro. Essa hipótese está relacionada ao fato de que o aspecto, apesar de ser uma categoria tipicamente verbal, que marca a duração da situação e suas fases, pode estar expresso também em nomes (cf. TRAVAGLIA, 1985). De acordo com o estudo de Borba (1996), o sufixo *-ção*, por exemplo, expressa aspecto imperfectivo por oposição ao sufixo *-da*, que expressa aspecto perfectivo (pontual), como se pode observar nos pares: *martelação/ martelada, bateção/ batida e cortação/ cortada*.

Ainda em relação a esse fenômeno, interessa investigar a existência de formas duplas na língua portuguesa, como: *encanação/ encanamento, ligação/ ligamento, salvação/ salvamento, divertimento/ diversão e coroação/ coroamento*. Nesse caso, verificamos que, apesar de serem formados pela mesma base, esses nomes, geralmente, não podem ser usados no mesmo contexto nem com o mesmo tipo de complemento, o que sugere uma especialização, como verificado nos exemplos a seguir:

(12) Segundo a Bíblia, Deus deseja a salvação / *o salvamento de todos os seres humanos.

(13) Ontem vi as imagens do salvamento / *da salvação de um cachorro que caiu num poço de trinta metros de profundidade.

(14) Pedro precisou pedir uma ligação elétrica / *um ligamento elétrico para seu novo imóvel.

(15) Durante a corrida, João caiu e rompeu o ligamento / *a ligação do joelho.

Outra característica diz respeito ao duplo significado de algumas formas com o sufixo *-ção*. Investigamos um tipo de formação recente no português do Brasil, na qual a formação com esse sufixo parece descrever a repetição/interação ou um prolongamento no desenvolvimento do evento, em formas como: *beijação, pegação, falação, compração e limpezação* (cf. OLIVEIRA, 2005), como exemplificado abaixo:

(16) Joana passou o dia nessa limpeza de casa.

(17) Roupas, sapatos, joias, bolsas, é uma compração sem fim!

Nesse caso, investigamos se os dados acima sugerem a existência de dois sufixos *-ção* homófonos no PB, cada um deles apresentando um significado distinto, com implicações para a estrutura sintática. Em particular, interessa saber se existe no caso do sufixo *-ção* alguma categoria funcional que capte essa leitura aspectual diferente na estrutura sintática da nominalização.

O quarto fenômeno diz respeito às estruturas formadas com verbo leve *dar* e nominalização em *-ada*, nas quais o verbo leve, semanticamente vazio, marca pessoa e tempo e está sempre acompanhado de um nome responsável pelo conteúdo descrito (cf. SCHER, 2004b; MEDEIROS, 2010), como nos dados abaixo:

(18) Ontem deu uma chovida em Brasília.

(19) A empregada deu uma lavada nas roupas.

(20) O filho do deputado tentou dar uma carteirada no policial.

(21) O bebê deu uma dentada no coleguinha.

O quinto e último fenômeno está relacionado à expressão de tempo nas nominalizações. Assim como o aspecto, o tempo é tradicionalmente considerado uma categoria tipicamente verbal. No entanto, estudos anteriores (cf. LECARME, 1999, 2008; SALLES, 2003) atestam, em algumas línguas, a expressão morfológica de tempo nos nomes. Nesse sentido, o objetivo é verificar se, assim como verbos, nominalizações também projetam uma categorial funcional capaz de codificar tempo. Para isso, consideramos em nossa análise dados de outras línguas, como as da família Tupi-Guarani. No português, essa codificação não está presente nas nominalizações, mas pode-se verificar uma distinção temporal em expressões como: *ex-mulher*, *recém-formado*, *pré-adolescente* e *pós-graduação*, que, apesar de apresentarem um caráter temporal, o fazem por meio de formas lexicalizadas, nas quais o prefixo funciona como um modificador temporal.

Dessa forma, três perguntas centrais norteiam a presente pesquisa:

1. Que propriedades das nominalizações permitem verificar a relação entre verbos e nomes?

2. Quais são as propriedades morfosintáticas das nominalizações?
3. Como essas propriedades estão mapeadas na estrutura sintática das nominalizações?

Para responder a essas perguntas, este trabalho apoia-se nos pressupostos da Teoria Gerativa, que defende uma base inatista para a aquisição de língua. Chomsky (2002) afirma que “nessa perspectiva, a linguagem é um objeto natural, um componente da mente humana, representado fisicamente no cérebro e parte da herança biológica da espécie¹” (p. 1, nossa tradução). Investigamos, em particular, diferentes abordagens para a formação de palavras. Em primeiro lugar, discutimos as implicações da chamada Hipótese Lexicalista, formulada em Chomsky (1970), que estabelece a possibilidade de se representar no próprio léxico as relações entre palavras (como no par *destruir/destruição*). Em seguida, discutimos o aparato da Morfologia Distribuída (doravante MD), uma teoria pautada na ideia de que tanto palavras, quanto sentenças são formadas na sintaxe, por meio das mesmas operações (HALLE & MARANTZ, 1993), sendo as propriedades do componente usualmente chamado de morfologia distribuído na estrutura sintática, conforme apontado por Halle & Marantz (1993).

Ao longo desta tese, e tomando por base essencialmente os fenômenos citados anteriormente, investigamos as seguintes questões:

1. Assumindo-se as hipóteses formuladas no âmbito da Morfologia Distribuída (MD), segundo a qual (i) existe um único componente da gramática para a formação de palavras e sentenças (cf. HALLE & MARANTZ, 1993); (ii) as raízes são acategoriais, sendo a categorização obtida durante a derivação de acordo com a escolha das projeções funcionais (cf. MARANTZ, 1997; HARLEY & NOYER, 1999), é possível distinguir nomes de evento/processo e nomes de resultado em termos das categorias funcionais presentes na derivação (cf. ALEXIADOU, 2001)?

2. Assumindo-se que tanto nomes de resultado assim como nomes de evento/processo podem apresentar estrutura argumental (cf. PICALLO, 1991), como distingui-los em termos dos núcleos funcionais?

3. Assumindo-se que os sufixos *-ção* e *-mento* apresentam especificidades aspectuais quanto às raízes a que se ligam (cf. OLIVEIRA, 2007), como dar conta da

¹ No original: “in this perspective, language is a natural object, a component of the human mind, physically represented in the brain and part of the biological endowment of the species”.

existência de formas duplas com os sufixos *-ção* e *-mento*? Existe um tipo de especialização?

4. Assumindo-se que, nas estruturas com verbo leve *dar* e nominalização em *-ada*, não há um efeito de diminutivização, pois a noção aspectual de evento inconcluso deve-se ao fato de que, nesses casos, a formação indica haver o mínimo para qualificar algo como um evento (cf. MEDEIROS, 2010), como dar conta das restrições para a ocorrência dessas formações com algumas raízes (como em **dar uma nascida/ *dar uma perdida na chave*)?

5. Assumindo-se que, em línguas da família Tupi-Guarani, a categoria de tempo está expressa na morfologia nominal (cf. SALLES, 2003) e considerando-se a presença da categoria T na estrutura interna da nominalização, nessas línguas, diferentemente do português, como dar conta desse contraste? Trata-se de uma diferença paramétrica ou é possível postular que a categoria T está projetada uniformemente nas línguas?

Para discutir as questões citadas, a tese está estruturada em quatro capítulos. No capítulo 1, apresentamos, inicialmente, o referencial teórico que embasa esta pesquisa: a Teoria Gerativa. Discutimos também questões relevantes para essa discussão, a saber: o lugar da morfologia na Hipótese Lexicalista e no modelo da MD, a simetria entre as categorias funcionais DP (Sintagma Determinante) e CP (Sintagma Complementador), a Hipótese DP, apresentada em Abney (1987), e uma introdução à teoria do aspecto lexical.

No capítulo 2, discutimos o aspecto polissêmico das nominalizações, no que diz respeito à distinção entre nomes de evento/ processo e nomes de resultado. Para isso, consideramos estudos anteriores realizados sobre o tema em diferentes línguas. Associado a essa distinção, esse capítulo discute também a estrutura argumental das nominalizações, uma vez que na literatura a distinção entre nomes de evento/processo e nomes de resultado está diretamente ligada à possibilidade ou não de a nominalização apresentar estrutura argumental.

No capítulo 3, apresentamos estudos prévios que sistematizam características das nominalizações no português brasileiro, bem como de seus sufixos formadores. Por motivo de produtividade, selecionamos primordialmente dois sufixos para análise: *-ção* e *-mento*. Em relação a esses sufixos, o capítulo discute a proposta de haver restrições aspectuais associadas a sua distribuição em relação às raízes com as quais se juntam para formar nominalizações. Consideramos, em seguida, formas duplas em *-ção/ -*

mento, relacionando-as às propriedades aspectuais e às categorias funcionais postuladas, o que nos levou à conclusão de que existem contrastes de significado determinados por propriedades da raiz, e não dos afixos. A parte final deste capítulo discute as estruturas com o verbo leve *dar* e nominalização em *-ada*, em que argumentamos que as restrições para sua ocorrência são determinadas por propriedades aspectuais denotadas na estrutura do evento.

No capítulo 4, finalizamos a tese, com uma discussão acerca da manifestação da categoria tempo na estrutura da nominalização. Investigamos, em particular, se a categoria tempo pode estar codificada na estrutura de nominalizações de forma semelhante à que ocorre na estrutura dos verbos. Para isso, consideramos dados de outras línguas: somali, línguas da família Tupi-Guarani, o que nos leva à conclusão de que a categoria T está presente na estrutura do DP nessas línguas.

Por fim, apresentamos as conclusões a que o presente trabalho chega, bem como as possibilidades de pesquisas futuras. Às considerações finais, seguem-se as referências bibliográficas citadas ao longo do corpo da tese.

CAPÍTULO 1

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Este capítulo tem como objetivo apresentar os pressupostos teóricos que orientam a discussão dos problemas e a formulação das hipóteses investigadas nesta tese. Para isso, apresentamos, inicialmente, o conceito de Faculdade de Linguagem, considerando sua formulação na Teoria de Princípios e Parâmetros (CHOMSKY, 1981) e no Programa Minimalista (CHOMSKY, 1995). Em seguida, passamos a discutir as diferenças entre as teorias lexicalistas e sintáticas, com o intuito de traçar um breve panorama sobre como a teoria gerativa entende os processos de formação de palavras. Apresentamos, ainda, os princípios estabelecidos pela Morfologia Distribuída (HALLE & MARANTZ, 1993), modelo de análise adotado no presente trabalho. Verificaremos, por fim, algumas das evidências apontadas na literatura (CHOMSKY, 1970; SZABOLCSI, 1983, 1994; ABNEY, 1987; SILONI, 1997; LECARME, 1999) acerca do paralelismo entre as categorias funcionais DP (Sintagma Determinante) e CP (Sintagma Complementador), bem como a Hipótese DP. O interesse é descrever fenômenos morfosintáticos e semânticos que comprovem o paralelismo assumido por diferentes autores, os quais se mostram relevantes para a discussão acerca da presença de categorias funcionais codificadoras do aspecto e do tempo na estrutura do DP.

1.1 A Faculdade de Linguagem

Sabe-se que a diferença essencial entre o homem e o animal revela-se de modo claro na linguagem humana, pois o ser humano é capaz de formar novas proposições, que exprimem novos pensamentos, apropriados a novas situações (CHOMSKY, 1972). Essa diferença revelada por meio da linguagem pode ser explicada em termos da hipótese de que o ser humano possui um aparato inato, denominado Faculdade de Linguagem (doravante FL). A FL parece ser uma verdadeira propriedade da espécie e sem correlato na natureza, que permite explicar como a criança aprende tão rapidamente e de modo uniforme sua língua materna.

Chomsky (1986) afirma que se pode pensar na Faculdade de Linguagem como um dispositivo de aquisição de língua, um componente inato da mente humana, que converte a experiência linguística em uma língua particular, isto é, em conhecimento internalizado. A FL é, portanto, um sistema distinto da mente/cérebro, que compreende

um estado mental inicial (S_0), comum à espécie humana e aparentemente único. Dada a experiência linguística apropriada, que corresponde ao contato com os dados linguísticos primários (os dados de entrada ou *input*), em articulação com os estágios sucessivos do processo de aquisição de língua materna (L1), passa-se ao estágio estável (S_s), que daí em diante sofrerá somente modificações periféricas, por exemplo, renovação lexical. No estágio estável, o falante/ouvinte detém uma gramática internalizada da sua língua (língua - I).

Sobre o processo de aquisição, Chomsky afirma que:

Em resumo, a aquisição da linguagem é uma questão de crescimento e maturação de capacidades relativamente fixas, em condições externas adequadas. A forma da linguagem adquirida é determinada em grande parte por fatores internos; é por causa da correspondência fundamental de todas as línguas humanas, por causa do fato de “*der Mensch überall Eins mit dem Menschen ist*” [“o homem em toda parte ser igual ao homem”], que uma criança pode aprender alguma língua (CHOMSKY, 1972, p. 80).

Essa concepção de linguagem permite formular as noções dicotômicas de competência e desempenho. A competência refere-se ao conhecimento internalizado que o falante/ouvinte possui da sua língua materna. Dessa forma, a competência permite ao falante/ouvinte formar e interpretar palavras, sintagmas e sentenças nessa língua. O desempenho refere-se ao uso efetivo dessa competência. O desempenho é, pois, o uso efetivo da língua em situações reais de fala.

Apesar de as crianças nascerem todas com uma mesma capacidade inata para aquisição de língua, as línguas particulares são diferentes entre si. Então, como explicar o fato de que uma mesma Faculdade de Linguagem permite o desenvolvimento da competência em diferentes línguas? A Teoria Gerativa explica essa questão propondo a hipótese da Gramática Universal (GU), a qual se constitui por princípios gerais invariantes e por parâmetros variáveis. Essa hipótese é formulada no âmbito da Teoria de Princípios e Parâmetros, proposta por Chomsky na década de 1980, a qual passamos a expor, sucintamente, na seção seguinte.

1.2 A Teoria de Princípios e Parâmetros

A Teoria de Princípios e Parâmetros é formulada a partir dos anos 80 (cf. CHOMSKY 1986), como uma forma de discutir a diversidade linguística, mantendo-se a hipótese de que a linguagem humana é inata. Assim, de um sistema de regras,

postulou-se a existência da Gramática Universal, entendida como um conjunto de regularidades gramaticais universais e por um limitado conjunto de opções de variação, que precisam ser fixadas ao longo do tempo, segundo a língua à qual a criança é exposta.

Nesse sentido, se uma parte da competência gramatical do falante/ouvinte já está definida antes mesmo da exposição aos dados primários, então, parte desse conhecimento de língua independe da experiência, isto é, não precisa ser aprendido, pois faz parte do dote genético da criança. Essa questão está bem colocada em Radford (1997):

Se a aquisição da competência gramatical é, de fato, controlada por uma faculdade de linguagem herdada geneticamente, incorporando os princípios da Gramática Universal, então certos aspectos da competência da criança (ou do adulto) são adquiridos sem experiência e, portanto, fazem parte de um registro genético de linguagem, o qual herdamos geneticamente no nascimento. Tais aspectos da linguagem não precisariam ser aprendidos, exatamente porque fazem parte da herança genética da criança² (RADFORD, 1997, p. 12, nossa tradução).

No entanto, sabe-se que as línguas apresentam diferenças estruturais mesmo que limitadas. Para ilustrar essa questão, considerem-se os dados abaixo do português, do italiano e do inglês, respectivamente:

- (1) a. Maria fala francês.
b. Fala francês.
- (2) a. Maria parla francese.
b. Parla francese.
- (3) a. Mary speaks French.
b. *Speaks French.

Como se pode observar, nas três línguas, sentenças com verbos finitos licenciam um sujeito aberto/lexical como *Maria*; no entanto, somente o português e o italiano

² No original: “If the acquisition of grammatical competence is indeed controlled by a genetically endowed language faculty incorporating principles of Universal Grammar, then it follows that certain aspects of child (or adult) competence are known without experience, and hence must be part of the genetic blueprint for language with which we are biologically endowed at birth. Such aspects of language would not have to be learned, precisely because they form part of child’s genetic inheritance”.

permitem que esse sujeito seja omitido, pois a sentença (3b) do inglês é agramatical, uma vez que essa língua não admite sujeito nulo. Assim, português e italiano permitem sujeitos nulos ou não. Tais línguas são denominadas línguas de sujeito nulo, já o inglês é definido como uma língua de sujeito não nulo. O parâmetro que está em jogo, denominado parâmetro do sujeito nulo, corresponde a uma variação binária, ou a língua se comportará como o português e o italiano, ou se comportará como o inglês. Dessa forma, a variação paramétrica é limitada.

A hipótese da GU e a Teoria de Princípios e Parâmetros constituem a forma pela qual a Teoria Gerativa busca explicar a universalidade da sintaxe das línguas naturais, bem como a variação translinguística. Isso é possível porque a GU é o estado inicial da aquisição, que apresenta um conjunto de princípios gerais e um conjunto de parâmetros binários que devem ser definidos ao longo do curso da aquisição de língua. Dessa forma, o conjunto de princípios e a fixação de parâmetros associados ao léxico conferem a cada língua um delineamento único.

1.2.1 O Programa Minimalista

O Programa Minimalista, desenvolvido no âmbito da Teoria de Princípios e Parâmetros, representa o estágio mais recente da investigação da linguagem da Teoria Gerativa. Em Chomsky (1995), o Programa Minimalista é apresentado como um programa de investigação da linguagem humana, em que se busca dar respostas a certas perguntas, em particular, à pergunta: “Qual é o grau de ‘perfeição’ da linguagem?”.

O modelo minimalista é derivacional e funciona da seguinte forma: o léxico especifica um conjunto de itens com propriedades fonéticas, semânticas e sintáticas/formais idiossincráticas. O sistema computacional, que é guiado por princípios de economia, usa esses itens lexicais para derivar expressões linguísticas. A derivação converge em PF (do inglês *Phonological Form*, Forma Fonética) caso a representação PF seja legitimada, e fracassa caso isso não ocorra. Da mesma forma, a derivação converge em LF (do inglês *Logical Form*, Forma Lógica) se a representação LF é legitimada, e fracassa caso isso não ocorra. O sistema computacional seleciona elementos do léxico e os projeta em uma estrutura por meio de dois tipos de operação: uma operação binária, que forma um marcador sintagmático a partir de dois operadores sintagmáticos distintos, denominada Concatenar (*Merge*), e outra operação, que se aplica a um único marcador sintagmático, gerando uma cópia (*trace*) do elemento

original na posição atingida, denominada Mover (*Move*). Em algum momento, a operação de *spell-out* pode ser aplicada e, após o *spell-out*, a computação não tem mais acesso ao léxico. O resultado dessa operação fornece uma informação sobre as propriedades de cada expressão linguística, incluindo a sua forma fonológica (PF) e a sua forma lógica (LF).

O nível PF tem de satisfazer três condições básicas de adequação. Tem de ser universal, no sentido de fornecer representações para as expressões de qualquer língua humana existente ou potencial. Tem de ser uma interface, no sentido de os seus elementos receberem uma interpretação em termos dos sistemas sensório-motores. E tem de ser uniforme, pois sua interpretação deve ser uniforme para todas as línguas. As mesmas três condições são válidas para LF. Assim, para captar o que a Faculdade de Linguagem determina acerca da significação de uma expressão linguística, o nível LF tem de ser universal, tem de ser uma interface (conceitual-intencional) e tem de ser uniforme.

De acordo com esse modelo, o léxico é formado a partir de um conjunto de traços (do inglês *features*) e os itens lexicais consistem no seu agrupamento de acordo com a especificação de cada língua. Para derivar determinada expressão, o falante deve selecionar um conjunto de itens lexicais (uma numeração), que são submetidos às operações do sistema computacional até a formação de uma expressão linguística. As entradas lexicais possuem traços fonológicos, semânticos e formais como uma propriedade intrínseca. Um item lexical é inserido na derivação contendo traços (Caso, concordância, tempo), que podem ser interpretáveis ou não-interpretáveis. Quando entram na numeração, os itens já estão prontos, o que ocorre é um sistema que envolve a checagem dos traços não-interpretáveis desses itens, por meio de um sistema de concordância (a operação *Agree*). Dessa maneira, todos os itens, tanto os formados a partir de processos derivacionais quanto os formados a partir de processos flexionais, já estão dados no léxico, mas é somente na derivação da expressão linguística que os traços flexionais são submetidos às operações de validação.

1.3 A formação de palavras na Teoria Gerativa

Como afirmado anteriormente, a Teoria Gerativa mudou a perspectiva dos estudos da linguagem, apresentando a competência linguística do falante/ouvinte como objeto da investigação científica. Em relação aos processos de formação de palavras,

essa abordagem tem como objetivo o estudo da capacidade criativa que o falante/ouvinte tem para formar novas palavras. Trata-se, portanto, da investigação das seguintes questões: como as palavras são criadas e o que impede certas formações?

A discussão sobre a formação de palavras remete à distinção entre morfologia e sintaxe, uma vez que, tradicionalmente, a morfologia é entendida como o estudo da organização interna das palavras e da formação de novos itens lexicais, enquanto a sintaxe estuda a organização interna das sentenças. Essa distinção exclui, a princípio, a intersecção desses dois níveis de análise (cf. ANDERSON, 1982).

Nas primeiras versões da Teoria Gerativa, os processos derivacionais gerais eram descritos por meio de transformações. De acordo com Chomsky (1965), os processos derivacionais criam um problema maior para uma gramática gerativa que os processos flexionais. Isso porque os processos derivacionais são tipicamente esporádicos e menos produtivos. No modelo transformacional, em estruturas como: *their destruction of the property* ou *their refusal to participate*, as nominalizações *destruction* e *refusal* não entram no léxico dessa forma. Ao invés disso, os verbos *destroy* e *refuse* entram no léxico com especificações de traços que irão determinar a forma fonética que eles assumirão em um contexto nominal. Dessa forma, a relação entre verbos e nomes se dá por meio de regras de transformação. Daí decorre o fato de a teoria ser chamada, nessa época, de transformacionalista.

Chomsky (1970), em seu artigo “Remarks on Nominalization”, rejeita a chamada abordagem transformacionalista para os processos derivacionais e enfatiza a possibilidade de se dar conta dos casos de derivação dentro do léxico, propondo assim a Hipótese Lexicalista. Nesse trabalho, discute o fenômeno das nominalizações e compara dois tipos de nominais do inglês: os derivados (*derived nominals*) e os gerundivos (*gerundive nominals*), ilustrados, respectivamente, em (4) e (5), os quais serão retomados mais adiante (CHOMSKY, 1970, p. 187):

- (4) a. John’s refusal of the offer.
 - b. John’s criticism of the book.

- (5) a. John’s refusing the offer.
 - b. John’s criticizing the book.

Nos dois casos acima, as formas nominais (*refusal/refusing, criticism/criticizing*) mantêm uma relação direta com seus verbos cognatos (*to refuse/to criticize*). No entanto, as duas construções se diferenciam quanto à produtividade dos processos e quanto à generalidade da relação dos nominais derivados com suas proposições correspondentes. Nesse sentido, Chomsky (1970) propõe uma derivação lexical para os nominais derivados expressos em (4) e uma derivação sintática para os nominais gerundivos expressos em (5).

Por um lado, o fato de derivar os nominais derivados lexicalmente tem como objetivo captar as limitações de produtividade desse tipo de nome, bem como as idiosincrasias observadas na relação desses nomes com sua proposição correspondente. Por outro lado, o fato de derivar os nominais gerundivos sintaticamente tem como objetivo captar a produtividade e a regularidade desse tipo de nominal com sua proposição correspondente. Em relação ao aspecto produtivo desses dois tipos de formações do inglês, Chomsky (1970) afirma que a formação de gerundivos é praticamente livre, mas existem diferentes restrições para a formação dos nomes derivados, como exemplificado a seguir (CHOMSKY, 1970, p. 188-189):

- (6) a. John is easy (difficult) to please.
- b. John is certain (likely) to win the prize.

- (7) a. John's being easy (difficult) to please.
- b. John's being certain (likely) to win the prize.

- (8) a. *John's easiness (difficulty) to please.
- b. *John's certainty (likelihood) to win the prize.

Segundo Chomsky (1970), os dados acima mostram que existem muitas restrições para a formação de nomes derivados, pois as estruturas presentes em (6) podem ser transformadas em nominais gerundivos, como exemplificado em (7), mas não em nomes derivados, como mostra a agramaticalidade dos dados expressos em (8).

De acordo com Chomsky (1970), se a Hipótese Lexicalista está correta, deveríamos esperar que os nominais derivados correspondessem a estruturas básicas ou de base, ao invés de produtos de transformações. Dessa forma, segundo a Hipótese Lexicalista, uma palavra como *refuse* entra no léxico marcado com alguns traços, mas

livre de traços categoriais como [verbo] e [nome]. As regras morfológicas é que irão determinar a forma fonológica de *refuse* quando esse aparecer em uma posição nominal. Assim, haveria um verbete em comum para o verbo e para seu nome deverbal correspondente; no entanto, a entrada do verbete é a forma do item verbal, enquanto a forma deverbal depende de sua ocorrência em uma posição nominal. A Hipótese Lexicalista defende, portanto, que a formação de nominais derivados ocorre no léxico, e não na sintaxe. Assim, um item lexical como *destroy* do inglês entra no léxico indiferentemente como verbo ou nome, e posteriormente recebe o sufixo nominalizador *-ion* na fonologia, formando a nominalização *destruction*.

De acordo com Lobato (2010), por trás da proposta de Chomsky (1970) existe a ideia de que o léxico contém lacunas e constitui o lugar das irregularidades e idiosincrasias, e a sintaxe é produtiva e constitui o lugar das regularidades e generalidades. Por isso, cabe ao léxico, e não à sintaxe, explicar a relação entre os pares verbo/nome deverbal (*refuse/refusal*). A apresentação da Hipótese Lexicalista suscita a discussão a respeito do que são a morfologia e o léxico. Fica evidente que, nessa abordagem, pressupõe-se a existência de um módulo para o léxico e de um módulo para a morfologia. Lobato (2010) afirma que, nessa perspectiva, o léxico constitui o local de armazenamento dos verbetes lexicais, que contêm informação necessária para a inserção sintática. A morfologia interpreta essa informação para determinar a forma fonológica da palavra derivada, uma vez que a forma da palavra é determinada com base na informação presente no verbete e na estrutura sintática. O papel do léxico é, portanto, listar os formativos lexicais e fornecer a matriz de traços fonológicos e sintáticos, mas não construir palavras. Sobre o papel da morfologia, nessa abordagem, Lobato (2010) afirma:

Resumindo, deduz-se que existe um módulo Morfologia nessa abordagem, em virtude da existência de regras morfológicas. Mas essas regras não são verdadeiras regras de formação de palavras: nos exemplos dados, elas tomam itens lexicais já existentes (no caso, *refuse* e *criticize*) e, com base em informação morfossintática, como a categoria gramatical, e em informação gerada na sintaxe, como o afixo do gerúndio, determina a forma fonológica da palavra. A Morfologia fica então reduzida a um papel morfofonológico. Mas, de qualquer modo, é um componente autônomo da Sintaxe: trata-se na verdade de um componente pós-sintático (LOBATO, 2010, p. 25, *itálicos da autora*).

A proposta de Chomsky (1970) discute, pois, o conceito e o lugar do léxico e da morfologia na arquitetura da gramática. O léxico seria uma listagem de verbetes

lexicais, à qual a morfologia tem acesso para formar palavras, e a morfologia seria um módulo responsável pela definição da estrutura que dará a forma fonológica das palavras. Outro fato relevante é a afirmação de que certos processos de formação se dão na sintaxe. Ora se a sintaxe pode também formar palavras, talvez a tradicional diferença entre sintaxe e morfologia, a primeira enquanto módulo responsável pela construção de sentenças e a segunda responsável pela construção de palavras, não se sustente.

Apesar de o texto de Chomsky (1970) ser considerado por muitos como o início do lexicalismo, Marantz (1997) afirma que o artigo pode ser considerado como pioneiro na adoção de teorias sintáticas para a formação de palavras. De acordo com Marantz (1997), a discussão proposta por Chomsky pode ser resumida na seguinte afirmação:

Podemos ampliar as regras de base para acomodar os nominais deverbiais diretamente (farei referência a essa hipótese como “posição lexicalista”), logo simplificando o componente transformacional; ou, alternativamente, podemos simplificar as estruturas de base, excluindo essas formas e derivá-las por meio de algumas extensões do aparato transformacional (a “posição transformacional”)³ (CHOMSKY, 1970, p. 188, nossa tradução).

Segundo Marantz, Chomsky (1970) ao invés de propor novas regras lexicais, propõe uma expansão das regras de base para explicar a formação dos nominais derivados. O autor afirma que se pode atualizar a teoria chomskyana presente em “Remarks on Nominalization”. Dessa forma, a nominalização *destruction* (‘destruição’) (cf. (9c)), no exemplo do inglês, abaixo, nunca foi verbo em qualquer fase da derivação, assim como o DP em (9b) não está transformacionalmente relacionado com uma sentença (cf. exemplo (9a)). Assim, a raiz *destroy* (‘destruir’) é uma categoria neutra. Quando colocada em um ambiente nominal, o resultado é uma nominalização, quando colocada em um ambiente verbal, o resultado é um verbo:

- (9) a. that John destroyed the city.
 b. John’s destruction of the city.
 c. the city’s destruction.

³ No original: “We might extend the base rules to accommodate the derived nominal directly (I will refer to this as the “lexicalist position”), thus simplifying the transformational component; or, alternatively, we might simplify the base structures, excluding these forms, and derive them by some extension of the transformational apparatus (the “transformational position”).”

O modelo presente em Marantz (1997) defende que a sintaxe é o único componente computacional envolvido na derivação tanto de sentenças como de palavras. Defende, ainda, um modelo de gramática sem um léxico unificado e gerativo, uma vez que a noção tradicional de léxico encontra-se distribuída em três listas. Esse modelo conhecido como Morfologia Distribuída, proposto por Halle & Marantz (1993) e desenvolvido por Halle & Marantz (1994), Marantz (1997), Harley & Noyer (1999), entre outros, será apresentado na seção seguinte.

1.4 A Morfologia Distribuída

O modelo da Morfologia Distribuída propõe uma arquitetura da gramática na qual o único sistema gerativo é a sintaxe. O nome que a teoria recebe “Morfologia Distribuída” refere-se ao fato de que o que está concentrado, tradicionalmente, na morfologia, nesse modelo, está distribuído em diferentes componentes e não mais reunido em um único componente da gramática, como afirmam Halle & Marantz (1993):

Nomeamos nosso modelo Morfologia Distribuída (doravante MD) para destacar o fato de que o maquinário do que é tradicionalmente chamado de morfologia não está concentrado em um único componente da gramática, mas sim distribuído em vários componentes diferentes⁴ (p. 1-2, nossa tradução).

De acordo com Harley & Noyer (1999), não há léxico na MD no sentido com o qual a teoria gerativa trabalhava nas décadas de 1970 e 1980. Isso significa que a MD postula que o léxico não tem a mesma acepção de conjunto de morfemas e palavras com informações, tais como: pronúncia, significado e categoria gramatical. No modelo da MD, não existe um componente no qual as palavras e os morfemas estão armazenados. Em contrapartida, é postulada a existência de três listas que fornecem diferentes informações no curso da derivação sintática.

A Lista 1, ou **Léxico Estrito** (*Narrow Lexicon*), contém raízes e os morfemas abstratos. Na MD, o termo “morfemas” refere-se a terminais sintáticos que possuem apenas traços sintático-semânticos, mas sem traços fonológicos. Morfemas constituem,

⁴ No original: “We have called our approach Distributed Morphology (hereafter DM) to highlight the fact that the machinery of what traditionally has been called morphology is not concentrated in a single component of the grammar, but rather is distributed among several different components”.

portanto, átomos da representação morfossintática. Os conjuntos de traços gramaticais que entram na derivação são determinados pela Gramática Universal e por princípios de línguas particulares. A Lista 1 contém os elementos atômicos que o sistema computacional da gramática deve combinar para formar unidades maiores. Essa lista substitui mais diretamente a concepção tradicional de léxico, uma vez que fornece as unidades com as quais a sintaxe opera. A Lista 1 é gerativa, pois grupos de traços gramaticais podem ser formados livremente (cf. MARANTZ, 1997).

A Lista 2 ou **Vocabulário** (*Vocabulary*) fornece as formas fonológicas para os nós terminais da sintaxe. O Vocabulário inclui as conexões entre os conjuntos de traços gramaticais e traços fonológicos, determinando, assim, as conexões entre os nós terminais da sintaxe e suas realizações fonológicas. O Vocabulário não é gerativo, mas é expansível. Os Itens de Vocabulário podem ser subespecificados no que diz respeito às características dos nós terminais da sintaxe. Esses itens competem pela inserção nos nós terminais; o item mais especificado e que não apresente conflito em relação aos traços do nó terminal ganha a competição (cf. MARANTZ, 1997).

Um Item de Vocabulário constitui uma relação entre uma sequência fonológica e a informação sobre onde essa peça deve ser inserida. Assim, um mesmo Item de Vocabulário pode aparecer em diferentes categorias morfológicas, dependendo do contexto sintático em que a raiz aparece. Harley & Noyer (1999) afirmam que o Item de Vocabulário *destroy*, por exemplo, é realizado como o nome *destruct-(ion)* quando seu licenciador mais próximo é um determinante; no entanto, o mesmo Item de Vocabulário é realizado como um particípio *destroy-(ing)*, quando seu licenciador é uma categoria aspecto ou v; caso a categoria tempo apareça imediatamente acima da categoria aspecto, então, o particípio se torna um verbo, como *destroy-(s)*. O conjunto de todos os Itens de Vocabulário é denominado Vocabulário. Na MD, o Vocabulário contém algumas das informações que, nas teorias lexicalistas, estão associadas ao léxico.

A Lista 3 ou **Enciclopédia** (*Encyclopedia*) constitui a lista de significados especiais. A Enciclopédia lista os significados especiais de raízes particulares, relacionando Itens de Vocabulário a significados. A Enciclopédia constitui também a lista de expressões idiomáticas de uma língua particular ou de qualquer expressão cujo significado não seja totalmente previsível dada a sua estrutura morfossintática. Assim como acontece com o Vocabulário, a Enciclopédia não é geradora, mas é expansível (cf. MARANTZ, 1997).

Segundo Halle & Marantz (1994), três propriedades dos Itens de Vocabulário distinguem a Morfologia Distribuída de outras abordagens. São elas: inserção tardia (*late insertion*); subespecificação (*underspecification*) e estrutura sintática hierárquica em toda a derivação (*syntactic hierarchical structure all the way down*), as quais apresentamos a seguir, conforme descrito em Halle & Marantz (1994).

A **inserção tardia** indica que as categorias sintáticas são puramente abstratas, pois não possuem conteúdo fonológico. Somente depois da sintaxe, constituem expressões fonológicas denominadas Itens de Vocabulário, inseridas em um processo denominado *spell-out*. Portanto, é somente depois da sintaxe que as categorias sintáticas recebem traços fonológicos, por meio de regras que associam sons aos nós terminais da derivação. Cabe salientar que essa afirmação é mais forte do que a simples afirmação de que os nós terminais não possuem nenhum conteúdo fonológico, pois segundo Halle & Marantz (1994), não há nenhuma diferença pré-sintática entre dois nós terminais com traços idênticos, tais como: *dog* e *cat*; no entanto, eles serão proferidos como Itens de Vocabulário distintos.

A **subespecificação** de Itens de Vocabulário indica que as expressões fonológicas não precisam estar totalmente especificadas para as posições sintáticas nas quais podem ser inseridas. Dessa forma, não há a necessidade de que haja um conjunto de traços fonológicos que corresponda totalmente a um conjunto de traços morfossintáticos da palavra. Itens de Vocabulário são, muitas vezes, sinais *default*, inseridos quando nenhuma outra forma mais específica está disponível.

A **estrutura sintática hierárquica em toda a derivação** implica que elementos dentro da sintaxe e dentro da morfologia respeitam os mesmos tipos de estruturas de constituintes, como por exemplo, podem ser diagramados por meio de estruturas arbóreas binárias. Isso indica que os nós terminais nos quais os Itens de Vocabulário são inseridos são organizados em estruturas hierárquicas determinadas pelos mesmos princípios e operações da sintaxe. Na MD, elementos da sintaxe e da morfologia são compreendidos como constituintes discretos ao invés de serem encarados como resultados de processos morfofonológicos.

Existem somente duas classes de nós terminais na MD: as raízes ($\sqrt{\quad}$) e os elementos gramaticais de diferentes tipos. As raízes são acategoriais e adquirem sua categoria segundo os valores das categorias funcionais com os quais elas se unem na sintaxe. As raízes pertencem às classes abertas e podem se apresentar como verbos, nomes e adjetivos.

Como afirmado anteriormente, na Morfologia Distribuída, o termo “morfema” refere-se a um nó terminal sintático (ou morfológico) e seu conteúdo, e não à expressão fonológica desse terminal, que é fornecido como parte de um Item de Vocabulário. Harley & Noyer (2000) apresentam uma distinção entre morfemas de dois tipos: f-morfema (*f-morpheme*) e l-morfema (*l-morpheme*), correspondendo, grosso modo, à diferença entre categorias funcionais e categorias lexicais, respectivamente. Um **f-morfema** é definido como um morfema para o qual não há escolha para a inserção de Vocabulário, ou seja, o *spell-out* de um f-morfema é determinístico. Dessa forma, os f-morfemas são aqueles cujo conteúdo é suficiente para determinar uma expressão fonológica única.

Em contrapartida, um **l-morfema** é definido como aquele para o qual existe uma escolha no *spell-out*, pois é preenchido por um item vocabular que denote um conceito específico na língua. Os l-morfemas são acategoriais e não são pré-determinados, uma vez que o conteúdo fonológico de uma raiz ($\sqrt{\quad}$) pode ser inserido livremente, mas sujeito a condições de licenciamento. Assim, em um l-morfema cuja posição sintática o define tradicionalmente como um nome, qualquer um dos Itens de Vocabulário *cachorro, gato, rato, peixe* etc. pode ser inserido.

Como vimos até aqui, a MD propõe um modelo no qual os processos de formação de palavras são sintáticos e não lexicais. De acordo com Lobato (2010), a Morfologia Distribuída quer expressar que a morfologia é também parte da sintaxe. A inovação é que deixa de existir um dado e único componente morfologia, pois se postula que a maquinaria atribuída à morfologia está distribuída entre vários componentes. “Essa teoria então integra a morfologia na sintaxe – uma vez que a estrutura da palavra (...) é determinada pela sintaxe (...) –, e retira qualquer dependência da sintaxe e da morfologia em relação à fonologia” (LOBATO, 2010, p. 35).

Cabe salientar, ainda, as vantagens ou razões de se adotar um modelo que se apoia nos pressupostos apresentados nesta seção.

1.4.1 Vantagens da Morfologia Distribuída

Como afirmado na introdução deste trabalho, o foco da presente pesquisa é o estudo das nominalizações. Ao se estudar as nominalizações, um dos primeiros pontos a ser observado é a sua estreita relação com verbos correlatos. Essa relação pode se dar

por meio da estrutura argumental desse tipo de nominal, bem como pela leitura eventiva que eles podem apresentar, como exemplificado abaixo:

(10) João vendeu uma casa.

(11) A venda da casa pelo João.

(12) A declaração que o Pedro deu no julgamento surpreendeu todos.

Observa-se, portanto, que nominalizações possuem estrutura argumental, conforme dado em (11), assim como sua contraparte verbal, conforme dado em (10), e podem apresentar uma leitura eventiva como expresso no dado em (12). Em uma teoria lexicalista, essa relação está prevista no léxico e a informação da estrutura argumental está na entrada lexical, bem como a possível leitura eventiva. No modelo da MD, essa relação pode ser captada por meio de informação contida nas raízes. O trabalho de Marantz (1997), por exemplo, sugere que existe algum tipo de informação temática na raiz, isto é, as raízes selecionam os argumentos, o que faz uma previsão de que a raiz mantém as mesmas informações seletivas nos diversos ambientes categoriais em que é inserida⁵.

De acordo com Scher, Medeiros & Minussi (2011), nas primeiras versões da MD, as raízes dos verbos são licenciadas em certos contextos sintáticos, que envolvem certos tipos de argumentos e núcleos funcionais com atribuições específicas. O licenciamento depende da compatibilidade entre as propriedades semânticas das raízes e o significado das estruturas sintáticas nas quais as raízes são inseridas.

Além disso, na MD, as raízes presentes na Lista 1 não possuem categoria gramatical, isso favorece o estudo das nominalizações, pois uma das discussões primeiras diz respeito à direção do processo de formação, se do verbo para o nome ou vice-versa. No modelo da MD, essa pergunta não se coloca, uma vez que a definição da categoria dependerá do contexto sintático em que a raiz é inserida.

Outra vantagem da MD está relacionada ao fato de haver um único componente gerativo: a sintaxe. Nesse sentido, não há a necessidade de propor operações diferentes das operações sintáticas de Concatenar e Mover.

Depois de apresentar os pressupostos da Morfologia Distribuída, passaremos à discussão acerca do paralelismo entre as categorias DP e CP proposto na literatura. Essa

⁵ Para uma discussão acerca da seleção de argumentos pelas raízes no modelo da MD, verificar o trabalho de Minussi (2012, p. 43-45).

discussão se faz relevante para o presente trabalho, uma vez que as nominalizações apresentam um conjunto de características morfossintáticas que confirmam esse correlato.

1.5 O paralelismo entre as categorias DP e CP

Como afirmado, autores como Chomsky, 1970; Abney, 1987; Giorgi & Longobardi, 1991; Szabolcsi, 1983, 1994; Lecarme, 1999 e Bernstein, 2001 assumem que expressões nominais e sentenças compartilham uma estrutura interna paralela, o que pode se refletir em alguns fenômenos, tais como: estrutura argumental, posição de adjetivos e advérbios, marcação de Caso, entre outros. Para corroborar esse paralelismo entre as categorias DP e CP, é necessário investigar nas línguas naturais fenômenos linguísticos relevantes.

De acordo com Ticio (2003), o linguista Robert Lees foi o primeiro autor a descrever as similaridades entre sentenças e sintagmas nominais. Lees (1960 apud TICIO, 2003) observou que sentenças e sintagmas nominais são similares em relação à sua distribuição, conforme exemplificado a seguir, com dados extraídos do autor (p. 2):

(13) a. John surprised me.

b. That John came surprised me.

(14) a. I know John.

b. I know that John came.

(15) a. John₁ was known t₁ by many linguists.

b. That John came₁ was known t₁ by many linguists.

Os exemplos apresentados por Lees (1960 apud TICIO, 2003, p. 2) ilustram o seguinte: sentenças e sintagmas nominais considerados argumentos podem ocorrer como sujeitos (cf. (13)), podem aparecer como objetos (cf. (14)) e podem ocorrer em construções passivas (cf. (15)).

Uma década depois, o trabalho de Chomsky (1970) apontou novas evidências em favor do paralelismo entre sintagmas nominais e sentenças. No estudo de Chomsky, estruturas como as exemplificadas abaixo (extraídas do autor, p. 203-204) são

interpretadas como sinônimas, uma vez que o nome *destruction* (destruição) e o verbo *to destroy* (destruir) do inglês apresentam a mesma grade temática:

(16) The destruction of the city by the enemy.

(17) The enemy destroyed the city.

Como afirmado anteriormente, Chomsky (1970) afirma que a hipótese transformacionalista difundida no âmbito da Gramática Gerativa daria conta dos nominais gerundivos, mas não dos derivados. Essa conclusão resulta da análise de exemplos como os apresentados a seguir (extraídos do autor, p. 187):

(18) a. John has refused the offer.

b. John criticized the book.

(19) a. John's refusing the offer.

b. John's criticizing the book.

(20) a. John's refusal of the offer.

b. John's criticism of the book.

O processo que relaciona a formação de nominais aos verbos é recorrente nas línguas de todo o mundo. Em inglês, existem dois tipos desse processo, as formações gerundivas, exemplificadas em (19), e as derivadas, exemplificadas em (20). Chomsky (1970) observa que, apesar de ambos os processos consistirem em formação de nominalizações, existem entre tais formações algumas diferenças. A primeira diferença é que os nominais gerundivos podem ser formados livremente a partir de verbos e a relação de significado entre o nominal e o verbo é bastante regular. Além disso, os gerundivos não possuem a estrutura interna de um sintagma nominal, pois não podem ser precedidos por um determinante como *that* ou *the*, conforme exemplo (21), e tampouco por um adjetivo, conforme exemplo (22), ambos extraídos do autor (p. 189):

(21) ***the** proving the theorem.

(22) *John's **unmotivated** criticizing the book.

Diferentemente dos gerundivos, os nominais derivados podem ocorrer com determinantes, como ilustrado em (23), e com adjetivos, como ilustrado em (24), além de o complemento ser introduzido por preposição, geralmente *of*, conforme exemplos (23) e (24) abaixo, extraídos de Chomsky (1970, p. 189):

(23) **the proof of** the theorem.

(24) John's **unmotivated** criticism **of** the book.

Para dar um tratamento adequado aos nominais derivados, Chomsky (1970) afirma que se devem estender as regras de base a fim de acomodar os nominais derivados. Por um lado, pode-se adotar uma posição lexicalista, simplificando o componente transformacional ou, por outro, pode-se derivar essas formas a partir de uma extensão do aparato transformacional, o que ele denomina posição transformacionalista. A solução proposta talvez fosse adotar a posição lexicalista para determinados itens e a posição transformacionalista para outros. Dessa forma, adota-se uma posição lexicalista para dar conta de processos de formação de palavras como o das nominalizações. Nessa perspectiva, a impossibilidade de existirem certas nominalizações é dada no léxico, em decorrência de especificação que se introduz a respeito da subcategorização dos itens lexicais.

Em suma, a hipótese lexicalista trata de maneiras distintas os diferentes processos morfológicos, colocando, na sintaxe (componente transformacional), os processos regulares e, no léxico (componente lexical), os processos idiossincráticos da língua. Essa posição estabeleceu gradualmente a noção de que a estrutura das palavras, em suas propriedades básicas, é diferente da estrutura das sentenças.

Também os estudos de Szabolcsi (1983, 1994) sobre o húngaro demonstram que, nessa língua, os afixos que expressam a concordância em nomes e em verbos são os mesmos, o que permite um paralelo entre as duas estruturas. Os dados expressos em (25), (26) e (27), abaixo, ilustram exemplos de concordância nominal em que o caso genitivo é expresso no possuidor, e o nome possuído concorda com o possuidor em pessoa e número. O dado apresentado em (28) expressa o paralelo com o sistema de concordância do sujeito marcado com um caso e com o verbo concordando com o sujeito em número e pessoa (em que 'ø' indica ausência de flexão de caso):

(25) az én- \emptyset vendég-e-m
 the I-nom guest-poss-1sg/ o 1s-NOM convidado-poss-1s
 ‘my guest’ / ‘meu convidado’

(26) a te- \emptyset vendég-e-d
 the you-nom guest-poss-2sg
 ‘your guest’ / ‘seu convidado’

(27) (a) Mari- \emptyset vendég-e- \emptyset
 the Mary-nom guest-poss-3sg
 ‘Mary’s guest’ / ‘o convidado de Maria’

(28) Mari- \emptyset alud-t- \emptyset
 Mary-nom sleep-past-3sg
 ‘Mary slept’ / ‘Maria dormiu’

(exemplos extraídos de Szabolcsi, 1983, p. 89-90)

A partir dos exemplos do húngaro, expressos acima, Szabolcsi (1983) propõe um paralelismo entre a estrutura dos sintagmas nominais e a das sentenças, tomando por base o fato de as marcas de concordância e de caso do possessivo terem realização morfológica no nome. Portanto, a morfologia desses NPs (*Noun Phrase*) espelha exatamente a morfologia da sentença. A única diferença é que a posição ocupada pelo morfema que marca tempo e modo no verbo (V) é ocupada pelo morfema indicador de posse no nome (N).

Os estudos de Abney (1987) também revelaram semelhanças entre a estrutura interna da sentença e do DP, conforme exemplificado a seguir, com dados do autor (p. 25):

(29) John₁ portrayed himself₁.

(30) John₁’s portrayal of himself₁.

(31) *Himself₁ portrayed John₁/him₁.

(32) *His own₁ portrayal of John₁/him₁.

Os exemplos do inglês, listados acima, demonstram que sentenças e sintagmas determinantes comportam-se de forma semelhante em relação às exigências de ligação de uma anáfora. Tanto na estrutura da sentença (cf. (29)), quanto na estrutura do DP (cf. (30)), *John* e *himself* podem se referir ao mesmo indivíduo, uma vez que o nominal (antecedente) c-comanda a anáfora, mas a relação de correferência não é possível em (31) e (32). Dessa forma, o contraste se aplica de forma idêntica.

Outro trabalho relevante sobre a relação verbo/nome é o de Siloni (1997) sobre os nomes de evento deverbais no hebraico, que confirma o fato de que verbos e seus nomes deverbais correspondentes compartilham propriedades semânticas básicas. Esse estudo demonstra que nomes de evento em hebraico atribuem caso acusativo aos seus argumentos. Considerem-se os exemplos extraídos da própria autora (p. 27):

(33) *ha-harisa shel ha-cava 'et ha-'ir*
 the-destruction of the army ACC the-city
 ‘The army’s destruction of the city’ / ‘A destruição da cidade pelo exército’

(34) *ha-cava haras 'et ha-'ir*
 the-army destroyed ACC the-city
 ‘The army destroyed the city’ / ‘O exército destruiu a cidade’

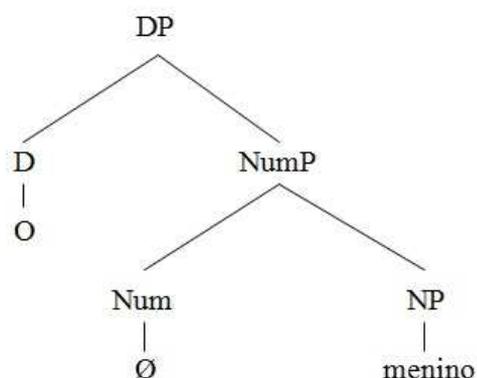
Nos dados acima, o nome compartilha a mesma grade temática que o seu verbo correspondente. Em (33), o nome deverbal *harisa* (‘destruição’) atribui os mesmos papéis temáticos atribuídos pelo verbo *haras* (‘destruir’) em (34). Nos dois exemplos, *ha-'ir* (‘a cidade’) recebe papel temático de Paciente, enquanto que *ha-cava* (‘o exército’) recebe papel de Agente. O argumento Agente recebe caso nominativo na construção verbal e caso genitivo na construção nominal, enquanto que o argumento Paciente recebe caso acusativo nas duas construções. Dessa forma, os dados de Siloni demonstram o paralelo entre as duas construções do hebraico e revelam a presença da partícula *'et* diante de argumentos nominais, conforme o dado em (33), e verbais, conforme o dado em (34). Em hebraico, a partícula *'et* acompanha os argumentos dos verbos transitivos, quando o complemento apresenta marca de definitude, mas os nomes só podem atribuir caso acusativo aos seus argumentos mediante a presença de *'et*. O referido fato pode constituir uma evidência morfológica da relação estrutural entre verbos e nomes.

Nesta seção, apresentamos argumentos de diferentes autores a favor da afirmação de que a estrutura do DP é regida pelos mesmos princípios que regem a estrutura do CP. A seção seguinte objetiva examinar a estrutura sintática do DP.

1.6 A Hipótese DP

Em geral, um NP denota algum objeto no mundo. Por um lado, nomes próprios como *Maria* denotam indivíduos; por outro, um NP contendo um nome comum refere-se a indivíduos indiretamente. O significado de um NP é construído da seguinte maneira: N denota uma classe de objetos; um NP singular denota uma classe constituída por um único elemento; um NP plural denota uma classe com pluralidade de membros e o determinante definido denota a referência ao objeto. Como ilustrado na estrutura a seguir, o DP é o nóculo mais alto do sintagma; assim, o NP passou a ser nomeado de sintagma determinante (DP). Segundo Longobardi (1994), a principal função de D é singularizar ou individualizar. De forma geral, NP descreve e D referencia.

(37) O menino⁶

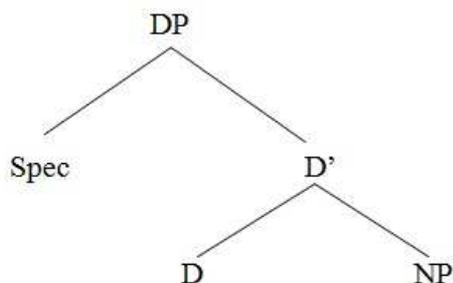


A estrutura descrita em (37) segue a hipótese defendida por Abney (1987). Abney (1987) postula que o DP domina o NP e atua sobre ele de modo paralelo ao que faz o IP (Sintagma Flexional) com o VP (Sintagma Verbal). O trabalho de Abney (1987) é significativo para a definição da estrutura sintática das expressões nominais.

⁶ Alguns estudos propuseram a existência de outras projeções funcionais entre o DP e o NP, semelhantemente à estrutura da sentença que apresenta outras categorias funcionais (CP, IP etc.). Um exemplo desse tipo de proposta está em Ritter (1991) que argumenta a favor da categoria funcional NumP entre o DP e o NP, a exemplo da estrutura em (37), com base em evidências de movimento de núcleo dentro do sintagma nominal no hebraico.

Sua proposta é também referida como a Hipótese DP: a classe dos determinantes assume status de um núcleo sintático independente, com projeção e com propriedades sintáticas e semânticas próprias. Dessa forma, a representação do DP apresenta a estrutura expressa em (38):

(38)



Segundo a Hipótese DP, nomes (assim como verbos) são selecionados por uma categoria funcional. Algumas das evidências morfológicas, sintáticas e semânticas que corroboram a estrutura do DP foram apresentadas na seção anterior. A hipótese defendida por Abney de que NPs são dominados por uma projeção funcional DP, a qual pode ser sintaticamente correlacionada com outras projeções funcionais mais altas como o CP no domínio verbal, tem sido adotada em estudos acerca do sintagma determinante desde então.

1.7 O aspecto lexical e o licenciamento da estrutura argumental

O aspecto é definido por Comrie (1976) como os diferentes modos de observar a constituição temporal interna de uma situação. Segundo o autor, o aspecto diz respeito ao tempo interno da situação, enquanto que o tempo refere-se ao tempo externo. No português, por exemplo, os verbos exprimem tempo, modo e aspecto. Assim, o verbo no português permite exprimir o mesmo fato como um todo ou composto por diferentes fases. O aspecto corresponde justamente ao fato de se poder evidenciar cada uma dessas fases em situações diferentes.

O termo “aspecto” foi usado primeiramente para se referir à distinção entre o perfectivo e o imperfectivo, observado na flexão dos verbos em russo e em outras línguas eslavas. O termo é usado porque se percebe que a análise das formas verbais

gregas implicava uma análise além da referência temporal (cf. LYONS, 1979). Trata-se do aspecto gramatical. A essa noção vem juntar-se a de aspecto lexical (ou *aktionsart*), que corresponde ao papel do significado lexical na denotação de um estado de coisas.

A literatura aponta ainda que o aspecto não constitui uma categoria dêitica, diferentemente do tempo, pois não se refere ao momento do enunciado. O tempo verbal indica a localização do evento na linha do tempo, mas o aspecto expressa a natureza interna de uma dada situação. O aspecto define, por exemplo, se uma ação é pontual: “João estudou matemática”; se uma ação teve duração no tempo: “João estava estudando matemática”; se uma ação é pontual ou repetitiva: “João pulou” ou “João saltitou”; se uma ação é acabada: “João fez o dever de casa”; se uma ação é inacabada: “João estava fazendo o dever de casa”, e assim por diante. A partir dos exemplos apresentados, pode-se afirmar que o aspecto pode estar presente na morfologia verbal, pode ser expresso por meio da escolha de um item lexical que marca um determinado tipo de aspecto ou na seleção de um complemento específico, como apontado por Oliveira (2001).

Segundo Castilho (1968), o aspecto é uma categoria de natureza léxico-sintática, pois em sua caracterização interagem o sentido que a raiz do verbo contém e elementos sintáticos como adjuntos adverbiais, complementos e tipo oracional. Portanto, na língua portuguesa, o aspecto é, em geral, representado pelo sentido do próprio do verbo, pela flexão temporal, pelos adjuntos adverbiais e pelos tipos oracionais. Assim, se tivermos uma ação verbal indicando uma duração, temos o aspecto imperfectivo, se uma ação completada, temos o aspecto perfectivo, se uma ação repetida, o aspecto iterativo, e assim por diante. Castilho afirma que:

O aspecto é a visão objetiva da relação entre o processo e o estado expressos pelo verbo e a idéia de duração ou desenvolvimento. É pois, a representação espacial do processo. Esta definição, baseada na observação dos fatos, atende à realidade etimológica da palavra “aspecto” (que encerra a raiz *spek* = “ver”) e insiste na objetividade característica da noção aspectual, a que contrapomos a subjetividade temporal (CASTILHO, 1968, p. 14, grifos do autor).

Todas essas definições tiveram no estudo de Vendler (1967) uma referência primordial. Vendler (1967) apresenta um modelo que levou a identificação de quatro classes aspectuais de verbos, a saber: (i) estados, que denotam circunstâncias que não se desenvolvem no tempo (*querer, amar*); (ii) atividades, que denotam eventos que se desenvolvem durante um tempo, mas com um ponto de término indeterminado (*correr,*

nadar); (iii) *accomplishments*, ou processo culminado, que denotam processos para os quais existe um ponto final previsível (*correr dois quilômetros, pintar um quadro*) e *achievements*, ou culminações, que denotam eventos que ocorrem em um momento específico de tempo (*nascer, chegar*), conforme exemplos abaixo:

- (39) João ama Maria. (estado)
- (40) Pedro correu pelo parque. (atividade)
- (41) João pintou um quadro réplica da Monalisa. (accomplishment)
- (42) O menino chegou ao carro. (achievement)

O desenvolvimento da proposta de Vendler (1967) leva à definição de três pares de valores para o aspecto lexical. São eles: estaticidade e dinamicidade, telicidade e atelicidade, pontualidade e duratividade.

O primeiro par (estaticidade e dinamicidade) corresponde à possibilidade de um predicado descrever um estado que não se altera no período de tempo ou uma sucessão de estágios de um processo, que transcorre no tempo. Isso porque as situações do mundo podem pertencer a duas classes distintas de fenômenos: estados (cf. exemplo (43)) e eventos (cf. exemplo (44)). Os estados são estáticos, isto é, são homogêneos. Já os eventos são dinâmicos, constituídos por diferentes estágios, pois envolvem mudança e dinamicidade, como ilustrado no contraste a seguir:

- (43) Aquele filho admira muito o pai que tem.
- (44) O garoto desenhou um círculo no papel colorido.

O segundo par (telicidade e atelicidade) corresponde à possibilidade de um predicado apresentar um fim pré-determinado ou não. O valor telicidade está associado a eventos nos quais o processo transcorre até um ponto final. Já o valor atelicidade está ligado a estados e eventos para os quais não há um fim bem determinado, conforme ilustrado abaixo:

- (45) Mariana está cantando.
- (46) Mariana comeu o bolo.

No exemplo (45), o evento denotado por “cantar” pode prolongar-se indefinidamente, pois não existe no significado do predicado em si nada que indique que a situação chegará a um fim. No exemplo (46), diferentemente, existe um final previsto no evento de “comer o bolo”, que corresponde à ingestão da última fatia do bolo por Mariana.

O terceiro par (pontualidade e duratividade) corresponde à distinção entre um evento que não se prolonga no tempo e um evento que se prolonga por um período de tempo, conforme exemplos a seguir:

(47) Pedro espirrou.

(48) A faxineira limpou o apartamento.

Observa-se que o exemplo (47) denota um evento pontual, instantâneo e momentâneo, pois não corresponde a um intervalo de tempo, pois denota um instante. Já o exemplo (48) denota um evento que se prolonga por certo período de tempo, ou seja, apresenta o traço duratividade.

Apesar de a classificação proposta por Vendler (1967) ser considerada como referência para trabalhos sobre o aspecto, cabe observar que o mesmo verbo, como por exemplo, *correr* pode ser classificado como atividade em: *Pedro corre todos os dias*, ou como *accomplishment* em: *Pedro correu a maratona de Nova York*. Por essa razão, autores como Schmitt (1996), apontam que o aspecto é composicional, uma vez que em sua definição interagem tanto propriedades verbais quanto propriedades nominais do objeto que esse verbo seleciona.

Como se pode verificar, a noção de aspecto envolve diferentes questões que passam pela classificação proposta por Vendler (1967), que busca desenvolver as quatro categorias semânticas de aspecto lexical, da mesma forma que envolve diferentes valores que definem traços referentes ao dinamismo, a um ponto final pré-determinado ou à duração de uma eventualidade. A apresentação desses conceitos se faz relevante uma vez que eles serão retomados nos capítulos posteriores desta tese, que investigam as características sintático-semânticas das nominalizações. Argumentamos que as diferenças entre as duas leituras previstas (evento x resultado) para as nominalizações podem ser captadas por meio de traços aspectuais, o que torna a discussão sobre a natureza das situações (eventos e estados) relevante para o presente trabalho.

1.8 Conclusões parciais

O percurso que esse capítulo fez permitiu verificar a “evolução” do pensamento gerativo em relação à natureza e à origem do conhecimento linguístico, segundo as bases da Teoria de Princípios e Parâmetros e do Programa Minimalista de investigação linguística, bem como em relação ao lugar do léxico e da morfologia na estrutura da gramática, tendo em vista a investigação dos processos de formação de palavras. Nas primeiras versões da teoria, a derivação de palavras era operada por meio de transformações, numa época em que a teoria ficou conhecida como transformacionalista. Com o tempo, surgem estudos específicos do léxico e dos processos de formação de palavras.

Nesse cenário, Chomsky (1970) apresenta uma nova visão para os processos de formação de palavras que ficou conhecida como Hipótese Lexicalista. Essa abordagem manteve a visão tradicional dos estudos linguísticos de compreender a estruturação de palavras e a estruturação de sentenças como processos distintos. Nesse modelo, a criança forma um léxico mental durante o processo de aquisição de língua, mas esse léxico pode ser expandido mesmo depois de atingir o estágio estável. Os vocábulos armazenados no léxico constituem o *input* da sintaxe. Os vocábulos são extraídos do léxico já com a sua especificação de categoria. Dessa forma, esse modelo prevê duas computações distintas: uma para formar palavras, que ocorre dentro do léxico, e outra para formar sentenças, que ocorre dentro da sintaxe.

Diferentemente, na Morfologia Distribuída, o mecanismo gerador de palavras e sentenças é o mesmo. Nesse sentido, não há um léxico separado da sintaxe, mas são propostas três listas que fornecem as informações utilizadas para gerar um vocábulo: a Lista 1 que armazena traços abstratos sem conteúdo fonológico, a Lista 2 que armazena os Itens de Vocabulário e a Lista 3 que armazena o conhecimento linguístico do falante, isto é, o significado que uma palavra recebe por convenção, bem como os significados das expressões idiomáticas.

Verificamos também que a MD possui três propriedades centrais que a diferencia de outras teorias morfológicas, a saber: inserção tardia (a parte fonológica é inserida tardiamente), subespecificação (expressões fonológicas não precisam estar plenamente especificadas para serem inseridas em nós terminais da derivação sintática) e estrutura sintática hierárquica em toda a derivação (elementos dentro da sintaxe e dentro da morfologia respeitam os mesmos tipos de estruturas de constituintes). Assim,

a formação de palavras ganha um novo enfoque no âmbito da Teoria Gerativa. Cabe salientar que, nesse modelo, a sintaxe assume um papel ainda mais importante, visto que essa é a única geradora de elementos linguísticos.

Exploramos também, neste capítulo, a hipótese do paralelismo entre as categorias DP e CP. Essa hipótese, defendida por autores como Chomsky, 1970; Abney, 1987; Giorgi & Longobardi, 1991; Szabolcsi, 1983, 1994; Siloni, 1997; Lecarme, 1999 e Bernstein, 2001, afirma que expressões nominais e sentenças compartilham uma estrutura interna paralela. Esse paralelismo pôde ser observado em diferentes fenômenos estudados pelos autores acima citados. Um desses fenômenos refere-se à estrutura argumental das nominalizações, uma vez que, como apontado anteriormente, nominalizações podem compartilhar os mesmos argumentos que suas contrapartes verbais. A similaridade entre a estrutura argumental de verbos e nomes constitui um argumento sintático a favor do paralelismo assumido entre o domínio do DP e o domínio da sentença. Esse fenômeno será estudado no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2

A ESTRUTURA ARGUMENTAL DE NOMINALIZAÇÕES: DIFERENÇAS ENTRE NOMES DE EVENTO/PROCESSO E NOMES DE RESULTADO

O fenômeno que iremos examinar, neste capítulo, é o das nominalizações, na tentativa de corroborar o paralelismo entre as categorias funcionais DP e CP, apresentada no capítulo 1. Serão apresentadas algumas resenhas de trabalhos que investigaram o fenômeno das nominalizações, em particular, a sua estrutura argumental associada ao caráter ambíguo desse tipo de nominal (BASÍLIO, 1980; ABNEY, 1987; GRIMSHAW, 1990; PICALLO, 1991; ALEXIADOU, 2001; SLEEMAN & BRITO, 2010). Esses autores abordaram, dentre outros aspectos, a ambiguidade das nominalizações (nomes de evento/processo e nomes de resultado) e a possibilidade desses nomes poderem apresentar estrutura argumental de modo semelhante aos verbos.

2.1 A formação de nominalizações

Tradicionalmente, a formação de nominalizações no português é classificada como um tipo de padrão sufixal, no qual o acréscimo de um sufixo ao verbo possibilita a formação de um nome; por isso, as nominalizações, no âmbito da Tradição Gramatical, são conhecidas como nomes deverbiais.

De acordo com Rocha (1999a), empregam-se diferentes sufixos na formação de nominalizações em português, tais como: *-ção, -mento, -ura, -ncia, -agem, -da, -aço, -tiva, -ário, -ia, -ema* além do morfema *zero*⁷:

- (1) a. doar – doação
- b. planejar – planejamento
- c. bater – batida
- d. listar – listagem
- e. escrever – escritura
- f. garantir – garantia
- g. analisar – análise

⁷ Na abordagem da Tradição Gramatical, o sufixo zero corresponde a um tipo de padrão sufixal conhecido como derivação regressiva, que forma nomes a partir de verbos: *apitar – apito, atacar – ataque, caçar – caça, chorar – choro, gritar – grito e lutar – luta*.

Os exemplos expressos de (1a) a (1f) se enquadram no padrão da derivação sufixal, por meio do qual um sufixo é acrescentado a uma base verbal. Já o dado em (1g) constitui um exemplo de derivação regressiva. A nomenclatura “regressiva” é utilizada, na Tradição Gramatical, para classificar formações em que há a supressão da desinência verbal e da vogal temática do verbo e o acréscimo das vogais *-a*, *-e*, *-o*, o que acarreta uma palavra resultante menor que a palavra derivante.

Em estudo anterior (OLIVEIRA, 2005), assumimos que a nominalização consiste em uma associação lexical sistemática entre verbos e nomes (cf. BASÍLIO, 1980, p. 74), que permite a esses nomes manter estreitas relações com seus verbos correspondentes. De acordo com Basílio (1980), a nominalização consiste em um processo derivado de um padrão lexical geral. A autora afirma que os nomes deverbais em português são formados pelas seguintes regras:

- (2) a. $[X]_V \rightarrow [[X]_V \text{ ção}]_N$
- b. $[X]_V \rightarrow [[X]_V \text{ mento}]_N$
- c. $[X]_V \rightarrow [[X]_V \text{ da}]_N$
- d. $[X]_V \rightarrow [[X]_V \text{ nc(i)a}]_N$
- e. $[X]_V \rightarrow [[X]_V \text{ agem}]_N$

A autora acrescenta que, no caso de nomes deverbais formados pelas regras expressas em (2), a direção do processo morfológico é clara e não requer maiores discussões, ou seja, o nome deriva do verbo e não o contrário.

A discussão acerca do modelo de morfologia adotado no presente trabalho para explicar a formação de nominalizações foi apresentada no capítulo 1. Ressalta-se que a adoção de um modelo morfológico é essencial para explicar as características morfossintáticas das nominalizações. Discutimos, portanto, os pressupostos defendidos pela Hipótese Lexicalista (CHOMSKY, 1970), bem como os pressupostos da Morfologia Distribuída (HALLE & MARANTZ, 1993). Adotando a MD, assumimos, com Halle & Marantz (1993), a hipótese de que a perspectiva lexicalista está presente, pelo fato de pressupor uma raiz compartilhada, ainda que a diferenciação categorial seja resolvida no módulo sintático. Essa discussão estará também presente neste capítulo,

por meio das resenhas dos trabalhos que investigaram as nominalizações e sua estrutura argumental, as quais serão apresentadas nas seções seguintes.

2.2 A estrutura argumental de nominalizações

Como já mencionado, tradicionalmente, as nominalizações deverbais são compreendidas como derivadas de verbos. O fato de as nominalizações apresentarem uma relação direta com verbos correlatos faz com que, por um lado, propriedades verbais se apresentem nesses nomes; por outro, algumas propriedades específicas dos verbos não estão presentes.

No que se refere à estrutura argumental, observa-se que tanto verbos quanto nomes selecionam argumentos, como ilustrado abaixo:

- (3) A polícia ocupou a favela.
- (4) A ocupação da favela pela polícia.

Do mesmo modo, os argumentos de nomes e de verbos, de maneira geral, são categorialmente idênticos.

- (5) [DP O avião] chegou [PP a [DP o aeroporto]] com duas horas de atraso.
- (6) A chegada [PP d[DP o avião]] [PP a[DP o aeroporto]] com duas horas de atraso.

Ao contrário, a presença de argumentos dos nomes pode ser opcional, mas é obrigatória nos verbos:

- (7) A construtora reformou *(a casa) em seis meses.
- (8) A reforma (da casa) durou seis meses.

A construção (7) é agramatical porque viola o critério- θ , que exige que o objeto do verbo (argumento interno) esteja presente na estrutura, ou seja, que a posição de objeto seja saturada. Nesse caso, o papel temático de tema que o verbo tem para atribuir não foi descarregado. O critério- θ regula a atribuição de papéis temáticos e apresenta a seguinte formulação: “Cada argumento tem que receber exatamente um só papel

temático e cada papel temático deve ser atribuído exatamente a um único argumento⁸” (CHOMSKY, 1981, p. 36, nossa tradução). Dessa maneira, o critério- θ impõe que a relação entre os argumentos da representação sintática de uma oração e as funções- θ da entrada lexical do verbo da oração seja uma relação fechada e biunívoca, ou seja, todos os argumentos recebem uma função- θ e todas as funções- θ são atribuídas.

Ao contrário, a ausência de argumentos na estrutura com a nominalização em (8) é possível. A opção de expressar ou não sintaticamente os complementos nominais pode sugerir que os nomes não estão sujeitos ao critério- θ . Portanto, a questão que se coloca é por que o critério- θ não se aplica às estruturas com nominalizações, ou melhor, por que construções com nominalizações sem seus argumentos expressos sintaticamente não são agramaticais? Por que o critério- θ não barra esse tipo de construção?

Outra diferença é que os complementos de nominalizações são obrigatoriamente introduzidos por preposições⁹, conforme ilustrado em (10), enquanto os complementos de verbos podem ou não ser preposicionados, conforme exemplo em (9). O argumento sujeito de verbos é um constituinte externo não preposicionado; nos nomes esse argumento é preposicionado exatamente como nas construções passivas, conforme exemplo em (11) – sendo os dados do autor traduzidos para o português.

(9) Os Estados Unidos invadiram o Iraque.

(10) A invasão do Iraque pelos Estados Unidos.

(11) O Iraque foi invadido pelos Estados Unidos.

Os argumentos nominais precisam ser introduzidos por PPs (Sintagmas Preposicionais), uma vez que os nomes não possuem propriedades de Caso, o que requer a presença de um elemento marcador de Caso (CHOMSKY, 1986)¹⁰. A

⁸ No original: “Each argument bears one and only one θ -role, and each θ -role is assigned to one and only one argument”.

⁹ Chomsky (1970) afirma que, entre os vários tipos de expressões nominais do inglês, existem dois tipos principais: os nominais gerundivos (*gerundive nominals*) e os nominais derivados (*derived nominals*), como apontado no capítulo 1. Segundo Chomsky, entre as diferenças observadas entre esses dois tipos de nomes está o fato de que somente os últimos possuem a estrutura interna de um sintagma nominal e se comportam como tal. Entretanto, os nominais gerundivos não possuem a estrutura interna de um nome; por isso, os seus complementos não precisam ser introduzidos por preposição.

¹⁰ A presença do PP na estrutura do nominal requer, portanto, elaboração teórica, uma vez que a inserção da preposição marcadora de Caso remete à oposição entre preposições funcionais e lexicais (cf. CHOMSKY, 1986). Na abordagem da teoria da regência e ligação, a inserção da preposição *dummy* é resolvida na estrutura superficial (SS), em oposição à estrutura profunda (DS). Em termos minimalistas, a oposição entre esses níveis é eliminada, deixando-se essa operação para o nível da interface

preposição aparece, portanto, antes dos complementos por razões meramente sintáticas: ela atribui Caso ao DP, que é complemento da nominalização, visto que o nome não tem propriedades de satisfazer requisitos de Caso de um DP. Isso se deve ao fato de que a categoria gramatical de Caso é necessária, em qualquer língua, uma vez que permite que os DPs sejam interpretados, em conformidade com a Condição de Visibilidade que afirma que, para realizar uma função- θ , um argumento tem de ser visível em LF (Forma Lógica) e um argumento só é visível em LF se recebe Caso abstrato (CHOMSKY, 1986). A exigência do Caso verifica-se mesmo em línguas que não dispõem de morfemas para esse fim.

No português, o argumento interno das nominalizações é tipicamente expresso por *de* + SN, como em: *a erradicação da febre amarela pelo Brasil*. Além disso, o argumento externo que recebe papel temático de Agente é comumente introduzido pela preposição *por* ou por meio de determinantes possessivos, como em: *sua construção*, mas não pela forma do genitivo em ‘de’. Nesse último caso, a leitura de Agente não é captada, na presença do argumento Tema, também introduzido por *de*, conforme exemplo em (13)¹¹:

(12) A construção do estádio pela empreiteira.

(13) *A construção do estádio da empreiteira.

Em estudo prévio de minha autoria (OLIVEIRA, 2005), avalei detidamente essa questão, observando que, na presença de um argumento, é possível introduzir o argumento Agente pela preposição *de*, como em *a construção da empreiteira*. Ficou também evidente que a possibilidade de introduzir o PP pela preposição *de* não se reduz ao problema da presença/ausência do argumento Tema na estrutura do constituinte, sendo também determinada pelo caráter polissêmico do nome. Essa análise será retomada adiante.

morfofonológica. Para efeito de notação, optamos por manter o rótulo PP na indicação do constituinte introduzido pela preposição *dummy*, deixando em aberto a questão da forma como essa categoria é introduzida.

¹¹ O trabalho de Castro (2013), ao contrário, aponta que o argumento agente das nominalizações não precisa ser necessariamente introduzido pela preposição *por*, como nos exemplos abaixo extraídos do autor (p.13):

(i) A apresentação do Pedro superou as expectativas.

(ii) A contestação do Pedro superou as expectativas.

(iii) A divulgação do Pedro superou as expectativas.

Segundo o autor, nos exemplos acima, observa-se que o único argumento é introduzido pela preposição *de* e pode receber duas leituras, a saber: de Tema ou de Agente.

Neste ponto da discussão, surge o problema da distinção entre nomes que denotam eventos e nomes que denotam resultado, que passamos a explorar. A seção seguinte abordará essa questão, tomada de um ponto de vista que considera o caráter ambíguo/polissêmico das nominalizações.

2.3 A ambiguidade das nominalizações

É amplamente reconhecido que as nominalizações, em seu aspecto semântico, podem fazer referência tanto ao “ato de” como ao “resultado do ato de”. Isso significa que esses nomes são ambíguos por permitirem ora uma interpretação de evento/processo, ora uma interpretação de resultado, conforme exemplificado abaixo:

(14) A análise do artigo.

O nome *análise*, em (14), pode se referir tanto ao processo de analisar o artigo quanto ao resultado desse processo, ou seja, à análise pronta. No entanto, ao inserirmos o sintagma (14) dentro de um determinado contexto, a ambiguidade se desfaz, conforme ilustrado em (15) e (16), em que a expressão *análise do artigo* se refere ao resultado do evento, e em (17) e (18), em que a mesma expressão remete ao processo de analisar algo.

(15) A análise do artigo contém quatro páginas.

(16) A análise do artigo ficou sobre a mesa.

(17) A análise do artigo durou três horas.

(18) A análise do artigo levantou sérias discussões.

Dessa forma, pode-se afirmar que existe, dentro da classe das nominalizações, uma distinção binária entre nomes de evento/processo (interpretação verbal) e nomes de resultado (interpretação nominal). De acordo com Faraco (1983), esse aspecto das nominalizações constitui um caso de ambiguidade lexical¹². O referido autor apresenta

¹² O fato de Faraco (1983) definir o fenômeno da dupla interpretação das nominalizações como um caso de ambiguidade lexical levanta a questão sobre como a mesma entrada lexical marca essas diferentes possibilidades de interpretação. Diferentemente, seria possível analisar o fenômeno assumindo-se que, para cada interpretação semântica, tem-se uma entrada lexical nova. O estudo de Faraco não esclarece qual seria a análise mais adequada.

os seguintes exemplos para ilustrar esse fenômeno semântico (FARACO, 1983, p. 64-65):

(19) A invenção de Edson modificou a vida da humanidade. (invenção: o resultado do ato de inventar)

(20) A plantação de cana foi destruída pelo fogo. (plantação: objeto resultante do ato de plantar)

(21) A adesão de João ao movimento atrapalhou nossos planos. (adesão: ato de aderir a algo)

(22) Estou esperando a saída dos jogadores. (saída: ato de sair)

Em suma, as características arroladas nesta seção, assim como os exemplos listados acima, mostram que os nomes deverbais são, em geral, ambíguos no que se refere à distinção estabelecida entre nomes de evento/processo e nomes de resultado.

Nas seções seguintes, passamos a considerar alguns estudos que investigaram as diferenças entre nomes de evento/processo e nomes de resultado, bem como a estrutura argumental desses nomes, no âmbito da Teoria Gerativa.

2.4 A análise de Basílio (1980)

Vimos que, segundo Basílio (1980), “a nominalização consiste num processo de associação lexical sistemática entre verbos e nomes” (p. 74). Nessa perspectiva, de acordo com a autora, nomes deverbais podem apresentar tanto uma interpretação nominal quanto uma interpretação verbal, dependendo do contexto sintático em que ocorrem, como ilustram os exemplos expressos em (23), retirados da autora (p. 80).

(23) a. O presidente encerrará o simpósio às 9 horas.

b. O encerramento do simpósio provocará acúmulo de serviço na secretaria.
(sentido verbal)

c. Eu só cheguei no simpósio para o encerramento. (sentido nominal)

Para Basílio, afirmar que uma forma nominalizada tem sentido verbal equivale a dizer que ela está estabelecendo uma relação entre elementos que a acompanham da mesma maneira que o verbo. Ao contrário, dizer que uma nominalização tem sentido

nominal significa que ela está nomeando, referindo-se a elementos do universo do discurso em que está inserida.

O que se pode observar nos dados acima é que, em (23b), a nominalização indica um evento – o fato de o simpósio ser encerrado – obtendo-se assim um sentido verbal. Já em (23c), a nominalização indica o resultado do evento de encerrar, gerando um sentido nominal. A diferença entre a interpretação verbal e a interpretação nominal, apontada por Basílio (1980), também pode ser observada nos exemplos a seguir:

(24) Odeio violência e destruição.

(25) A destruição da cidade pelos inimigos ocorreu rapidamente.

Nos exemplos acima, a nominalização *destruição* recebe duas interpretações distintas. Em (24), a nominalização refere-se à noção verbal de uma maneira genérica, sem nenhuma especificação. Já em (25), a nominalização é interpretada como o ato de destruir, o que indica uma interpretação verbal.

Observa-se, portanto, que nomes deverbais podem apresentar duas interpretações, o que indica que as formas nominalizadas de verbos podem apontar extensões de significado. O significado ao qual a autora se refere é o sintático, que permite leitura ora verbal, ora nominal para nomes, dependendo do contexto de ocorrência. Assim, a autora utiliza termos como ‘interpretação’, ‘leitura’ ou ‘sentido’, em referência a esse nível de significado, que se distingue do significado lexical.

De acordo com Basílio, é importante ressaltar que o fato de formas nominalizadas poderem ser entendidas ora como nomes, ora como verbos não deve ser considerado como exceção ou idiossincrasia de alguns verbos. Entre os 305 nomes deverbais que fazem parte do estudo da autora, 50% podem ter tanto uma interpretação nominal quanto uma interpretação verbal. Os outros 50% incluem tanto nomes deverbais que só podem ser interpretados como verbos, quanto nomes deverbais que só podem ser interpretados como nomes, por exemplo: *garimpagem* só pode ter a leitura verbal e *abrigo* só pode ter a leitura nominal.

O estudo de Basílio¹³ não tem como tema de investigação os fatores que influenciam a geração de uma leitura nominal ou verbal, mas se mostra muito

¹³ O estudo de Basílio (1980) tem como referência inicial a noção de Regras de Formação de Palavras (RFP), proposta por Aronoff (1976). As Regras de Formação de Palavras são acionadas quando o falante produz novos itens lexicais. Nessa teoria, existe forte evidência de que a base das regras de formação de

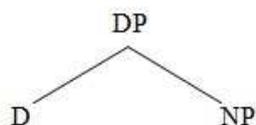
interessante por tocar no ponto central da questão, que é a ambiguidade das nominalizações ou, segundo a autora, a extensão de significado dos nomes deverbais.

Em suma, a análise de Basílio (1980), baseada em dados do português do Brasil, aponta para o fato de as nominalizações poderem apresentar ora uma leitura verbal, ora uma leitura nominal, dependendo do contexto de ocorrência. A abordagem adotada pela autora para o processo de formação de nominalizações é de natureza lexicalista, uma vez que as distinções categoriais não são definidas na sintaxe, mas são especificadas no léxico, por um conjunto de regras de formação de palavras/de arranjo estrutural aplicadas no componente morfológico, que gera a informação a ser lida no componente fonológico¹⁴.

2.5 A análise de Abney (1987)

No capítulo 1, verificamos que o estudo de Abney (1987) é significativo para a mudança de ponto de vista em relação à estrutura sintática das expressões nominais. A hipótese defendida no trabalho de Abney é a de que o determinante (D) é um núcleo sintático que seleciona a projeção do sintagma nominal (NP) na posição de complemento e projeta seu nível sintagmático máximo, conforme ilustrado em (26):

(26)



O autor afirma, ainda, que, ao tratar de sintagmas nominais, não há como não falar a respeito da distinção entre nomes de processo e nomes de resultado, amplamente

palavras é justamente o conjunto de palavras já existentes na língua. Dessa forma, o léxico não constitui uma simples lista de palavras, mas é um lugar repleto de vitalidade, no qual regras são usadas para criar novos vocábulos. A teoria proposta por Aronoff é essencialmente baseada na observação de que novas palavras são formadas a partir de palavras “velhas” por meio de regras reconhecíveis. Associada à noção de RFP, Basílio propõe um modelo em que as regras produtivas de formação de palavras são distintas das regras que analisam a estrutura interna das palavras. Dessa forma, Basílio propõe o conceito de Regras de Análise Estrutural (RAE). As Regras de Análise Estrutural permitem ao falante de uma língua reconhecer a estrutura interna das palavras, o que o torna apto a, por exemplo, saber que *planejamento* é derivado de *planejar* ou que *consideração* deriva de *considerar*.

¹⁴ Neste trabalho, investigamos as nominalizações que manifestam leitura verbal. Os casos considerados por Basílio (1980) como de leitura não verbal não serão considerados (cf. o *abrigo* (*do filho) (*pelo pai)).

citada na literatura. Os nomes de processo denotam ações e eventos, enquanto os nomes de resultado denotam objetos. Conseqüentemente, a grade temática do verbo só é preservada nos nomes de processo, mas não nos de resultado. Os nomes de resultado podem apresentar complementos do tipo PP correspondentes aos argumentos verbais, mas eles nunca são obrigatórios e frequentemente mostram indicações de serem modificadores e não mais complementos.

Para o autor, isso fica claro quando observamos o comportamento de um nome derivado, que manifesta a possibilidade de duas leituras (processo e resultado), como por exemplo, *examination* do inglês, conforme dados de Abney (1987, p. 74), a seguir:

(27) a. [Examination of the students] will take several hours.

b. *[Examination] will take several hours.

(28) a. *[The examination of the students] was printed on pink paper.

b. [The examination] was printed on pink paper.

O nome *examination* em (27) denota um evento, por esse motivo a estrutura argumental deve ser preservada, como em (27a). Em (28), o nome *examination* denota um objeto concreto e, assim, os argumentos não são necessários e até mesmo inaceitáveis, como demonstra a agramaticalidade do dado (28a). Entretanto, nem sempre a presença do complemento com o nome de resultado gera uma sentença mal-formada, como ilustra o exemplo (30) do inglês, extraído de Abney (1987, p. 74-75):

(29) a. [A reconstruction of the events] will take a long time.

b. *[A reconstruction] will take a long time.

(30) a. [John's reconstruction of a 17th century French village] was destroyed in the fire.

b. [John's reconstruction] was destroyed in the fire.

Em (29), *reconstruction* comporta-se como um nome de processo, acompanhado de seu argumento em (29a). Em (30), *reconstruction* recebe uma leitura de resultado, mas a presença de complemento não gera agramaticalidade como em (28a). Para

Abney, o genitivo *John's* em (30) não indica o argumento sujeito, mas é um possessivo, e o complemento *of a 17th century French village* em (30a) é um modificador.

Segundo Abney, não é sempre uma tarefa fácil estabelecer a distinção entre um nome de processo e um nome de resultado. Para isso, existe uma série de diagnósticos que podem ajudar nessa tarefa. A seguir, selecionamos alguns desses critérios de distinção:

- a) Nomes de processo não podem ser pluralizados. Assim, em ‘the clipping of the grass’, *clipping* é um nome de processo, mas no plural *the clippings* só pode ser um nome de resultado;
- b) Nomes de processo, ao contrário dos nomes de resultado, não podem ocorrer com demonstrativos;

(31) ?That examination of the students occurred a week ago. (processo)

(32) That examination is twenty pages long. (resultado)

- c) Nomes de resultado sempre requerem a presença de um determinante;

(33) *Examination was ten pages long. (resultado)

(34) The examination was ten pages long. (resultado)

O estudo de Abney não tem como ponto central a investigação sobre as nominalizações, pois o foco de discussão do autor está na elaboração da Hipótese DP. Entretanto, a distinção elaborada para o inglês, em seu trabalho, acerca da distinção entre nomes de processo e de resultado torna-se relevante para o presente trabalho. A análise de Abney, assim como a de Grimshaw (1990), que se segue, estabelece uma relação entre o tipo de leitura e a presença ou não dos argumentos nominais. Portanto, essa questão será retomada nas seções seguintes deste capítulo.

2.6 A análise de Grimshaw (1990)

O trabalho de Grimshaw (1990) influenciou de forma determinante a investigação sobre as nominalizações. Grimshaw afirma que existem dois tipos de

nominalizações deverbais: algumas com interpretação de evento, outras com interpretação de resultado. Na interpretação de evento, a autora distingue nomes de evento simples e nomes de evento complexos. Os nomes de evento simples, como, por exemplo, *filme*, são semelhantes aos nomes de resultado e aos nomes não derivados porque não apresentam estrutura argumental obrigatória.

Para Grimshaw (1990), portanto, nem todos os itens lexicais possuem uma estrutura argumental como parte de sua representação lexical. De acordo com a autora, em relação aos nomes, somente os que se referem ao que ela denomina eventos complexos - nomes que manifestam propriedades aspectuais representadas na estrutura interna - possuem estrutura argumental como os verbos. Dessa forma, os nomes que denotam eventos complexos admitem os mesmos modificadores aspectuais que as suas contrapartes verbais, como ilustram os exemplos (35) e (36) do inglês, extraídos da referida autora (p. 58):

(35) Only observation of the patient for several weeks / *in several weeks can determine the most likely...

(36) They observed the patient for several weeks / *in several weeks.

Dessa forma, a distinção feita pelo estudo de Grimshaw é entre nomes de evento (*complex event nominals*), que denotam eventos complexos, e nomes de resultado (*result nominals*), que denotam eventos simples e que não possuem estrutura argumental. Segundo a autora, as nominalizações são tipicamente ambíguas em relação a essa distinção, conforme ilustrado em (37):

(37) a. The examination / the exam was long / on the table.

b. The examination / *the exam of the patients took a long time / *was on the table.

O nome *examination*, por exemplo, tem duas interpretações. Em (37a) ele se refere a uma entidade concreta e em (37b) se refere a um evento. Enquanto *examination* é ambíguo, a sua forma abreviada *exam* não o é¹⁵. O nome *exam* é sempre um nome de

¹⁵ O contraste observado no inglês entre os nomes *exam* e *examination* pode ser considerado um caso raro nas línguas. No português, pode-se observar esse contraste entre os nomes *garimpo* (local de exploração

resultado e não pode ocorrer nos mesmos contextos que um nome de evento, como demonstra (37b).

Para traçar tal distinção, Grimshaw organiza alguns testes para verificar a diferença de comportamento entre nomes que denotam eventos complexos e nomes que denotam resultado no inglês, os quais, em alguns pontos, retomam observações de Abney (1987).

Segundo a autora, nomes de evento, por um lado, não podem ser pluralizados nem podem ocorrer com demonstrativos ou com artigos indefinidos; por outro lado, nomes de resultado podem ser pluralizados e sempre requerem um determinante, como ilustrado em (38) e (39):

(38) a. They studied the/an/one/that assignment.

b. They observed the/*an/*one/*that assignment of the problem.

c. The assignment of the problem too early in the course always causes problems.

(39) a. The assignments were long.

b. *The assignments of the problems took a long time.

c. Assignment of difficult problems always causes problems.

Borer (1999) apresenta um resumo dessas características com base no trabalho de Grimshaw (1990), o qual retomamos a seguir e ilustramos em (40) e (41).

NOMES DE RESULTADO	NOMES DE EVENTO
<ul style="list-style-type: none"> - sem argumentos obrigatórios; - não atribuem papel-θ; - sem leitura de evento; - os sujeitos são, na verdade, possessivos; - <i>by phrases</i> (complementos introduzidos pela preposição <i>por</i>) não são argumentos; - não aparecem acompanhados de modificadores aspectuais; 	<ul style="list-style-type: none"> - argumentos obrigatórios; - atribuem papel-θ; - apresentam leitura de evento; - os sujeitos são, na verdade, argumentos; - <i>by phrases</i> são argumentos; - podem aparecer acompanhados de modificadores aspectuais; - modificadores como <i>frequent</i> e <i>constant</i> só

do solo) e *garimpagem* (ato de explorar o solo em busca de pedras preciosas ou ouro), ambos correlacionados ao verbo *garimpar*.

- modificadores como <i>frequent</i> e <i>constant</i> só aparecem com a forma plural do nome; - podem ser pluralizados.	aparecem com a forma singular do nome; - não podem ser pluralizados.
---	---

(BORER, 1999, p. 1, nossa tradução)

- (40) a. The instructor's examination of the student.
 b. The frequent collection of mushrooms (by students).
 c. The destruction of Rome in a day.

- (41) a. The instruction's examination/exam.
 b. John's collections
 c. These frequent destructions took their toll.

Os dados em (40), extraídos de Borer (1999, p. 1), demonstram o comportamento dos nomes de evento: uso obrigatório no singular, com argumentos presentes, presença de modificadores aspectuais, como *frequent*, e *by phrases* funcionando como argumentos. Já os dados em (41) exemplificam o comportamento dos nomes de resultado: sem argumentos, com formas pluralizadas, sujeitos como possessivos e a realização do advérbio *frequent* somente com formas no plural.

Uma observação apresentada pela análise de Grimshaw é a de que nomes sem estrutura argumental apresentam modificadores e nomes com estrutura argumental selecionam argumentos, por terem a possibilidade de atribuir papel- θ da mesma forma que verbos.

O trabalho de Grimshaw (1990) é referência para a clássica distinção estabelecida entre nomes de evento e nomes de resultado. O seu estudo estabelece um diagnóstico claro sobre as diferenças de comportamento sintático entre nomes que denotam eventos complexos e nomes que denotam eventos simples no inglês. Assim, como o estudo de Abney (1987), suas conclusões caminham em direção ao estabelecimento da relação entre leitura de evento - presença de argumentos e leitura de resultado - ausência de argumentos. Além disso, na análise de Grimshaw, a estrutura argumental é considerada um produto lexical, o que suscita a questão sobre o componente da gramática no qual a nominalização é gerada, no léxico ou na sintaxe.

No entanto, o entendimento dessa distinção na relação com a presença de argumento na estrutura do constituinte nominal encontra divergência desde sua formulação. É o que passamos a expor.

2.7 A análise de Picallo (1991)

O trabalho de Picallo (1991) constitui um estudo sobre as nominalizações em catalão, uma língua românica, assim como o português. Sua análise inicia apontando o caráter ambíguo das nominalizações que podem se referir ao processo ou podem denotar o objeto resultante desse processo, como no exemplo a seguir extraído da autora (PICALLO, 1991, p. 289):

(42) la discussió de les dades
‘the discussion of the data’

No entanto, a autora aponta que é possível desfazer a ambiguidade, desde que seja inserido um contexto adequado, conforme exemplificado abaixo, com dados da autora (p. 289):

(43) [La discussió de les dades] va durar tot el dia.
‘The discussion of the data lasted all day’

(44) [La discussió de les dades] es va publicar a la revista.
‘The discussion of the data was published in the journal’

Segundo a autora, expressões que denotam eventos ou processos, como em (43), podem ser localizadas no tempo, mas somente seu resultado pode ser publicado, como exemplificado em (44). Assim, interpretamos a nominalização em (43) como um processo, mas em (44) ela denota um resultado. A autora aponta, ainda, que nos casos de ambiguidade, na interpretação do nominal, o morfema presente é o mesmo; entretanto, em poucos casos, o morfema pode marcar a diferença de interpretação, como demonstrado nos dados do catalão abaixo (PICALLO, 1991, p. 292), em que a nominalização em (45) refere-se ao evento, mas em (46), refere-se ao resultado (um contraste comparável a *exam* e *examination* do inglês):

(45) [A descoberta del bacil de la tuberculosi] (es va produir en 1882).

‘The discovery of the tuberculosis bacillus (was in 1882)’

(46) [El descobriment del bacil de la tuberculosi] (ha estat útil a la humanitat).

‘The discovery of the tuberculosis bacillus (has been useful to mankind)’

Assim, no exemplo (45), com o sufixo *-erta*, a nominalização é interpretada como evento/processo, enquanto em (46) com o sufixo *-iment*, a nominalização é interpretada como resultado, nos dialetos que utilizam os dois sufixos. Em relação a esses exemplos, Picallo afirma que eles constituem fatos isolados, pois, em geral, sintagmas contendo nominalizações com o Tema realizado sintaticamente, mas com a omissão do Agente são ambíguos em relação a uma leitura de evento/processo e uma leitura de resultado, na língua catalã. No entanto, esses sintagmas deixam de ser ambíguos quando o Agente é realizado. Nesses casos, o Agente é realizado em uma posição de adjunto, a leitura obtida é a de evento/processo e a interpretação de resultado é excluída. Esse fenômeno está ilustrado nos exemplos de Picallo (1991, p. 291), a seguir:

(47) la demostració del teorema de Pitàgores **per part d'en Joan**.

‘the proof of the theorem of Pythagoras on the part of Joan’

(48) l'observació de l'estructura neuronal **per part de Ramón y Cajal**.

‘the observation of the neuronal structure on the part of Ramon y Cajal’

Ao contrário, caso o Agente seja realizado em uma posição argumental na forma do Caso genitivo, obtém-se a interpretação de resultado, mas não a leitura de evento/processo, como exemplificado abaixo com dados da autora (p. 291):

(49) la demostració **d'en Joan** del teorema de Pitàgores.

‘the proof of Joan of the theorem of Pythagoras’

(50) l'observació **de Ramón y Cajal** de l'estructura neuronal.

‘the observation of Ramon y Cajal of the neuronal structure’

Isso ocorre porque os argumentos genitivos são sempre interpretados como um Tema¹⁶ nesses casos do catalão. Portanto, nomes de evento/processo em catalão não possuem a capacidade de realizar o Agente em uma posição argumental. Eles são nomes passivos (*passive nominals*). Nos DPs passivos, o Agente é realizado como um adjunto introduzido sempre pela locução adverbial *per part de* (*on the part of*, no inglês). Ao contrário, nomes de resultado estão na forma ativa (*active nominals*), cujos Agentes aparecem em posição argumental quando sintaticamente realizados.

Outro ponto abordado pela autora é o de que certos predicados proporcionam uma interpretação da nominalização em detrimento de outra. Por exemplo, predicados indicativos de propriedades (cf. exemplo (51)) ou que pressupõem um objeto (cf. exemplo (52)) proporcionam uma leitura de resultado, como exemplificado a seguir, com dados extraídos da autora (p. 293):

(51) [La demostració **d'en Joan** del teorema de Pitàgores] **és inconsistent**.

‘The proof of Joan of Pythagoras’ theorem is inconsistent’

(52) [L’avaluació **de la comissió** dels resultats de l’enquesta] **es va enviar a tothom**.

‘The evaluation of the committee of the results of the poll was sent to everybody’

Como se observa nos exemplos acima, somente resultados (objetos) possuem a propriedade de ‘serem inconsistentes’ ou de ‘serem enviados’. Segundo a autora, os exemplos acima demonstram que os predicados que selecionam leitura de resultado aparecem em estruturas com nomes ativos, incompatíveis com nomes passivos, acompanhados da expressão *per part de*.

Contrariamente, predicados como *take place*, *occur*, *begin*, entre outros selecionam eventos ou processos. Nesses casos, os predicados podem ser acompanhados de DPs passivos, conforme exemplificado abaixo (p. 294):

¹⁶ A interpretação de Tema nos exemplos em questão é derivada da relação possuído-possuidor observada nesses casos.

(53) [L'avaluació dels resultats de l'enquesta **per part de la comissió**] **va començar fa dos mesos.**

'The evaluation of the results of the poll on the part of the committee began two months ago'

De modo semelhante, a inserção de modificadores temporais nas expressões nominais exclui a leitura de resultado e favorece a leitura de evento/processo, mesmo sem o Agente realizado, como exemplificado abaixo (p. 295):

(54) la modificació dels plànols **durant tot un any**

'the modification of the plans during a whole year'

(55) la remodelació de les façanes **abans del 1992**

'the remodeling of the facades before 1992'

A prova de que modificadores temporais somente podem aparecer em estruturas com nomes passivos pode ser demonstrada pela agramaticalidade do exemplo abaixo, extraído de Picallo (1991, p. 295), cuja interpretação é de resultado devido ao tipo de predicado:

(56) [La modificació dels plànols *(**durant tot un any**)] ha estat examinada pels perits.

'The modification of the plans *(during a whole year) has been examined by the experts'

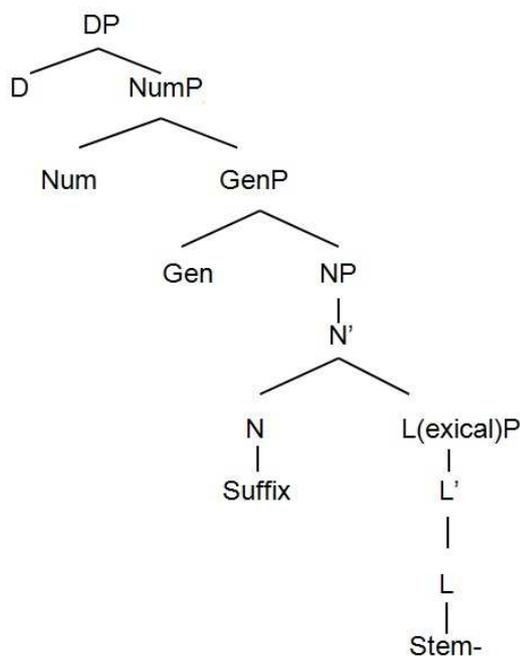
De acordo com Picallo, o fato de expressões temporais serem possíveis somente com nominais de evento/processo corrobora a tese de que esses DPs são passivos e que seus argumentos interpretados como Agente são adjuntos quando realizados sintaticamente. Esses testes, segundo a autora, apresentam evidências para diferenciar o comportamento dos nominais de evento/processo dos nominais com leitura de resultado.

Após traçar essas distinções entre os tipos de nominais, Picallo (1991) sugere que a interpretação ambígua é possível nos nominais deverbais porque o sufixo

nominalizador pode ser analisado de dois modos distintos: como um elemento flexional ou como um elemento derivacional.

Primeiramente, quando o sufixo nominalizador é analisado como elemento flexional, o DP irá receber a interpretação de evento/processo e apresentará a estrutura expressa em (57), proposta por Picallo (1991, p. 298), na qual o sufixo nominalizador ocupa a posição de núcleo da projeção NP. Esse elemento funcional toma como complemento uma projeção lexical categorialmente neutra e domina uma raiz que é a mesma correspondente ao verbo. No componente sintático, a raiz L° torna-se um NP por meio do movimento de núcleo. Neste caso, nominalizações de evento/processo são casos de nominalizações sintáticas.

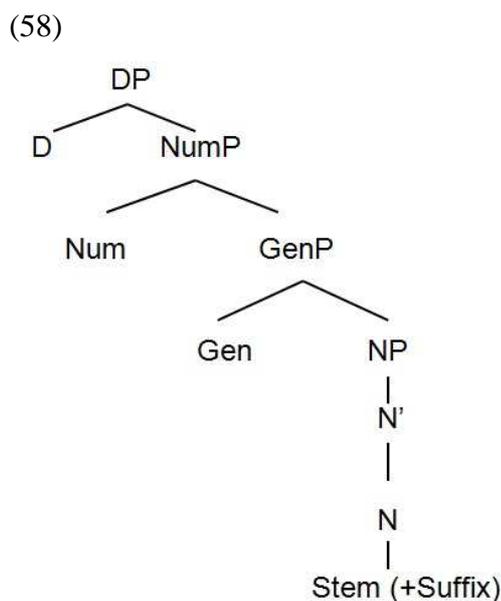
(57)



Observa-se que a hipótese de que o sufixo nominalizador possa ser analisado como uma categoria funcional constitui uma reformulação da proposta apresentada em Chomsky (1970). Nesse trabalho, Chomsky propõe que, para explicar as regularidades existentes entre verbos e nomes, alguns elementos lexicais entram no léxico neutros em relação aos traços categoriais [N] e [V]. O objetivo do trabalho de Picallo (1991) é justamente investigar a posição lexicalista e explorar algumas das consequências que ela sugere para a teoria da sintaxe. De acordo com a Hipótese Lexicalista, a formação de uma palavra por meio da derivação ocorre no léxico e não na sintaxe: um item lexical

como *destroy* do inglês entra no léxico indiferentemente como verbo ou nome e, posteriormente, recebe o sufixo nominalizador *-ion* no nível da morfologia (pela aplicação de regras morfológicas, como na proposta de Aronoff (1976)), formando a nominalização *destruction*.

Em segundo lugar, quando o sufixo nominalizador for analisado como um morfema derivacional, o DP receberá a interpretação de resultado e apresentará a estrutura em (58), proposta por Picallo (1991, p. 299):



A estrutura acima corresponde à estrutura dos nominais de resultado, os quais são DPs ativos, como já apontado. Nestes casos, a sufixação é implementada na estrutura profunda (D-structure) e o seu produto constitui um caso de nominalização lexical. Segundo a autora, a estrutura proposta em (58) é a mesma para nominais não deverbiais, em que a categoria NP entra na estrutura profunda sem afixo derivacional. Assim, nomes sem uma contraparte verbal possuem uma etiqueta inerentemente [+N] no léxico.

Em suma, Picallo propõe, por um lado, que o morfema nominalizador pode ser analisado como um elemento funcional, com projeção sintática e leitura de evento/processo. Esse afixo seleciona um elemento lexical categorialmente neutro e desencadeia efeitos de passivização. Por outro lado, o morfema nominalizador pode ser analisado como derivacional. Nesse caso, ele não projeta e é parte da entrada lexical do NP na estrutura profunda. Os nominais com essas características denotam resultados e são considerados nominais ativos. Assim, a nominalização com leitura de evento é

formada na sintaxe, mas a nominalização com interpretação de resultado é formada no léxico.

A proposta de Picallo (1991) distancia-se da análise de Grimshaw (1990) em dois pontos centrais: primeiramente, na análise de Picallo, tanto nomes de evento/processo, como nomes de resultado podem selecionar argumentos, a diferença está na seleção do argumento Agente, que parece estar presente na estrutura com a nominalização de evento/processo, introduzido pela preposição *per*, mas não na nominalização de resultado, que só pode ter esse elemento realizado na forma genitiva. A segunda diferença está no fato de a análise de Grimshaw propor que todas as nominalizações acontecem no léxico e não na sintaxe, pois é no léxico que surgem as propriedades que distinguem nomes de evento/processo e nomes de resultado, bem como os diferentes comportamentos das construções em que eles ocorrem. Entretanto, na análise de Picallo, as nominalizações que indicam processos são formadas na sintaxe e as nominalizações de resultado são formadas no léxico.

Nesse sentido, a presença do argumento com papel temático de Agente na grade temática da nominalização determina a formação da nominalização na sintaxe – e inversamente, a ausência desse papel temático de Agente determina a formação da nominalização no léxico. Tal proposta não contempla, porém, as propriedades compartilhadas por ambos os tipos de nominalização. Assumindo-se o quadro da MD, é possível captar tais propriedades em um dado nível da derivação, conforme será demonstrado a seguir.

2.8 A análise de Alexiadou (2001)

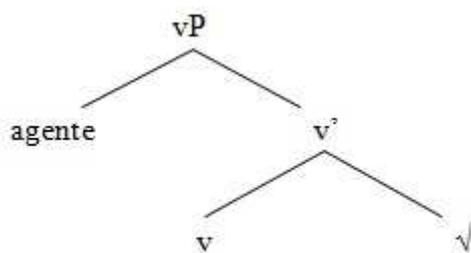
A análise de Alexiadou (2001) toma como base os fundamentos da Morfologia Distribuída, cujo modelo assume que a interação entre sintaxe e morfologia é direta. Halle & Marantz (1993) afirmam que os processos atribuídos ao componente denominado morfologia não estão concentrados em um único componente da gramática, mas distribuídos entre diferentes componentes. Assim, o modelo da MD propõe uma arquitetura da gramática com um único sistema responsável tanto pela estrutura das palavras, quanto pela estrutura sentencial.

No modelo da MD, como toda derivação é sintática, não existe um componente lexical e um nível de operações morfológicas, nos termos daqueles apontados pela Hipótese Lexicalista (cf. CHOMSKY, 1970). Portanto, itens morfológicos são inseridos

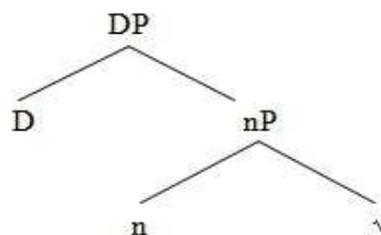
em nódulos dentro de posições sintáticas. Dessa forma, elementos lexicais são introduzidos em ambientes sintáticos sem especificação de categoria gramatical. Dependendo da camada funcional que domina o item não especificado, ele sofrerá *spell-out* como um verbo, um nome ou um adjetivo. Em outras palavras, as formas subjacentes a verbos como *construir* e nomes como *construção* são raízes abstratas não especificadas para uma categoria sintática. Assim, a formação de verbos e nomes pode ser exemplificada a seguir:

$$(59) \sqrt{} = \sqrt{\text{CONSTRU}}$$

(60)



(61)



A partir das estruturas acima, nominalizações como *construção* não foram verbo em nenhum estágio da derivação, diferentemente da abordagem lexicalista, que afirma que palavras são formadas no léxico por meio da combinação de palavras e morfemas, o que tradicionalmente leva as nominalizações a serem interpretadas como derivadas de uma contraparte verbal, o que, a princípio, explicaria as suas características argumentais em comum. Ao contrário, a MD assume que as raízes são neutras em relação às categorias lexicais, como por exemplo, V e N. É a localização sintática dessas raízes que irá definir seu estatuto categorial: em contextos verbais, serão verbos e em contextos nominais, serão nomes.

Nesse sentido, a análise de Alexiadou (2001) distancia-se da análise de Grimshaw (1990), que propõe que a nominalização é um processo lexical e não sintático. Em linhas gerais, a autora defende que as nominalizações com leitura de evento e as nominalizações de resultado são formadas na sintaxe, contrariando também a proposta de Picallo (1991).

Apesar do distanciamento da proposta de Picallo (1991), Alexiadou (2001, p. 13) retoma os dados do catalão, apresentados pela autora, para reafirmar o fato de que

nominalizações de resultado também podem mapear argumentos na estrutura sintática, conforme dados repetidos a seguir:

(62) La discussió **de les dades** va durar tot el dia. (processo)

‘The discussion of the data lasted all day’

(63) La discussió **de les dades** es va publicar a la revista. (resultado)

‘The discussion of the data was published in the journal’

Alexiadou afirma que nos dois casos acima o PP ‘de les dades’ (*of the data*) apresenta a mesma relação temática, o que indica que nominalizações de resultado podem sim mapear argumentos na estrutura sintática.

De acordo com a autora, o que distingue os dois tipos de nominalização é a sua estrutura sintática. Isso significa afirmar que a diferença entre nomes de evento e de resultado pode ser explicada em termos das categorias funcionais presentes em cada uma das estruturas, diferentemente de análise anteriores (cf. GRIMSHAW, 1990), que propõem uma distinção em termos de estrutura argumental.

Desse modo, nas nominalizações com interpretação de evento, a raiz lexical é dominada por categorias funcionais nominais e verbais, tais como vP e AspP (Sintagma Aspectual), associadas à expressão de eventividade, o que não ocorre nas nominalizações de resultado.

Considerando os dados do grego, Alexiadou (2001) afirma que advérbios podem aparecer com nominalizações; no entanto, a presença do advérbio só é gramatical em estruturas com nominalizações de evento, como ilustrado nos exemplos abaixo, retirados da autora (p. 47):

(64) *i katastrofi olosheros (resultado)

the destruction completely

‘the destruction completely’

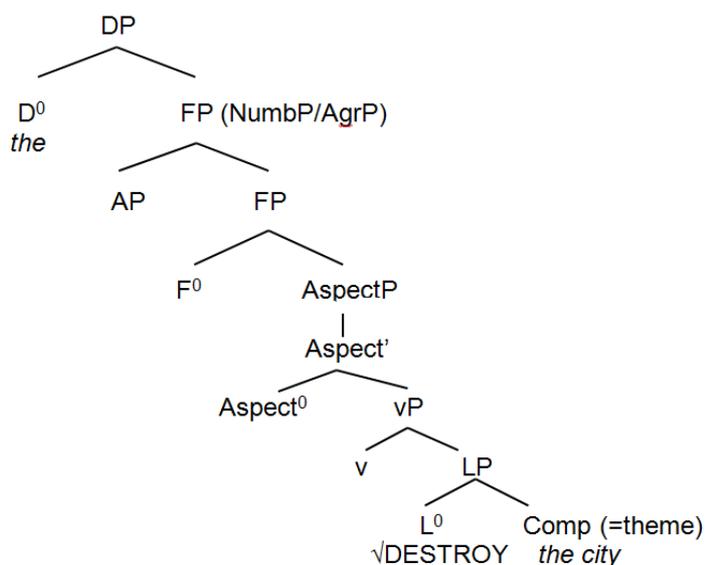
(65) i katastrofi tis polis olosheros (evento)

the destruction the city-GEN completely

‘the destruction of the city completely’

A possibilidade de advérbios aspectuais poderem ocorrer com nomes de evento indicam a presença de vP e AspP na estrutura sintática desses nominais, responsável pelo licenciamento de advérbios. Assim, a autora propõe a seguinte estrutura para as nominalizações com interpretação de evento (p. 57):

(66)



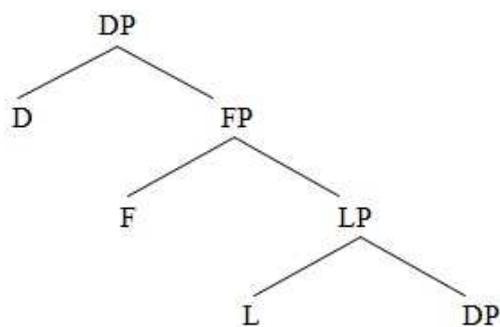
Como se pode observar, a raiz lexical das nominalizações com interpretação de evento é dominada por vP e AspP. Segundo Alexiadou (2001), a categoria v, dominada por vP, contém um traço de agentividade, que permite licenciar a projeção de um argumento externo com interpretação de Agente; traços de eventividade, que licenciam a leitura de evento e também o Caso do argumento interno¹⁷.

A categoria Asp contém traços relacionados às propriedades semânticas do verbo: perfectividade e imperfectividade. Os traços de imperfectividade, por um lado, estão associados a processos, e os traços de perfectividade, por outro, estão associados a processos culminados.

As nominalizações de resultado, diferentemente, recebem a seguinte estrutura na análise de Alexiadou (2001, p. 57) (L = LexicalP e FP = número e *Agree*):

¹⁷ De acordo com Alexiadou (2009), e seguindo Kratzer (1994), a projeção VoiceP é responsável por licenciar o argumento externo; portanto, a projeção dessa categoria funcional viabiliza a presença desse argumento em estruturas com nominalizações de evento. A projeção VoiceP associa-se à estrutura passiva, cujo agente pode permanecer implícito. O argumento interno, por sua vez, poderia ser licenciado pelo próprio v.

(67)



Como se pode observar na estrutura acima, as nominalizações com interpretação de resultado não apresentam as categorias vP e AspP.

Em suma, a análise de Alexiadou (2001) propõe que categorias funcionais podem diferenciar nominalizações de evento das nominalizações de resultado. Nesse sentido, a diferenciação elaborada por Grimshaw (1990) em termos da presença/ausência de estrutura argumental é substituída pela hipótese de que raízes lexicais estão presentes em ambos os tipos de nominalizações, o que permite que ambas selecionem argumentos. No entanto, o que as distingue é determinado por categorias funcionais na projeção estendida dessas categorias, a saber: vP e AspP. A hipótese de projetar traços aspectuais na estrutura das nominalizações será adotada na presente análise. No entanto, consideramos necessário incluir pontos adicionais para aprofundar essa questão.

2.9 A análise de Sleeman & Brito (2010)

A análise de Sleeman & Brito (2010) aproxima-se da análise elaborada por Alexiadou (2001), uma vez que as referidas autoras adotam o quadro da Morfologia Distribuída e, conseqüentemente, assumem que as nominalizações são formadas na sintaxe. Do mesmo modo, as autoras, assim como Alexiadou (2001), contestam alguns pontos da proposta de Grimshaw (1990), em particular, a relação entre interpretação dos nomes e sua estrutura argumental.

De acordo com as autoras, os nomes deverbais não apresentam somente duas leituras (processo e resultado), mas três leituras: processo, resultado e entidade. As nominalizações de processo e de resultado podem apresentar estrutura argumental, mas as nominalizações que denotam uma entidade não possuem estrutura argumental. As autoras afirmam que a análise de Grimshaw (1990) não faz uma descrição completa das

características dos deverbais, pois os nomes de resultado e de objeto (entidade) são analisados da mesma maneira e são considerados como nomes sem argumentos, mas ao contrário, nomes de resultado podem tomar argumentos. Assim, a análise das autoras distancia-se da dicotomia estabelecida entre nominalizações de evento/processo e nominalizações de resultado.

Em contrapartida, Sleeman & Brito (2010) propõem uma dicotomia baseada no traço de agentividade e argumentam que tanto as nominalizações de processo como as de resultado podem apresentar os traços + agentivo e – agentivo, associados à diferença de estrutura argumental. Argumentam ainda que, nos dois valores, ambos os tipos de nominalização referidos acima são eventivos, apresentam as categorias vP e AspP, estando a diferença entre elas centrada em questões aspectuais. Além desses dois tipos de nominalizações, as autoras distinguem um terceiro tipo, que apresenta uma natureza não eventiva, denota objetos/entidades e não possui estrutura argumental.

Uma vez que a análise de Sleeman & Brito (2010) baseia-se nos traços eventivos + agentivo e – agentivo e no traço não eventivo, observa-se um contraste no comportamento das nominalizações, que vai do mais verbal ao menos verbal. Desse modo, existem três fases das nominalizações, a saber:

a) Na primeira, denominada “the most verbal reading of the nominalizations” / ‘a nominalização que tem a leitura mais verbal’, a raiz lexical apresenta dois argumentos: um obrigatório introduzido pela preposição *de* (Tema) e outro opcional introduzido pela preposição *por* (Agente). Nesse caso, a raiz é dominada pelas categorias AspP, vP e NumP e DP. AspP domina vP e v contém traços eventivos e agentivos, o que justifica a ocorrência do sintagma *por* (*by phrase*, em inglês), garantindo a existência de um argumento externo e de um argumento interno, a esse último é atribuído Caso genitivo. A categoria AspP apresenta traços de (im)perfectividade ou de resultado. Quando AspP possui traços de (im)perfectividade, tem-se nomes de eventos complexos (cf. GRIMSHAW, 1990). Quando AspP apresenta traços de resultado, tem-se o resultado de um evento. Para exemplificar esse tipo de nominalização, as autoras apresentam os seguintes exemplos (p. 126):

(68) La destruction de la ville par les soldats eut lieu en 1750. (evento)

‘The destruction of the city by the soldiers occurred in 1750’

(69) A análise do texto pelo aluno enriqueceu o conhecimento dos colegas.
(resultado)

(70) A construção do campo de jogos pelas autoridades trouxe benefícios para a comunidade. (resultado)

b) No segundo valor, denominado “the less verbal value” / ‘o valor menos verbal’, tem-se as mesmas características expressas na fase (a). A diferença é que o Agente é expresso pelo genitivo e é opcional. A raiz também é dominada por categorias como AspP, vP, NumP e DP; v é eventivo, mas não agentivo, o que justifica que o Agente seja opcional e expresso pelo genitivo, mas garante a presença de um argumento interno, que também é opcional. AspP apresenta traços de perfectividade ou de resultado. Para exemplificar esse tipo de nominais, as autoras apresentam os exemplos a seguir (p. 119-120):

(71) A tradução da Odisséia de Francisco Lourenço demorou dois anos. (evento)

(72) A tradução da Odisséia de Francisco Lourenço é magnífica. (resultado)

(73) La présentation de livres de ce journaliste est toujours raffinée. (resultado)

‘This journalist’s book presentation is always refined’

c) O terceiro valor das nominalizações é refletido por um objeto ou uma entidade, como em expressões do tipo *this beautiful building*. Nesse caso, as nominalizações não apresentam argumentos. A sua raiz é dominada por categorias como NumP e DP, mas não por categorias como AspP e vP, o que justifica a ausência da noção de evento e da leitura aspectual. O comportamento desses nomes assemelha-se ao dos nomes não derivados, tal como *book*, conforme exemplificado abaixo, com dados extraídos das autoras (p. 127):

(74) A construção destoa na paisagem. (objeto concreto)

(75) *A construção do campo de jogos pelas autoridades é de boa qualidade.
(objeto concreto)

(76) The book of linguistics. (objeto concreto)

O resumo da proposta das autoras pode ser visualizado no quadro a seguir, adaptado de Sleeman & Brito (2010, p. 128):

	Asp [-resultado]	Asp [+resultado]
vP [+agentivo]	Nomes de processo acompanhados de <i>by phrase</i> .	Nomes de resultado que admitem um <i>by phrase</i> .
vP [-agentivo]	Nomes de processo que admitem dois <i>of phrase</i> .	Nomes de resultado com <i>of phrase</i> .
Ausência de vP e de AspP	Nomes que denotam objetos concretos ou entidades.	

Em suma, a proposta de Sleeman & Brito defende que as nominalizações são formadas na sintaxe e que categorias funcionais como AspP e vP estão presentes na estrutura de nominalizações de processo e de resultado, mas não nas que indicam uma entidade/objeto concreto. Ao contrário de Grimshaw (1990), as autoras defendem que a relação entre estrutura eventiva e estrutura argumental não é tão forte, uma vez que nominalizações de resultado também podem apresentar argumentos e, em alguns casos, nomes de processo podem aparecer sem argumentos. Assim, os diferentes valores de uma nominalização são resultado de um processo gradual em que uma raiz perde propriedades de verbo e adquire propriedades nominais, conforme apontado por Vieira (2009).

2.10 Uma proposta de estrutura para as nominalizações

Em trabalho anterior (OLIVEIRA, 2005), estudamos as características argumentais das nominalizações no português do Brasil. Nesse trabalho, encontramos resultados semelhantes aos descritos no estudo de Picallo (1991), que investiga as nominalizações em catalão, em particular, em relação ao mapeamento da estrutura argumental desses nomes.

No português, a primeira questão que se coloca é que a dupla interpretação das nominalizações (nomes de evento/processo e nomes de resultado) também se mostra relevante, como já apontado por meio de dados na seção 2.3 deste capítulo. Resta

apresentar como a estrutura argumental desses nomes é mapeada na sintaxe. Para isso, considerem-se os exemplos a seguir:

(77) O planejamento do congresso pela Comissão Organizadora durou uma semana.

(78) O planejamento do congresso durou uma semana.

(79) *O planejamento pela Comissão Organizadora durou uma semana.

(80) O planejamento durou uma semana.

Nas estruturas acima, a nominalização *planejamento* recebe uma leitura de evento/processo propiciada pelo predicado [*durou uma semana*], que indica que a realização do evento se desenvolve como um processo. No exemplo (77), os dois argumentos estão mapeados na estrutura, como prevê o trabalho de Grimshaw (1990). No exemplo (78), somente o argumento interno [*congresso*] é realizado, mesmo assim a leitura de evento/processo se mantém. No exemplo (79), a realização somente do argumento externo parece gerar estranhamento aos falantes do português, o que pode indicar que a realização do argumento externo está submetida à realização do argumento interno na estrutura. No exemplo (80), a nominalização não apresenta argumentos, mas a noção de evento permanece presente, o que indica que a nominalização não precisa necessariamente mapear argumentos na estrutura sintática ao assumir a leitura de evento/processo.

Considerem-se, agora, os exemplos abaixo:

(81) *O planejamento do congresso pela Comissão Organizadora foi arquivado.

(82) O planejamento do congresso foi arquivado.

(83) *O planejamento pela Comissão Organizadora foi arquivado.

(84) O planejamento da Comissão Organizadora foi arquivado.

(85) O planejamento foi arquivado.

Nos exemplos acima, é a leitura de resultado que emerge, uma vez que o predicado [*foi arquivado*] seleciona o nominal com uma leitura estativa, pois somente o resultado da atividade de planejar, ou seja, o documento em si é que pode ser arquivado. No exemplo (81), os dois argumentos (interno e externo) estão realizados na estrutura e o resultado não é gramatical no português, assim como demonstrado nos dados do

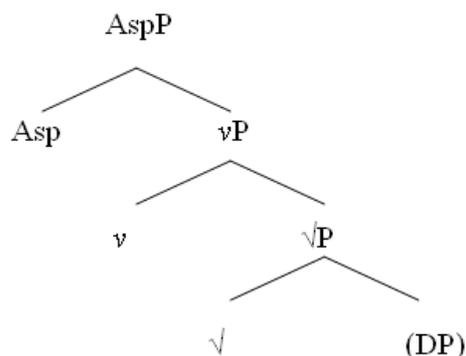
catalão (cf. PICALLO, 1991). No exemplo (82), somente o argumento interno está realizado e a leitura de resultado se mantém. Em (83), somente o argumento externo está presente e a sentença é novamente agramatical. No exemplo (84), o sintagma [*Comissão Organizadora*] é introduzido pela preposição *de*, e a leitura não é mais agentiva, mas genitiva. Por fim, em (85), não há argumentos realizados.

A análise dos dois conjuntos de dados acima, nos leva a concluir que, no português, nominalizações de evento/ processo podem mapear argumentos ou não, contrariando a análise de Grimshaw (1990); a restrição é que, se o argumento externo for realizado (na configuração *by-phrase*), o interno também deve estar presente. Nominalizações de resultado também podem mapear argumentos ou não; a restrição é que esse argumento deve ser o interno e não o externo. Se o argumento externo estiver presente, ele deve ser introduzido pela preposição *de*, o que impõe uma leitura genitiva e não mais agentiva.

A presente análise, seguindo Oliveira (2005), assume que, mesmo em casos como o de (82), o sintagma preposicional [*do congresso*] é argumento do nome. Nesse caso, embora o nome *planejamento* receba uma leitura de resultado, não traduz a ideia de materialidade da mesma forma que *livro*, *computador* ou *cadeira*. Consideramos que o traço eventivo permanece na estrutura formal do nome, mesmo que o nominal apresente uma leitura de resultado, como apontado por Jorge (1986), visto que a semântica relacionada ao evento de algo ter sido planejado não se perde totalmente.

Depois de apresentadas as características argumentais das nominalizações no português, cabe refletir sobre como essas características podem ser captadas por meio de uma estrutura no modelo da MD, para o qual as nominalizações são formadas na sintaxe. Como afirmado na introdução deste trabalho, estamos assumindo que a diferença entre nomes de evento/processo e nomes de resultado está associada a um conjunto de categorias funcionais que propiciam a leitura de evento/processo no primeiro tipo de nome, e a leitura de resultado no segundo tipo de nominal (cf. ALEXIADOU, 2001). Como ponto de partida, adotaremos a proposta de estrutura para as formações deverbais presente no trabalho de Embick (2000, p. 217), ilustrada abaixo:

(86)

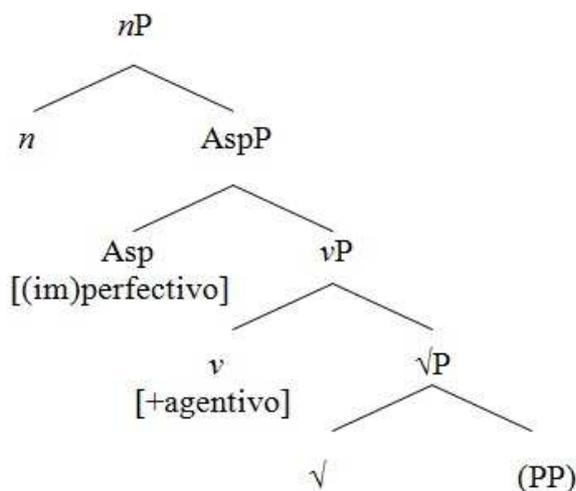


Na estrutura acima, a raiz é acategorial, o v refere-se ao núcleo funcional verbo leve (*light verb*) e o núcleo Asp (Aspecto) contém traços relativos à perfectividade e imperfectividade. Juntos, os dois núcleos funcionais (Asp e v) contêm informações básicas acerca da eventividade/estaticidade.

Tomamos também como referência a análise de Sleeman & Brito (2010), que propõem uma dicotomia baseada no traço de agentividade associado à diferença de estrutura argumental entre nomes de evento/processo e nomes de resultado. Assumimos, com as referidas autoras, que nos dois tipos de nominalizações as categorias Asp e v P estão presentes; a diferença está centrada em questões aspectuais (imperfectividade/perfectividade). É a categoria v P que garante a existência de um argumento interno. No entanto, v é agentivo nas nominalizações de evento/processo, o que garante a realização do argumento externo (introduzido pela preposição *por* no português), e é não agentivo nas nominalizações de resultado, pois o argumento externo não pode ser realizado, a não ser por meio da preposição *de* (propiciando a leitura genitiva).

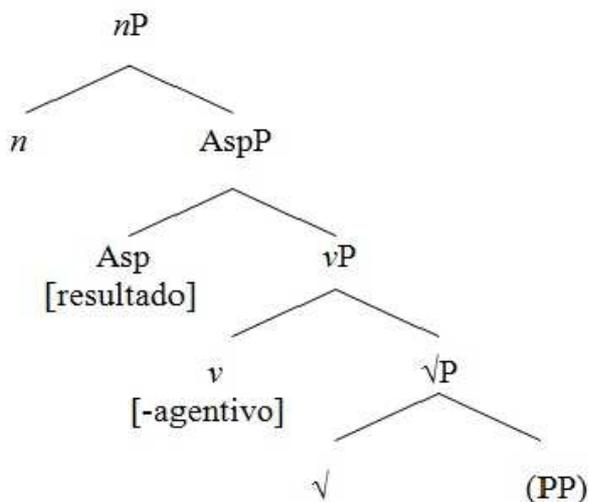
De acordo com Alexiadou (2001), a categoria v contém um traço de agentividade, que permite licenciar a projeção de um argumento externo com a interpretação de Agente; é também responsável pelos traços de caso do argumento interno. Já a categoria Asp contém traços relacionados às propriedades da semântica da base das nominalizações: os traços de imperfectividade estão ligados a processos e os traços de perfectividade estão ligados a processos culminados. Nesse sentido, a estrutura para as nominalizações de evento/ processo apresenta o núcleo v associado a um traço agentivo, que será marcado com diacrítico (v^*) (cf. CHOMSKY 1995), e o núcleo Asp associado a traços de (im)perfectividade, conforme ilustrado a seguir:

(87)



Diferentemente, a estrutura para nomes de resultado está projetada abaixo, na qual o traço presente em *v* é não agentivo e o núcleo Asp está associado a um traço de resultado, com características de perfectividade:

(88)



Outra solução possível seria sugerir que *v* não está projetado na estrutura das nominalizações de resultado, mas apresentam um núcleo Asp resultativo. No entanto, a presença de ‘*v*’ permite captar a relação com o verbo, presente nas nominalizações. Uma consequência seria assumir que Asp seleciona ‘*vP*’.

Em suma, a distinção entre as leituras (evento/processo e resultado) das nominalizações pode ser captada por meio de traços associados aos núcleos *v* e Asp. O

núcleo v* é [+agentivo] em nominalizações de evento/processo, o que dá conta da realização do argumento externo, e é [-agentivo] em nominalizações de resultado, o que explica a ausência do argumento externo nesse caso. Dessa forma, o núcleo ‘*v’ projetado na estrutura das nominalizações de evento/processo projeta uma posição de spec (especificador), enquanto que o núcleo ‘v’ presente na estrutura dos nomes de resultado parece não projetar essa posição. O núcleo Asp apresenta traços de (im)perfectividade nas nominalizações de evento/processo, o que explica a leitura eventiva atribuída a esses nomes, e um traço de resultado nas nominalizações de resultado, uma vez que esses nomes indicam o produto de um evento. Essa parece ser uma alternativa para diferenciar as duas interpretações, bem como explicar as diferenças no mapeamento da estrutura argumental desses nomes. Cabe salientar, ainda, que essa proposta sugere uma fase verbal para as nominalizações.

Os dados apresentados nesta seção, bem como as estruturas aqui apresentadas sugerem que nominalizações de evento/processo apresentam características de mapeamento argumental semelhantes às dos verbos transitivos e que nominalizações de resultado apresentam características de mapeamento semelhantes às dos verbos inacusativos, o que explica o fato de esses não selecionarem um argumento externo¹⁸.

No próximo capítulo, verificaremos que o núcleo Asp, no caso das nominalizações, também carrega traços aspectuais referentes aos sufixos formadores de nominalizações, os quais interagem com as propriedades aspectuais da raiz.

2.11 Conclusões parciais

A partir das análises apresentadas (BASÍLIO, 1980; ABNEY, 1987; GRIMSHAW, 1990; PICALLO, 1991; ALEXIADOU, 2001; SLEEMAN & BRITO, 2010) podemos fazer algumas considerações acerca dos pontos abordados nesses estudos.

A proposta de Basílio, como afirmado anteriormente, é relevante por apontar a dupla interpretação das nominalizações; no entanto, a autora não discute os fatores determinantes dessa ambiguidade. As análises de Abney (1987) e a de Grimshaw (1990) são bem aproximadas, apesar de o foco do estudo de Abney não ser o fenômeno das nominalizações e sim a Hipótese DP. A análise de Grimshaw (1990) representa um

¹⁸ Uma proposta de análise com uma estrutura transitiva para os nomes de evento/processo e de uma estrutura inacusativa para os nomes de resultado está apresentada em Oliveira (2006).

marco importante no campo dos estudos sobre as nominalizações, conforme atestado por Borer (1999), principalmente, por constituir o ponto de partida de outras análises (cf. PICALLO, 1991; ALEXIADOU, 2001; SLEEMAN; BRITO, 2010). No entanto, seu trabalho não está isento de críticas no que se refere à relação estrita, estabelecida pela autora, entre a leitura de evento/processo e a presença de estrutura argumental por um lado, e a relação entre a leitura de resultado e a ausência de argumentos por outro.

Na análise de Picallo (1991), a diferença existente entre nomes de evento/processo e de resultado, em relação à realização de argumentos na estrutura sintática, explica-se pelo fato de o sufixo nominalizador poder ser analisado como um elemento flexional ou como um elemento derivacional. No primeiro caso, temos uma nominalização sintática, cuja interpretação é eventiva; no segundo caso, temos uma nominalização lexical com interpretação de resultado.

A análise de Alexiadou (2001) defende que as nominalizações, tanto com leitura de evento/processo, quanto com leitura de resultado, são formadas na sintaxe, a partir de uma raiz neutra e ambas podem selecionar argumentos. A diferença apontada para os dois tipos de nominalização está na especificação dos traços formais das categorias funcionais presentes na estrutura sintática, ou seja, nas categorias funcionais projetadas acima da raiz.

A análise de Sleeman & Brito (2010) abandona a distinção dicotômica e propõe uma terceira leitura, a de objeto concreto/entidade, que se baseia não mais em termos de estrutura argumental, mas na possibilidade de introduzir os traços eventivo e não eventivo na projeção de 'v'. Dessa forma, o comportamento verbal ou nominal se define pela presença do núcleo 'v' marcado para o traço [+/-agentivo]. Na presença do traço [+agentivo] em 'v', é selecionado o núcleo Asp marcado pelo traço [+/-perfectivo], na presença do traço [-agentivo] em 'v', exclui-se o traço [+/-perfectivo] de Asp, emergindo a leitura resultativa (definida pelas autoras pelo traço [resultativo]). A vantagem de garantir um caráter binário para a distribuição dos traços nos núcleos funcionais leva à suposição de que a leitura resultativa pode ser determinada pela ausência da projeção Asp, o que deixamos em aberto.

As análises propostas por Alexiadou (2001) e por Sleeman & Brito (2010) diferenciam-se das anteriores por adotarem os fundamentos da Morfologia Distribuída, em que os processos de formação de palavras se dão no componente sintático por meio de raízes associadas a feixes de traços gramaticais. Desse modo, defendem que a

nominalização é um processo sintático e não lexical. Assim, a relação existente entre estrutura argumental e a leitura de evento é reconsiderada.

Dessa forma, um ponto que deve ser ressaltado diz respeito ao lugar da formação das nominalizações: no léxico ou na sintaxe. Há análises que propõem uma análise lexicalista para o fenômeno (cf. BASÍLIO, 1980; GRIMSHAW, 1990); algumas argumentam em favor de que a sintaxe é também um componente gerador de palavras (cf. ALEXIADOU, 2001; SLEEMAN & BRITO, 2010); além disso, Picallo (1991) propõe uma análise mista entre léxico e sintaxe.

Em suma, a discussão do presente capítulo teve como foco duas questões centrais: 1) o componente formador de nominalizações, ou seja, se as nominalizações são formadas no léxico ou na sintaxe e 2) de que resulta a leitura de evento/processo e de resultado das nominalizações, se essas leituras estão associadas à estrutura argumental ou a categorias funcionais projetadas na estrutura interna ao DP que contém a nominalização.

O presente trabalho assume, seguindo o modelo da Morfologia Distribuída, que a sintaxe é o único módulo formador de palavras e sentenças. Assume, ainda, que as raízes são acategorias. Nesse sentido, as nominalizações não são derivadas diretamente de verbos, apesar de apresentarem categorias funcionais presentes também na estrutura da sentença (v e AspP). Assumimos também que a diferença entre nominalizações de evento/processo e de resultado está associada a um conjunto de categorias funcionais e a traços presentes nos núcleos v e Asp.

CAPÍTULO 3

AS NOMINALIZAÇÕES NO PB E SEUS SUFIXOS FORMADORES

No capítulo anterior, afirmamos que a formação de nominalizações no português brasileiro se estrutura por um padrão sufixal, em que o acréscimo de um sufixo a uma raiz possibilita a formação de um nome, conhecido como deverbal. Neste capítulo, verificaremos as características dos sufixos nominalizadores do PB, considerando, em particular, os sufixos *-ção* e *-mento*, por serem os mais produtivos na formação desse tipo de nome, e buscando identificar propriedades sintático-semânticas a eles associadas. Além disso, examinaremos as construções formadas com o verbo leve *dar* e nominalizações em *-ada*. O objetivo do capítulo é descrever propriedades sintáticas e semânticas de cada um desses sufixos a partir de seus licenciamentos na língua, o que se efetua, por hipótese, por meio de categorias aspectuais. Para tanto, tomaremos como referência os estudos de Basílio, 1980, 1993, 1996, 1998, 1999, 2004; Medeiros, 2010; Monteiro, 1991; Rocha, 1999a; Sandmann, 1988, 1991; Oliveira, 2007; 2009; Scher, 2004a, 2004b, entre outros.

3.1 As nominalizações no PB: aspectos semânticos

De acordo com Rocha (1999a), ao se estudar as nominalizações, é preciso, inicialmente, diferenciar a nominalização *lato sensu* e a nominalização *stricto sensu*, como já afirmado na introdução deste trabalho. Por nominalização *lato sensu* entende-se a criação de um nome a partir de qualquer categoria que não seja um nome, ocorrendo, assim, a mudança categorial, conforme exemplificado abaixo:

- (1) a. real – realidade
- b. pobre – pobreza
- c. doce – doçura
- d. pedante – pedantismo

Nos exemplos acima, temos a formação de nomes a partir de adjetivos, por meio do acréscimo de sufixos, tais como: *-idade*, *-eza*, *-ura* e *-ismo*. Segundo Rocha, esses sufixos são funcionais, ou seja, são empregados com o objetivo de efetuar a mudança categorial e não apresentam componente semântico.

Diferentemente, a nominalização *stricto sensu* é aquela que se define pelo processo de associação lexical sistemática entre a categoria nome e verbo, conforme postulado em Basílio, (1980, p. 74). Rocha (1999a) afirma que no caso da nominalização *stricto sensu*, além dos aspectos fonológico, morfológico e sintático característicos dessa operação, o seu produto corresponde ao ‘ato, efeito, processo ou estado de X’. Para o presente estudo, interessa verificar as características desse último tipo de nominalização.

Como afirmado em capítulo anterior, no PB são utilizados diferentes sufixos na formação de nominalizações, tais como: *-ção, -mento, -da, -ada, -ura, -agem*, entre outros, conforme demonstrado a seguir:

- (2) a. transformar – transformação
- b. planejar – planejamento
- c. correr – corrida
- d. olhar – olhada
- e. laquear – laqueadura
- f. listar – listagem

Basílio (2004) afirma que a mudança de classe de verbo para nome desfaz a obrigatoriedade de especificar tempo e modo verbais, além de permitir a não realização de agentes e objetos ou beneficiários do processo verbal. No português, a nominalização permite expressar a noção verbal em si, sem que outras categorias gramaticais, típicas do verbo, estejam presentes. Entretanto, em algumas línguas é possível que, além do aspecto, a categoria tempo esteja associada à morfologia dos nomes, como demonstrado no capítulo 1 deste trabalho (cf. LECARME, 1999), uma questão a ser retomada adiante. Além disso, Basílio (2004) não leva em conta os contrastes relativos à realização dos argumentos em termos de propriedades dos núcleos funcionais na estrutura da nominalização, conforme argumentado no capítulo anterior.

Argumentamos, nesta tese, os traços semânticos da forma verbal apresentam uma correspondência sistemática com os traços semânticos da forma nominalizada, como ilustrado abaixo:

- (3) Eu quero [que o João saia].
- (4) Eu quero [a saída do João].

A comparação entre os dados (3) e (4) suscita uma equivalência de significado entre as duas proposições. Essa equivalência diz respeito às semelhanças sintáticas e semânticas existentes entre uma oração desenvolvida (3) e um Sintagma Determinante (4), que contém a nominalização do verbo da oração correspondente. Como afirmado no capítulo 1, Abney (1987) investiga a hipótese de que a distribuição de sintagmas oracionais, como em (3), e de nominalizações, como em (4), indica que não se trata apenas de uma paráfrase, mas também que esses sintagmas têm projeções funcionais estendidas semelhantes.

Em segundo lugar, autores como Basílio (1980) e Rocha (1999a) apontam que o significado da nominalização não é condicionado pelo sufixo responsável por sua forma fonológica, o que significa que o sufixo nominalizador não determina o significado da nominalização¹⁹. Entretanto, Basílio (1996) aponta algumas regularidades na utilização de certos sufixos, tais como: a) *-da* é condicionado a verbos de movimento: *corrida*; b) *-agem* é usado fundamentalmente com verbos indicadores de operação: *maquiagem*; c) *-nc(i)a* é usado sobretudo com verbos estativos, em especial, os que apresentam contrapartes adjetivas em *-nte*: *permanência*; d) *-mento* não apresenta restrições semânticas conhecidas, ainda que haja nesse sufixo uma tendência ao emprego com verbos de processo, além de um caráter possivelmente mais formal: *desenvolvimento*.

De acordo com a Hipótese Lexicalista, proposta por Chomsky (1970), os sufixos nominalizadores não têm significado, são meros marcadores sintáticos, e as correspondências de traços sintáticos e semânticos em pares N/V devem ser consideradas como distintas do processo morfológico de formação de nomes deverbais, como apontado por Basílio (1980):

Há duas diferenças básicas entre nominalizações e outros processos de formação de palavras, ambas reconhecidas previamente na literatura: (a) em nominalizações, os traços contextuais da base podem determinar os traços contextuais da forma nominalizada; e (b) em nominalizações, o significado da forma nominalizada não depende do sufixo que é responsável por sua forma fonológica.

Em nossa proposta, assim como nas propostas de Chomsky e Jackendoff, os sufixos nominalizadores não têm significado: são meros marcadores sintáticos (p. 74).

¹⁹ A afirmação de que alguns sufixos nominalizadores são vazios de significação, ou seja, são somente funcionais, será debatida em seção adiante. Essa discussão está presente nos trabalhos de Oliveira (2007, 2009), que afirma que o significado de uma forma derivada é composicional, pois é possível identificar propriedades semânticas específicas, atribuídas ao sufixo nominalizador, as quais se juntam com a semântica da raiz, em que se sobressaem traços aspectuais.

Como afirmado anteriormente, a Hipótese Lexicalista defende que as correspondências entre verbos e formas nominalizadas poderiam ser expressas se pudéssemos estabelecer entradas lexicais marcadas em relação a traços contextuais, mas livres em relação a traços categoriais. Segundo essa hipótese, os traços categoriais determinam as possibilidades de inserção de uma entrada lexical em estruturas sintáticas específicas e as regras da morfologia fornecem a forma fonológica para cada categoria. Nessa perspectiva, não haveria diferenças de significado nos sufixos, uma vez que eles apenas constituem marcadores sintáticos. Assim, a ocorrência de diferentes sufixos apresenta-se como um fenômeno morfofonológico de PF (Forma Fonética) e, portanto, pós-sintático.

3.2 As nominalizações no PB: sufixos formadores

Como afirmado anteriormente, a formação de nominalizações em português conta com um conjunto de regras distintas. Assim, a nominalização é formada por meio de diferentes sufixos que, quando adicionados a uma raiz, formam nomes. Esses sufixos têm como papel formar um vocábulo de uma determinada categoria gramatical. Na sufixação, o sufixo impõe a sua função gramatical ao complexo resultante, ocasionando, a cada inserção sufixal, uma palavra com categoria gramatical diferente. Portanto, se levarmos em consideração que segmentos como *-ção* e *-mento* têm a função de mudar a categoria gramatical, concluiremos que a mudança operada não é apenas morfológica, mas também sintática, e que uma condiciona a outra.

Em geral, os sufixos no português apresentam as seguintes características:

- a) Alteram a posição do acento principal da palavra à qual se associam, por exemplo: *planejar* – *planejamento*;
- b) Determinam o gênero das palavras às quais se associam, por exemplo: *construção*_[+fem], *envelhecimento*_[+masc];
- c) Determinam a categoria sintática das palavras a que se ligam, por exemplo: *[comunicar]*_V *-ção*_N;
- d) Preservam a relação entre a estrutura argumental da base e a do derivado, como por exemplo: *O juiz acusou o réu / A acusação do réu pelo juiz*;

- e) Selecionam as unidades lexicais pertencentes a uma categoria sintática específica, por exemplo: o sufixo *-mento* liga-se a bases verbais;
- f) Favorecem ou impedem a associação de um sufixo a uma determinada forma. Por exemplo, as nominalizações do português podem ser formadas a partir da junção de diferentes sufixos, mas as formas em *-izar* juntam-se, preferencialmente, ao sufixo *-ção*.

Destacamos a seguir a descrição de alguns sufixos nominalizadores do português, conforme apresentada por Monteiro (1991):

- a) *-agem*: forma nomes abstratos derivados de verbos, traduzindo ação ou efeito (*embalagem, hospedagem*);
- b) *-ção*: forma nomes abstratos de ação (*coroação, abolição*). Indica coletividade (*congregação*). Alografia: *-são* (*agressão*);
- c) *-dura*: preso a temas verbais, sugere o resultado da ação (*atadura, mordedura*);
- d) *-mento*: indica ação ou resultado (*aquecimento, salvamento*). Como substantivo concreto refere-se a utensílios e pode assumir a forma feminina²⁰ (*ferramenta, vestimenta*);
- e) *-nc(i)a*: liga-se a temas verbais, indicando ação ou efeito (*tolerância, resistência*). Alterna com *-nça* (*vingança, aliança, descrença*);
- f) zero: aparece em deverbais como *luta* e *embarque*. Corresponde às chamadas derivações regressivas.

Esse último tipo de derivação recebe esse nome porque o seu resultado é uma palavra menor que a palavra derivante e porque, aparentemente, ocorre supressão de sufixo ao invés de acréscimo. Dos casos de nominalização no português, a derivação regressiva é a mais controvertida, recebendo diferentes análises (cf. SANDMANN, 1991; CUNHA, 1992; LOBATO, 1995; KEDHI, 1996; BASÍLIO, 1998; ROCHA, 1999a).

²⁰ A possibilidade de o sufixo *-mento* assumir a forma feminina *-menta* tem explicação na sua origem latina *-mentum*. No latim, a forma plural de *-mentum* era *-menta* que se associou a palavras como *vestimenta* para indicar a noção de coletividade.

Nas seções seguintes, passaremos à análise dos sufixos *-ção* e *-mento*, observando as suas convergências e divergências e, por fim, apresentaremos as propriedades das construções com o verbo leve *dar* e nominalizações em *-ada*.

3.3 Os sufixos *-ção* e *-mento*

A tradição gramatical classifica os sufixos *-ção* e *-mento* como derivacionais e os caracteriza da seguinte forma:

(5)

Sufixo	Sentido	Exemplificação
-ção	ação ou resultado dela	nomeação, traição
-mento	a) ação ou resultado dela b) instrumento da ação c) noção coletiva	acolhimento, ferimento ornamento armamento, fardamento

Baseado em CUNHA (1992, p. 115)

De acordo com o quadro em (5), a nominalização em *-ção* terá o sentido de ação ou resultado da ação expressa pelo verbo correspondente, e a nominalização em *-mento* poderá assumir três sentidos diferentes: ação ou resultado dela, instrumento da ação ou uma noção coletiva. Dessa forma, os sufixos *-ção* e *-mento* apresentam características em comum: formam nomes, associam-se a um sentido múltiplo (ato, efeito, estado ou ação) e, entre os sufixos nominalizadores, constituem os mais produtivos.

A respeito da produtividade, estudos anteriores (BASÍLIO, 1993, 1996; ROCHA, 1999a) apontam que os sufixos *-ção* e *-mento* são os sufixos nominalizadores mais produtivos do português. A produtividade de uma Regra de Formação de Palavras (RFP) pode ser definida, inicialmente, como a possibilidade que essa regra tenha de formar novas palavras no léxico da língua (ARONOFF, 1976). De acordo com Basílio (1999), o conceito de produtividade lexical é problemático porque o produto de uma RFP se incorpora ao léxico, o que permite a contagem de produtos de regras enquanto reflexo de frequência de aplicação. O conceito de produtividade, portanto, deve ser entendido como o conjunto de condições estruturais de uma regra na definição de

construções morfológicas possíveis. Assim, padrões morfológicos produtivos são aqueles cujos produtos não se restringem somente às palavras já existentes na língua.

No estudo de Basílio (1996) sobre dados de língua falada do projeto NURC (Projeto da Norma Culta Urbana Oral Culta), foram encontradas 218 ocorrências de *-ção* e 73 de *-mento*, o que significa um uso três vezes maior do padrão X-ção. Outro estudo de Basílio (1999) sobre o português culto no âmbito do corpus do Projeto Gramática do Português Falado (PGPF) coletou um total de 373 formas nominalizadas deverbais, das quais 169 com mudança categorial e 204 com função designadora. Dessas formações, aproximadamente 60% apresentam o sufixo *-ção* e cerca de 20% usam o sufixo *-mento*, o segundo mais usado, o que representa uma ocorrência três vezes maior do sufixo *-ção*.

O estudo de Maroneze (2006) também confirma a alta produtividade dos sufixos *-ção* e *-mento*. Seu estudo sobre os sufixos nominalizadores utilizou a Base de Neologismos do Português Contemporâneo do Brasil que conta com 13.572 unidades lexicais neológicas, que constituem mais de 24.600 ocorrências. O sufixo *-ção* novamente foi o mais frequente da base e é o que mais forma nominais neológicos, cento e doze ao todo. O sufixo *-ção* é o único que pode se unir a verbos formados com o sufixo *-izar*. Dos cento e doze registros, noventa e cinco são formados a partir de verbos em *-izar*, como: *globalização* e *terceirização*. O sufixo *-mento* é o segundo mais produtivo da base, sendo praticamente o único a ser usado com verbos em *-ear*, tais como: *desbloqueamento*, *jateamento*, *sucateamento* e seu uso também é frequente com verbos parassintéticos: *enlutamento*, *avistamento* são alguns dos exemplos presentes na base de dados utilizada pelo autor.

Sandmann (1988) considera *-ção* e *-mento* como sufixos de igual função, sem que haja bloqueio²¹ entre os nomes por eles formados, podendo haver restrições fonológicas (eufônicas) que levam à formação de palavras com um ou com outro sufixo. Rocha (1999a) também classifica os sufixos *-ção* e *-mento* como concorrentes. Sufixos concorrentes são aqueles que, embora distintos sob o ponto de vista fonético, apresentam o mesmo sentido e/ou função. Segundo o autor, ambos formam nomes abstratos a partir de verbos: *fingimento*, *padecimento*, *engajamento*, *terceirização*, *mexicanização*, entre outros. Basílio et al (1996) afirma que os sufixos *-ção* e *-mento*

²¹ Em Aronoff (1976), o bloqueio designa o fenômeno da não ocorrência de uma forma devido ao fato de já existir na língua outra que desempenha a mesma função. Esse fenômeno pode explicar as lacunas observadas em processos morfológicos produtivos. Assim, a noção de bloqueio envolve uma multiplicidade de sufixos com função e significado idênticos.

estão aparentemente em competição na formação de nomes para os quais não temos restrições determinadas, podendo ocorrer um sufixo como o outro. Essa questão da concorrência entre os dois sufixos será retomada em seção posterior, uma vez que a discussão sobre a especialidade de cada sufixo pode levar à conclusão de que não se trata de sufixos concorrentes, mas complementares.

Assim, apesar das semelhanças entre os dois sufixos no que se refere à categorização, observam-se algumas restrições de formação, uma vez que algumas raízes são exclusivas de um ou de outro, devendo as regras correspondentes apresentar as restrições específicas em sua descrição estrutural. Por exemplo, *-mento* se adiciona a verbos X-ecer e *-ção* se adiciona a verbos X-izar, como afirmado anteriormente. Como as formações X-izar são mais frequentes que as formações X-ecer, segue-se que teremos mais frequência de formações X-ção, o que pode justificar a maior produtividade desse sufixo em relação a *-mento* (cf. SANDMANN, 1988; BASÍLIO et al, 1996).

Do mesmo modo, verbos denominais, que derivam de substantivos terminados em *-mento*, como: *regulamentar* de *regulamento* e *instrumentar* de *instrumento*, formam nomes por meio da junção do sufixo *-ção*, como em: *regulamentação* e *instrumentação*, mas não **regulamentamento* e **instrumentamento*. Ao contrário, verbos terminados em *-cionar* preferem a formação de nomes por meio da seleção do sufixo *-mento*, como em: *estacionar* – *estacionamento*, *relacionar* – *relacionamento*. No entanto, a formação *confeção* deriva de *confeccionar*.

Quanto a essas particularidades de emprego dos sufixos *-ção* e *-mento*, o estudo de Santos (2006), após apresentar as características comuns e divergentes entre esses dois sufixos, mapeia essas preferências de uso nos quadros que abaixo reproduzimos:

(6)

Especificidades do emprego de *-ção*:

a) Situações de restrição de uso:

[X-ecer]_V → ~ [V-ção]_N [X-cionar]_V → ~ [V-ção]_N

b) Situações de preferência de uso:

[X-mentar]_V → -ção]_N [X-izar]_V → [V-ção]_N

(SANTOS, 2006, p. 62)

(7)

Especificidades do emprego de *-mento*:

a) Situações de restrição de uso:

[X-mentar]_V → ~ [V-mento]_N [X-izar]_V → ~ [V-mento]_N

b) Situações de preferência de uso:

[X-ecer]_V → [V-mento]_N [X-cionar]_V → [V-mento]_N

(SANTOS, 2006, p. 67)

Outro ponto relevante para o estudo dos sufixos *-ção* e *-mento* é o registro de formas duplas na língua, como: *monitoração/ monitoramento*, *ordenação/ ordenamento*, *recepção/ recebimento*, *salvação/ salvamento*, *internação/ internamento*, *diversão/ divertimento*, *formigação/ formigamento*, *indicamento/ indicação*, *ligação/ ligamento*. Em uma perspectiva diacrônica, alguns desses vocábulos não são, na verdade, palavras derivadas, mas formas primitivas, como é o caso de *ligação* (ato ou efeito de ligar) e *ligamento* (tecido fibroso que constitui a união de articulações ou partes ósseas), provenientes do latim *ligatione* e *ligamentu*, respectivamente, como apontado por Oliveira (2007).

Semelhantemente, *ressurgimento* (ato ou efeito de ressurgir, reaparecimento) foi formado ao lado de *ressurreição* (levantar, erguer, voltar a viver) e *salvamento* (operação ou efeito de salvar) ao lado de *salvação* (ato ou efeito de salvar), porque em *ressurreição* e em *salvação* se deu uma especialização de sentido: *ressurreição de Cristo* e *salvação no sentido religioso*, respectivamente. Em *atropelo* e *atropelamento*, ambas derivadas de *atropelar*, a derivação regressiva *atropelo* significa “pressa, confusão”, e a derivação sufixal *atropelamento*, a “ação de atropelar”. *Atropelamento* é, pois, o nome designativo de ação. Já as palavras *internação* e *internamento* são formas derivadas do mesmo verbo *internar*, ambas as formas são sinônimas e exprimem o ato ou efeito de internar.

A respeito da formação dessas formas duplas, existe ainda outro tipo de fenômeno interessante, observado pelo estudo de Sandmann (1988): *atendimento* surgiu ao lado de *atenção* e *recebimento* ao lado de *recepção*. O autor propõe que isso se deve ao fato de a segunda forma ter perdido seu caráter dinâmico. Uma possibilidade de analisar esses dois casos é considerar que traços semânticos estejam envolvidos na seleção de cada sufixo. Em relação aos pares *atendimento/atenção* e *recebimento/recepção*, pode-se propor que o traço [+/- dinâmico] está em jogo na definição da estrutura morfofonológica da nominalização.

Monteiro (1991) também registra a ocorrência de formas duplas com os sufixos em questão. Segundo o autor, formas duplas surgirão sempre que houver necessidade

por questão de variabilidade semântica. Dessa forma, a aplicação de diferentes sufixos à mesma base se justificaria por um tipo de especialização semântica, muitas vezes, sutil.

Ao se observar esse fenômeno, a pergunta que se pode fazer é: por que a existência de formas duplas? Se considerarmos a hipótese de bloqueio defendida por Aronoff (1976), observa-se que essa não vale para as formas duplas, pois a ideia de bloqueio só impossibilita o fato de duas formas terem o mesmo significado (cf. nota 21). Dessa forma, podemos perceber que nas formas duplas, cada uma das formas permite uma nuance de sentido nova à base verbal nominalizada.

Santos (2012), em seu estudo sobre os sufixos *-ção* e *-mento*, discute se estaríamos diante de sufixos alomórficos; no entanto, a referida autora, diante dos exemplos de formas duplas, assume que não se trata de alomorfia sufixal, pois os dois sufixos podem ser aplicados sobre uma mesma base, construindo palavras diferentes, sem que haja o bloqueio de uma ou de outra forma. A autora afirma que:

A partir desses exemplos concluímos que a ideia de alomorfia sufixal não se sustenta. Ora, se *-ção* e *-mento* fossem morfemas de um mesmo morfema, fatalmente a aplicação de um deles sobre uma base verbal impediria a utilização de outro sobre aquela base. Mas se as formas duplas existem na língua é porque não há condicionamento rígido das bases que inviabilize a construção de palavras com um desses sufixos, exigindo uma determinada formação em detrimento de outra. Por outro lado, a inexistência de bloqueio lexical nos leva a concluir que *-ção* e *-mento* não são semanticamente idênticos (SANTOS, 2012, p. 29).

Dessa forma, parece que os sufixos apresentam traços distintos, o que permite atuarem sobre a mesma base. No entanto, verificaremos mais adiante que a base também parece impor restrições semânticas quanto ao sufixo com o qual ela pode se juntar para formar uma nominalização.

Lemle (2002), ao discutir questões aspectuais acerca dos sufixos verbais *-ece* e *-iza*, observa que o verbo *aparecer* tem dois nominais derivados: *aparência* e *aparecimento*. Ao discutir a distinção entre esses nominais, a autora apresenta alguns testes de aspecto a partir dos exemplos a seguir (p. 297):

- (8) Os sintomas apareceram de vez. (adquiriram visibilidade rapidamente)
- (9) Todos os netos apareceram de vez. (entraram em cena de súbito)
- (10) A competência apareceu mais do que a timidez. (confronto de intensidade)
- (11) A filha apareceu mais do que a mulher para ver o Luis. (confronto de número de eventos)

Lemle afirma que a situação acima nos leva a discutir se existem dois diferentes recortes para o verbo *aparecer*, um com aspecto inceptivo²², significando “adquirir perceptibilidade”, e outro com o sentido de “fazer a ação de fazer-se ver”.

Isso demonstra que a necessidade de criação de outra forma correlata pode ser justificada por fatores de especialização semântica dos termos. Portanto, uma maneira de analisar essas formas duplas é refletir sobre as possíveis diferenças semânticas existentes, verificando suas especificidades na interpretação e no uso.

Dessa forma, o fato de encontrarmos na língua portuguesa duas nominalizações derivadas de uma mesma raiz, uma derivada a partir do sufixo *-ção* e outra derivada a partir do acréscimo do sufixo *-mento* deve-se à distinção semântica entre as formas, o que permite que ambas co-ocorram. A existência de duas formas derivadas é possível desde que cada uma delas expresse significados diferentes, o que indica que cada uma delas traz traços distintos de significado.

3.3.1 O sufixo *-ção* com valor iterativo/durativo prolongado

Em trabalho anterior de minha autoria (OLIVEIRA, 2005), abordamos um fenômeno relevante para a análise do sufixo *-ção*. Esse fenômeno consiste na formação no português do Brasil de um tipo de nome construído a partir do acréscimo do sufixo *-ção* a verbos, tais como: *beijação*, *dormição*, *começão*, em que se depreende uma leitura de repetição e/ou duração prolongada de um evento (cf. ROCHA, 1999b). A esse valor semântico diferente do sufixo denominaremos *-ção* iterativo/ durativo prolongado, que será abreviado por ‘iterativo/ durativo-prol’, o qual passamos a analisar nesta seção.

Antes de analisarmos o fenômeno em questão, cabe apresentar, mesmo que brevemente, a noção de aspecto iterativo. O aspecto iterativo é um aspecto intermediário e indica a repetição da ação, quer imperfeita (aspecto iterativo imperfectivo), quer perfeita (aspecto iterativo perfectivo). Dessa forma, o aspecto iterativo denota um evento que se repete uma série de vezes. Segundo Castilho (1968), a conceituação do iterativo como um coletivo de ações exclui a simples repetição expressa pelo prefixo *re-*²³ ou pelo

²² O aspecto inceptivo ocorre quando se indicam claramente os primeiros momentos da ação, escapando-nos a duração sequente que é pressentida pelo falante (cf. CASTILHO, 1968).

²³ Em estudo sobre a interpretação dicionarizada de “repetição” atribuída ao prefixo *re-*, Medeiros (2012) afirma que, em alguns contextos, eventos denotados pelo prefixo *re-* nunca aconteceram antes. O autor afirma que se o prefixo indicasse repetição do evento descrito pelo verbo, o uso do prefixo em situações

adjunto adverbial *de novo*. Em construções com a locução *de novo*, como em *Eu tive que ler o livro de novo*, o evento se repete pelo menos uma vez. Diferentemente, nas formas com o sufixo *-ção* que estamos analisando nesta seção, a repetição tem de envolver muito eventos. Castilho afirma que existem alguns sufixos que concorrem para a expressão da ideia do aspecto iterativo, tais como: *-ear* (*cabecear, vaguear*), *-ejar* (*gotejar, voejar*) e *-itar* (*dormitar, saltitar*), entre outros. Essa observação vai ao encontro da presente análise que afirma que a expressão do aspecto iterativo está no próprio sufixo.

Em relação ao traço ‘durativo’, sua presença está associada não só aos estados, como também aos eventos classificados como processos culminados (cf. capítulo 1). Em relação às formações em *-ção* discutidas nesta seção, o que ocorre é que a leitura durativa é prolongada.

Para iniciarmos a nossa discussão a respeito do sufixo *-ção* iterativo/durativo-prol, considerem-se os dados a seguir:

- (12) A Paula vive numa beijação sem fim com o Ricardo.
- (13) Menina, deixa dessa começão de doce! Assim você vai engordar.
- (14) A minha esposa passou o dia nessa limpeza de casa.
- (15) Quem não tem namorado, fica só na pegação!

Essas formações do PB, quando contextualizadas, remetem a uma semântica diferente da que temos observado para o sufixo *-ção*. A ideia expressa nos dados de (12) a (15) é de ação repetitiva, caracterizada por um aspecto iterativo, ou que tem duração prolongada, e até mesmo excessiva. Dadas as características do traço iterativo/ durativo-prol, o sufixo *-ção* nessas formações parece sofrer uma especialização quanto ao tipo de raiz à qual se adiciona, ocorrendo, preferencialmente, com formas marcadas por uma semântica de processo, como em ‘beijação’. Entretanto, observa-se a ampliação do uso dessa formação com bases que denotam culminações, o que remete à leitura iterativa, como em ‘beijação’. Ocorre também com outras bases, por exemplo, com verbos

nas quais o evento nunca ocorreu antes, seria semanticamente anômalo, pois só é possível repetir eventos que já aconteceram antes. Dessa forma, Medeiros (2012) propõe que a leitura do prefixo *re-* é do tipo restitutiva, ou seja, a ação ou evento denotados pelo verbo prefixado restitui ao seu complemento um estado.

psicológicos²⁴, conforme ilustrado em (16), e com o verbo ‘ficar’, conforme ilustrado em (17), que denotam um estado.

(16) Esses dias eu estou esquisito, numa pensação sem fim.

(17) A Marlúcia agora não quer mais namorar, tá só na fiação.²⁵

Os dados (16) e (17) demonstram que a regra de formação com o sufixo *-ção*, que forma nomes com aspecto iterativo/ durativo-prol, pode ser aplicada a predicados estativos e não somente a predicados de processo. No entanto, observamos que, apesar de em (16) o verbo *pensar* assumir a nominalização com o sufixo *-ção* iterativo/ durativo-prol, essa opção nem sempre é possível com verbos psicológicos, como exemplificado a seguir:

(18) *Eu não aguento mais essa odiação da Maria. Ela odeia todos os irmãos.

(19) *Na eleição, é uma confiação nos candidatos a qualquer preço.

Já no caso de (17), o verbo *ficar* assume uma nova acepção que não indica exatamente um estado em si (cf. nota 25). Em frases como: *Eu fiquei parada na sala te esperando*, o verbo *ficar* não é dinâmico e pressupõe uma permanência, diferentemente do verbo *ficar* em sentenças como: *A Patrícia ficou com um gatinho chamado Murilo na festa de formatura*, em que o evento descrito parece denotar algo dinâmico e composto por estágios diferentes entre si.

Além do nosso trabalho, a acepção de iteratividade do sufixo *-ção* foi apontada por outros autores (BASÍLIO, 1998; MARONEZE, 2011). Basílio (1998) afirma que o sufixo *-ção* pode apresentar um uso pejorativo, como referência a uma ação exagerada em sua habitualidade. A autora afirma que, nesses casos, temos o sufixo *-ção* nominalizador em um caso típico de pejoratividade e apresenta como exemplos: *bateção*, *encheção* e *torração*. Maroneze (2011) também afirma que o sentido iterativo do sufixo *-ção* é uma outra acepção do sufixo que indica “ação de V repetidas vezes” e apresenta exemplos como: *beijação* e *tocação*. Os referidos autores, apesar de citarem

²⁴ Verbos psicológicos são verbos que denotam um estado emocional e têm um argumento que recebe, obrigatoriamente, o papel temático de Experienciador, que representa o indivíduo afetado pela experiência mental ou emocional descrita pelo verbo (cf. NAVES, 2006).

²⁵ Nesta leitura, o verbo *ficar* tem um significado especial, denotando que a pessoa ‘fica’ com um parceiro, sem compromisso. Na descrição, essa situação, embora descreva um estado, é interpretada como sendo repetida.

essa interpretação para o sufixo *-ção*, não apresentam nenhuma análise sobre o fenômeno.

Ainda que o traço de iteratividade possa ser tomado como referência para a discussão dos dados citados, gostaríamos de ponderar que, do ponto de vista da estrutura aspectual do evento, é possível distinguir os casos em que a iteratividade está presente, como em *bateção*, *beijação*, dos casos em que o foco está no processo, cuja duração é estendida, para além de uma situação tomada como referência. Nesse caso, se incluem os dados: *limpação*, *começão*, além de contemplar a ocorrência (ainda que menos produtiva) de verbos estativos, como *pensação*, em que se constata a presença do traço durativo.

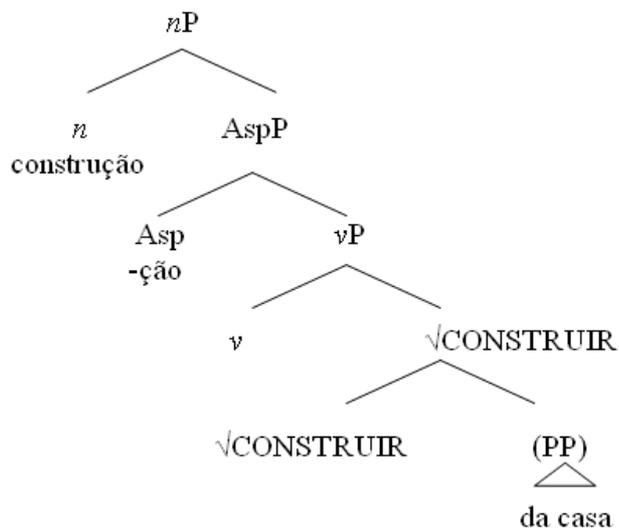
Outra questão interessante em relação a essa ideia de ação repetitiva ou com duração prolongada é a existência de formas não recentes da língua portuguesa e que já expressam essa noção, mesmo com a presença de outros sufixos. É o caso de *cantoria*, *falatório* e *gritaria*, que possuem uma semântica semelhante à noção expressa por dados como *cantação* e *falação*. Relevante também é registrar a presença desse sufixo em expressões idiomáticas, tais como: *torração de saco*, *pagação de sapo*, *babação de ovo* e *rasgação de seda*, nas quais a estrutura argumental da nominalização é acionada.

Observa-se, portanto, que, nos casos analisados acima, o sufixo *-ção* não apresenta a mesma caracterização semântica presente em formas, como: *construção* e *transformação*. Se testarmos a possibilidade de co-ocorrência entre os sufixos, concluiremos que eles possuem a mesma função: formar nominalizações. Isso indica que não há como aplicar o sufixo *-ção* iterativo em formas que já possuem sufixos nominalizadores, como *-mento* e *-ção*. Ademais, parece que o *-ção* iterativo não pode gerar esse aspecto iterativo em formas já consagradas com o sufixo *-ção*, como: *organização* e *traição*. Para essas formas, a interpretação de aspecto iterativo não está disponível.

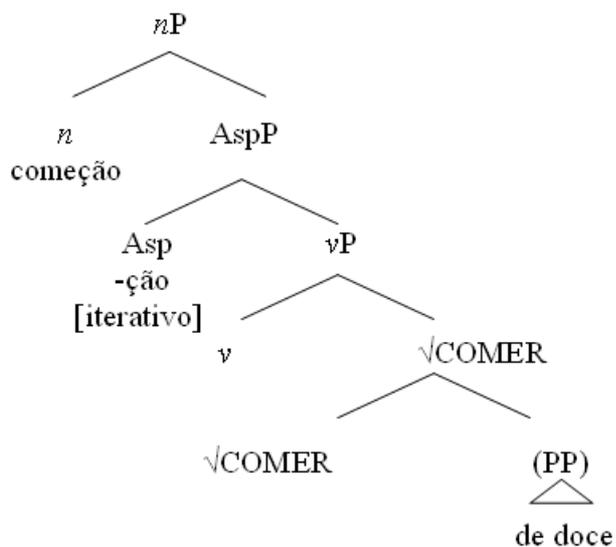
Os fatos expostos acima levantam as seguintes perguntas: existem dois sufixos *-ção* no português? Trata-se de sufixos homófonos? É um caso de especialização semântica? A partir dos fatos observados, assumiremos que o sufixo *-ção* apresenta duas estruturas sintáticas diferentes, cada uma com uma configuração semântica. Tal conclusão nos leva a analisar formas com o *-ção*, em sua acepção iterativa/ durativa-prol, como formador de nominalizações, nas quais um nóculo AspP (Sintagma Aspectual) é projetado e carrega o traço iterativo/ durativo-prol. Essa estrutura deve também dar conta de fatos como o porquê de formas consagradas com o sufixo *-ção* não

aceitarem a interpretação iterativa/ durativa-prol, devendo haver alguma restrição aspectual que impede essa leitura. Uma forma de explicar esse bloqueio é por meio de traços presentes na projeção AspP como demonstrado a seguir:

(20)



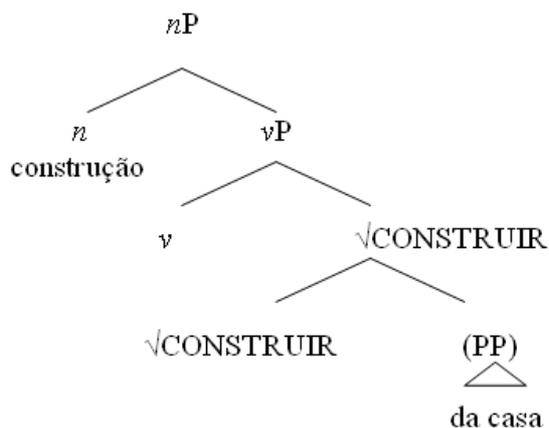
(21)



As estruturas acima tentam captar as diferenças de interpretação previstas para o sufixo *-ção*, bem como o modo como cada uma delas é selecionado. Em (20), temos a formação da nominalização *construção*, na qual a raiz se junta ao sufixo *-ção* que não denota o aspecto iterativo/ durativo. Em (21), a raiz *comer* adjunge-se ao sufixo *-ção*

com o traço de aspecto iterativo para formar *começão*, o que proporciona uma interpretação diferente. Outra possibilidade de análise seria prever a projeção de AspP em casos como o de (21) e a não projeção de AspP para as nominalizações do tipo (20), como ilustrado a seguir:

(22)



Essa última análise está de acordo com os estudos já citados neste capítulo (CHOMSKY, 1970; BASÍLIO, 1980; ROCHA, 1999a), que afirmam que os sufixos nominalizadores são neutros e não apresentam nenhuma significação particular. Constituem apenas operadores sintáticos responsáveis pela mudança categorial. No entanto, o estudo de Oliveira (2009) explora a hipótese de que nas formações derivadas existem restrições de natureza aspectual impostas pela raiz, que vão permitir ora a adjunção ao sufixo nominalizador *-ção*, ora ao sufixo nominalizador *-mento*. Nesse sentido, seria adequado prever que a projeção AspP está presente também nas estruturas das nominalizações formadas a partir do sufixo *-mento* e do sufixo *-ção* mesmo sem a acepção iterativa. Essa temática será discutida na seção que se segue.

3.4 Diferenças aspectuais entre *-ção* e *-mento*

A apresentação das características dos sufixos *-ção* e *-mento* na seção anterior demonstrou que esses sufixos apresentam pontos em comum. Entretanto, verificamos também que tais sufixos possuem especificações próprias, por exemplo, verbos com base X-izar adjungem-se, preferencialmente, ao sufixo *-ção*, enquanto que verbos com base X-ecer adjungem-se ao sufixo *-mento*, como já apontado. Nesta seção,

investigaremos outras especificidades desses dois sufixos, em particular, suas características aspectuais em conjunto às das raízes às quais se adjungem.

Essa discussão relaciona-se com o fato de que os sufixos *-ção* e *-mento*, apesar de serem concorrentes, no sentido de que desempenham a mesma função, apresentam especificações que impediriam a troca de um pelo outro indistintamente em algumas construções, conforme exemplificado a seguir com os dados extraídos de Souza (2010, p. 67):

(23) O aparecimento das obras roubadas da pinacoteca foi um alívio.

(24) A aparição de Nossa Senhora comoveu os fieis.

(25) A requisição para os novos materiais tem de ser feita hoje.

(26) O requerimento de bolsa tem de ser entregue hoje.

No par (23) e (24), a diferença de interpretação é que em (23), as obras apareceram e não desapareceram mais, mas em (24), Nossa Senhora apareceu e desapareceu logo em seguida. Já no par (25) e (26), a diferença está no fato de que em (25) a nominalização *requisição* refere-se ao processo em que se requer algo²⁶, mas em (26) *requerimento* refere-se ao documento por meio do qual se requer.

A primeira especificidade observada entre os dois sufixos foi apontada por Oiticica²⁷ (1926 apud SOUZA, 2010, p. 69), que, ao retomar a história dos sufixos *-ção* e *-mento*, revela a afinidade do primeiro ao *perfectum* (de semântica passiva e aspecto conclusivo) indicando ações perfeitas em contraste com a afinidade do segundo ao *infectum* (de semântica neutra e não marcado quanto ao aspecto). Por um lado, a relação entre *-ção* e o *perfectum* coloca-o na condição de sufixo marcado quanto ao aspecto; por outro, a relação entre *-mento* e o *infectum* coloca o sufixo na condição de não-marcado. De acordo com essa afirmação, haveria um paradigma em que formações em *-mento* constituiriam o polo do aspecto inconclusivo ao lado de formações que constituiriam o polo do aspecto conclusivo, sejam em *-ção* (*ordenamento/ordenação*,

²⁶ Embora uma das interpretações possíveis para o nome *requisição* seja a de processo em que se requer algo, é também possível interpretar esse nome como o documento em si: *Eu recebi a requisição do exame médico.*

²⁷ OITICICA, José. **Manual de análise léxica e sintática**. 3 ed. Rio de Janeiro: Enciclopédia Didática Brasileira, série B, n. 2, 1926.

provimento/provisão, internamento/internação), sejam elas os próprios participípios passados do verbo (*doutoramento/doutorado, chamamento/chamado*).

Apesar da hipótese, baseada na etimologia, Souza (2010) afirma que é preciso relativizar a relação diante do fato de que tanto *-ção* quanto *-mento*, quando nominalizam adjetivos, podem nominalizar adjetivos participiais, conforme mostram os exemplos extraídos do próprio autor (SOUZA, 2010, p. 36):

- (27) O tom adequado com que ele se dirigiu ao diretor foi decisivo.
 (28) A adequação do tom com que ele se dirigiu ao diretor foi decisiva.
 (29) O *adequamento do tom com que ele se dirigiu ao diretor foi decisivo.
- (30) Era visível que ele estava abatido.
 (31) Era visível seu abatimento.
 (32) Era visível sua *abatição.

Outra distinção está apresentada nos trabalhos de Oliveira (2007; 2009), que discutem, com base no arcabouço teórico da Morfologia Distribuída (cf. HALLE & MARANTZ, 1993), as especificidades dos sufixos nominalizadores *-ção* e *-mento*. Segundo a autora, a hipótese é que existam restrições de cunho aspectual impostas pela raiz à qual os sufixos se adjungem²⁸.

A adjunção dos sufixos nominalizadores *-ção* e *-mento* às raízes verbais forma substantivos abstratos, como *perseguição, obrigação, posicionamento, questionamento* etc.; entretanto, isto não ocorre de forma aleatória, pois temos, por exemplo, *distribuição*, e não **distribuinto*, assim como *endividamento*, e não **endividação* (OLIVEIRA, 2007, p. 1, grifos da autora).

A análise proposta por Oliveira (2007) está pautada em duas proposições teóricas, a saber:

- Raízes são categorias neutras e somente adquirem categoria morfossintática quando a elas for adicionado um morfema definidor de

²⁸ Essas restrições de cunho aspectual também estão apresentadas no trabalho de Lemle (2002). Segundo a autora, nominalizações em *-mento* ocorrem com verbos em *-ecer*, tais como: *emagrecimento* e *aparecimento*, em que o aspecto inceptivo e a ideia de causação interna estão presentes. Nominalizações em *-ção* ocorrem com verbos em *-izar*, tais como: *sinalização* e *dinamização*, em que o traço estável e a ideia de causação externa estão presentes.

categoria, isso porque a autora apresenta sua análise pautada no modelo da Morfologia Distribuída;

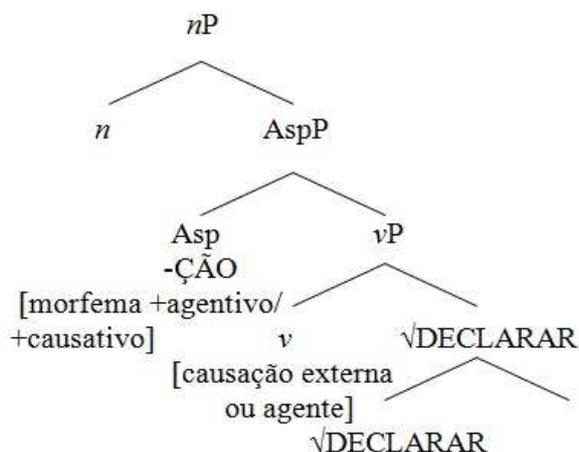
- As nominalizações são sensíveis ao aspecto verbal quando este é expresso; logo, em uma formação derivada interagem as propriedades aspectuais da forma verbal e do morfema.

Oliveira (2007) afirma que, ao se estudar as formações em *-ção*, observa-se que em todas elas o evento não é causado internamente; portanto, esses nomes indicam que as formas verbais que compõem essas formações têm agentes implicados por um evento com causa externa. Assim, o sufixo *-ção* é um morfema agentivo/causativo, uma vez que se adjunge a verbos agentivos/causativos, que exigem um agente, tais como: *nomear/nomeação*, *declarar/declaração*, *reparar/reparação* etc. O processo causativo caracteriza-se quando alguém realiza ou sofre uma ação, de que resulta uma qualidade ou modo de ser.

Segundo a autora, o sufixo *-ção* adjunge-se tanto a bases verbais primitivas, como: *render*, *inventar*, *trair*, *perder* etc., quanto a bases verbais derivadas com o sufixo *-izar*, que encerra a ideia causativa, como: *penalizar*, *alfabetizar*, *valorizar*, *popularizar* etc.

Portanto, as nominalizações são formadas quando se coloca uma raiz em um contexto verbal e esse em um contexto nominal. A interação entre as implicações semânticas da raiz verbal e do sufixo nominalizador *-ção*, proposta pela autora (p. 92), está ilustrada abaixo:

(33)



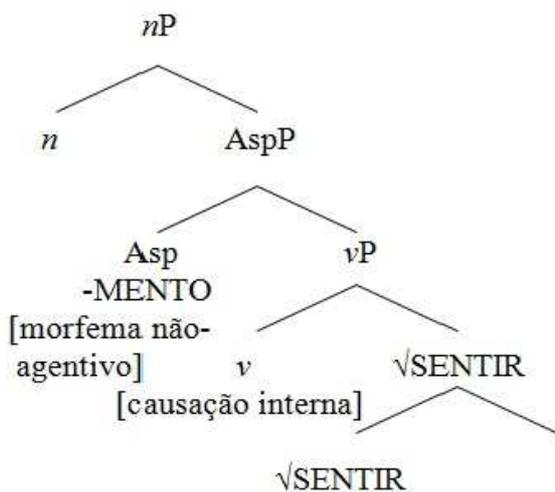
Na análise do sufixo *-mento*, a autora observa que muitas formas verbais que permitem a junção de *-mento* têm agentes implicados por situações com causação interna. A noção de causação interna é decorrência semântica do molde morfossintático [raiz + *-mento*]. Assim, *-mento* pode ser um morfema não-agentivo, dado que se une também a verbos não-agentivos e não-causativos, tais como: *amadurecer*, *florescer*, *esfriar*, *falecer*, *envelhecer*, *embelezar* etc.

As raízes que as derivam denotam mudança de estado e as formações derivadas exprimem o resultado da mudança de estado. A noção de causação interna é uma propriedade inerente a essas raízes, e verbos com essas propriedades temáticas são tanto inceptivos, isto é, implicam situações cuja realização denota o começo de outra situação, como incoativos, ou seja, implicam mudança de estado, conforme explica Travaglia (1985). São exemplos desse tipo de nominalização: *falecer/falecimento*, *fingir/fingimento*, *amadurecer/amadurecimento*, *sofrer/sofrimento*.

Foi observado que o sufixo *-mento* une-se a várias bases verbais por derivação parassintética, como por exemplo, em bases resultantes da anexação do prefixo *a-*, que indica mudança de estado, a um nome ou adjetivo, seguido do sufixo formador de verbo *-ar*: *alargar*, *agrupar*, *amaciar* etc. O sufixo *-mento* pode unir-se também a verbos formados da junção do prefixo *en-* a um adjetivo, seguido do sufixo *-ecer*: *enriquecer*, *envelhecer*, *emagrecer*, *enfraquecer*, dentre outros.

A interação entre a semântica da raiz verbal com as características aspectuais do sufixo *-mento* está representada a seguir, por meio da estrutura proposta pela autora (p. 94):

(34)



A análise de Oliveira (2007) mostra-se bastante interessante por captar as especificações dos sufixos nominalizadores *-ção* e *-mento* por meio de noções aspectuais presentes na raiz e nos sufixos. Ademais, a explicação com base na interação dos traços aspectuais da raiz e do morfema nominalizador apresenta uma justificativa para as preferências que os sufixos nominalizadores apresentam em relação a certas bases raízes. Sua análise demonstra, ainda, porque verbos causativos não podem passar a nomes de mudança de estado com causadores internos, como: **administramento* e **nomeamento*. Do mesmo modo, explica por que verbos não-causativos não podem passar a nomes de mudança de estado com causadores externos, como: **enriquecimento* e **envelhecimento*.

A presente análise, seguindo Oliveira (2007), assume, portanto, que os morfemas nominalizadores são sensíveis às propriedades aspectuais das raízes às quais se juntam. Dessa forma, existiriam nas línguas restrições semânticas que impediriam a geração de certas nominalizações. Entretanto, é preciso ser cauteloso nessa investigação e verificar se os traços aspectuais são realmente relevantes para todo tipo de sufixo nominalizador. Resta, ainda, verificar por que a língua permite o registro de formas duplas como *internação* e *internamento*, ambas significando “ato ou efeito de internar”, as quais diferem das formas estudadas em seção anterior, que podem ser interpretadas como derivadas de diferentes entradas de uma mesma base/ raiz, como apontado por Lemle (2002).

Na análise de Oliveira (2007) os contrastes de significado são especificados pelas propriedades aspectuais da raiz, com implicações para a especificação dos traços formais da projeção Asp. Na presente análise, postulamos que esse contraste é determinado pelo núcleo funcional *v/*v*, que projeta ou não especificador, o que permite captar o contraste em relação à presença de agentividade – ou das propriedades de causação externa/ interna. Estendendo-se tal análise à questão dos sufixo *-ção* com traço iterativo/ durativo-prol, propomos que sua aplicação necessariamente ativa o núcleo funcional ‘*v’, que projeta a posição de especificador. Nessa configuração, o traço [+agentivo] obrigatório é condição necessária para a leitura de iteração/duração prolongada – que será licenciada no nível do discurso.

3.5 Construções com verbo leve *dar* e nominalização em *-ada*²⁹

Para o presente estudo, torna-se interessante estudar as construções com verbo leve *dar* e nominalização em *-ada*, uma vez que ela apresenta um grau de produtividade relevante no PB. Essa produtividade se relaciona ao caráter praticamente irrestrito em relação às bases verbais selecionadas nesse tipo de construção, conforme apontado por Scher (2004a):

(35) O corretor deu uma pensada na proposta.

(36) O bebê deu uma crescida.

(37) Minha mãe deu uma saída.

(38) O garoto deu uma dentada no tio.

(39) A velhinha deu uma bolsada no ladrão.

(40) Maria deu uma garfada no João.

A partir dos exemplos acima, pode-se observar que os dados expressos de (35) a (37) são diferentes dos dados expressos de (38) a (40). Apesar de aparentemente se tratar do mesmo tipo de construção (verbo leve *dar* e nominalização em *-ada*), as construções acima apresentam diferenças. A principal diferença está no fato de que, no conjunto de dados de (35) a (37), a nominalização apresenta uma contraparte verbal: *pensar*, *crescer* e *sair*, respectivamente. No entanto, no conjunto de dados de (38) a (40), as nominalizações não apresentam contraparte verbal: **dentar*, **bolsar* e **garfar* não são formações atestadas.

Essa diferença requer que a nossa análise estabeleça a distinção entre esses dois tipos de construção. No primeiro tipo de construção, temos o verbo leve *dar*, um elemento semanticamente vazio, que marca pessoa e tempo, mas que é sempre acompanhado de um nome responsável pelo conteúdo denotacional do estado de coisas descrito (cf. SCHER, 2003). Nesse tipo de construção, é possível formar a sentença com a contraparte lexical do verbo, como ilustrado abaixo:

²⁹ A existência de formas como *sumida*, *lida* e *subida* pode gerar o questionamento de que a referência a esse tipo de nominalização por meio do segmento *-ada* não é muito adequada. De fato, o elemento *-a* corresponde à vogal temática da 1ª conjugação; nas nominalizações formadas a partir de verbos de 2ª e 3ª conjugações, é substituída pela vogal *-i*, conforme exemplos aqui citados.

(41) O corretor pensou na proposta.

(42) O bebê cresceu.

(43) Minha mãe saiu.

Por ora, não trataremos das diferenças aspectuais observadas entre os pares formados a partir das sentenças de (35) a (38) em comparação com as expressas em (41) a (43). Esse ponto será retomado adiante. O relevante nessas formações é que elas apresentam um verbo lexicalizado correlato, constituindo, assim, formações deverbais.

Diferentemente, as sentenças expressas de (38) a (40), por não apresentarem uma contraparte verbal, não podem ser consideradas deverbais. Se observarmos sua estrutura morfológica, elas apresentam características de formações denominais, pois são derivadas de nomes: *dente*, *bolsa* e *garfo*, respectivamente. Nesses casos, a vogal que antecede o segmento *-da* sempre será a vogal *-a*, o que nos leva a concluir que o sufixo é *-ada*, nessas construções, diferentemente das construções deverbais, nas quais a vogal que precede o segmento *-da* pode alternar de *-a* para *-i* de acordo com a conjugação do verbo correspondente (cf. nota 29). O estudo realizado por Lisboa de Liz (2005) aponta para essas diferenças dos sufixos e afirma que o sufixo deverbal em formações como *olhada* e *chovida* corresponde a *-da*, enquanto que o sufixo denominal em formações como *mochilada* e *facada* corresponde a *-ada*.

Retornando às formações que aqui consideramos como denominais, podemos perceber algumas restrições ao tipo de base à qual o sufixo *-ada* pode se unir. Como bem observado por Lisboa de Liz (2005), existem certas exigências semânticas, morfológicas e sintáticas sobre o tipo de base. Em relação às exigências semânticas, a base tem que ser um nome concreto, mas nem todo nome concreto: tem que ser um nome concreto que faça referência a um objeto que possa servir de instrumento. O nome *olho*, por exemplo, é concreto, mas *dar uma olhada* não pode querer dizer bater no outro com um olho. No domínio sintático, a exigência é que a base seja da categoria [+N, -V]. No domínio morfológico, tomemos a palavra *óculos* que é um objeto e a princípio poderia servir como instrumento, mas a formação **oclada* (**dar uma oclada no João*) é estranha. A autora supõe que a estranheza se deva ao fato de a base não poder ser um nome plural, como se observa também em *lápiz*/**lapisada*.

Ainda em relação às construções em *-ada* de natureza denominal, Scher (2006) afirma que apesar de não serem derivadas de verbos, essas nominalizações apresentam uma leitura de eventualidade. Dessa forma, a autora defende que a existência de *bolsada*

e *garfada*, por exemplo, depende da existência de uma eventualidade em que alguém atinge alguém ou uma coisa com uma bolsa, com um garfo, respectivamente. Da mesma forma, a existência de *dentada* depende da existência de uma eventualidade em que alguém morde outra pessoa. Portanto, a questão relevante é que apesar de não haver um verbo correlato a essas nominalizações, a eventualidade permanece presente.

Após traçar as diferenças entre os dois tipos de construção, passemos à análise do primeiro tipo (verbo leve *dar* e nominalização deverbal em *-ada*), foco de estudo desta seção. Nas subseções que se seguem, apresentaremos as características morfossintáticas e semânticas desse tipo de construção no PB.

3.5.1 Características morfossintáticas das construções com verbo leve *dar* e nominalização em *-ada*

De acordo com Scher (2004b), o termo verbo leve, *light verb* do inglês, foi introduzido na literatura linguística por Jespersen³⁰ (1949 apud Scher, 2004b). Sua intenção era remeter a uma tendência geral do inglês moderno de fazer uso de um verbo tematicamente vazio, ao qual se associam marcas de pessoa e tempo, antes da ideia “realmente importante” da sentença, ou seja, antes da ação, que vem expressa pelo nome seguinte. No inglês, construções como as expressas abaixo são recorrentes:

(44) Sara took a stroll along the beach.

(45) Paul gave a knock on the door.

(46) Jamie made a pass to her teammate.

Como se pode observar nas sentenças de (44) a (46), o inglês admite a formação de construções com verbos leves utilizando três diferentes verbos: *to take*, *to give* e *to make*. Na sentença [*Paul gave a knock on the door*], por exemplo, a característica do evento expresso pela expressão [*gave a knock*] não é determinada somente pelo verbo [*to give*], mas principalmente pelo DP [*a knock*].

De acordo com Scher (2003), nas estruturas em análise, o verbo leve é um elemento semanticamente vazio, que marca pessoa e tempo, mas que é sempre acompanhado de um nome responsável pelo conteúdo denotacional do estado de coisas

³⁰ JESPERSEN, Otto. **A Modern English Grammar on Historical Principles**. London: George Allen and Unwin/Copenhagen: Munksgaard, 1949.

descrito, ou seja, pela ideia expressa. Essa interpretação se confirma na possibilidade de fazer corresponder à expressão [verbo_{leve} + nominal em *-ada*] uma contraparte verbal lexicalizada, como em (47) e (48):

(47) a. Juracema deu uma espiada na revista.

b. Juracema espiou a revista.

(48) a. O rapaz deu uma escaneada no texto.

b. O rapaz escaneou o texto.

Os dados expressos em (47) e (48) demonstram que é possível estabelecer uma sentença sinônima à com verbo leve, usando-se o verbo correspondente ao nome deverbal. Assim, o nominal parece ser o elemento verdadeiramente responsável pela denotação da eventualidade da sentença. No entanto, o verbo leve também parece contribuir com parte do significado dessas construções, pois a expressão *dar uma caminhada* é diferente, por exemplo, de *fazer uma caminhada*.

3.5.2 Aspectos semânticos das construções com verbo leve *dar* e nominalização em *-ada*

Como afirmado na seção anterior, nas construções em análise, há sempre uma associação entre um verbo leve (*dar*) e um elemento de natureza nominal (nominalização em *-ada*). Na maior parte dos casos em que o elemento associado ao verbo leve é de natureza nominal, esse elemento é uma forma derivada do verbo que denota a eventualidade em destaque na sentença.

Considerem-se os exemplos de (49) a (52):

(49) O Manuel deu um carro para a Janete.

(50) A Marina deu comida ao mendigo.

(51) A Joana deu uma olhada nas crianças.

(52) Maria deu uma puxada no vestido da amiga.

Segundo Scher (2003), as relações temáticas em (49) e (50) são determinadas pelo verbo da sentença (*deu*), o núcleo do predicado. Dessa forma, aos DPs [*o Manuel*] e [*a Marina*], em (49) e (50), se associa a noção de Fonte, aos DPs [*um carro*] e [*comida*] se associa a noção de Tema e aos DPs *a* [*Janete*] e [*o mendigo*] a noção de Alvo. Temos, assim, a transferência de posse de certo Tema, de uma dada Fonte para um dado Alvo. Já a atribuição de papéis temáticos em (51) e (52) não é realizada da mesma forma. Não existe nesses casos qualquer tipo de transferência de posse de um Tema, de uma Fonte para um Alvo. De acordo com Scher (2003), nesses casos, o verbo *dar* não é o responsável, ou pelos menos, o único responsável pela associação de papéis temáticos aos DPs argumentos da sentença. Os verdadeiros responsáveis pelas associações temáticas parecem ser os nominais *olhada* e *puxada*, respectivamente, que, juntamente com o verbo leve *dar*, compõem predicados complexos.

Em suma, para Scher (2003), a amostra de dados com variados usos do verbo *dar* diferentes do seu uso canônico (bitransitivo) revela que, para esses casos, estamos diante de uma variação da estrutura conceitual básica sugerida para *dar*. De maneira geral, em seu uso leve, o verbo *dar* não inclui o evento de transferência de posse em sua estrutura conceitual. Tal fato demonstra que, nas construções com verbo leve *dar*, a estrutura argumental é composta diferentemente.

Vejamos os exemplos abaixo:

(53) Marieta empurrou a porta.

(54) Marieta deu uma empurrada na porta.

Como apontado por Piñango, Mack e Jackendoff (s.d.), sentenças semelhantes a essas apresentam estruturas semelhantes [DP [_{VP} V DP]], mas o significado das suas partes é composto de forma distinta. Na sentença (53), a interpretação emerge do significado lexical dos itens envolvidos. O verbo *empurrar* mapeia dois argumentos sintáticos na estrutura e atribui a eles dois papéis temáticos distintos. Na sentença (54), por outro lado, o verbo *dar* forma com a nominalização *empurrada* um predicado complexo. O verbo *dar* seleciona o seu argumento externo [*Marieta*], mas é o NP [*empurrada*] que seleciona o argumento PP [*na porta*]. De alguma forma, a predicação é feita em conjunto pelo verbo leve e pela nominalização. O verbo leve garante a realização do argumento externo que parece não poder ser licenciado pela nominalização sozinha.

Além disso, Scher (2004b) afirma que, dos seis traços definidores das classes aspectuais que são consideradas em sua análise, estaticidade/ dinamicidade, duratividade/ instantaneidade e telicidade/ atelicidade, o traço duratividade favorece a formação das construções com verbo leve *dar* e a nominalização em *-ada*. Considerando-se as propriedades definidoras das classes aspectuais citadas, a autora demonstra que a formação dessas estruturas no PB é restrita apenas pelos traços: estático e instantâneo, o que explica a agramaticalidade das sentenças (55) e (56):

(55) *O idoso deu uma morrida.

(56) *A criança deu uma nascida.

Com essa observação, a autora afirma que três propriedades temporais favorecem a formação das construções em questão no PB: dinamicidade, duratividade e atelicidade, enquanto as outras três – estaticidade, instantaneidade e telicidade intrínseca – desfavorecem esse processo.

Considerem-se, ainda, os exemplos a seguir:

(57) Eu lavei as roupas.

(58) Eu dei uma lavada nas roupas.

(59) Eu dei uma lavadinha nas roupas.

(60) Eu escovei o cabelo.

(61) Eu dei uma escovada no cabelo.

(62) Eu dei uma escovadinha no cabelo.

Nas sentenças de (57) a (62), observa-se, novamente, a relação entre construções com verbo leve *dar* e nominalização em *-ada*, seguidas de sua contraparte com o verbo pleno. Nesses casos, fica evidente a diferença de interpretação aspectual presente nas construções com verbos leves. A ideia é que quando se afirma que *lavei as roupas*, comprometo-me com a conclusão da lavagem. No entanto, quando se afirma que *dei uma lavada nas roupas*, não há um compromisso com o término e com a qualidade da lavagem; parece que foi uma lavagem rápida e sem muito cuidado. Essa leitura fica mais evidente com o uso do diminutivo *lavadinha*.

Segundo Scher (2004b), os dados de construções com verbo leve *dar* do PB mostram que essas construções têm um tipo de interpretação aspectual, que pode decorrer da presença do verbo leve *dar*. Assim, por exemplo, a diferença de interpretação entre uma construção com verbo leve *dar* e nominalização em *-ada* e uma sentença com a forma verbal simples está no fato de que a construção com verbo leve reflete um efeito geral de diminutivização (ideia de modalização do tipo *um pouco* e *rápido*, que modifica a dinamicidade e a duração da eventualidade) que não está presente em sua contraparte verbal, como apontado por Scher (2004b). Além disso, a autora afirma que tais construções podem significar aproximadamente o mesmo que suas paráfrases com verbos plenos. No entanto, nos pares constituídos por verbo leve *dar* e paráfrases como essas, só as últimas implicam a realização, por completo, de uma eventualidade. Gera-se, assim, a interpretação de que a sentença com verbo leve expressa um pouco ou parte da eventualidade por ela denotada.

Contudo, pode-se encontrar no PB dados como os expressos abaixo³¹:

(63) O Paulo deu uma boa lavada no carro, ficou novinho!

(64) A faxineira deu uma varrida na casa por completo.

(65) Eu dei uma boa lida no artigo da Negrão.

(66) O mecânico deu uma revisada no carro pra ninguém botar defeito!

(67) Mesmo dando uma mega vasculhada na casa do bandido, o polícia não achou nada.

A pergunta a ser feita é: nesses casos, a leitura diminutivizada permanece? Se não permanece, então, que leitura está envolvida nas estruturas com verbo leve *dar* e nominalização em *-ada*? Observe-se que, nos exemplos acima, a presença de modificadores como *boa* e *por completo* parece anular o efeito de diminutivização comum nesse tipo de construção. A presença dessas expressões poderia ser analisada como uma operação semântica de cancelamento sobre o efeito de diminutivização, com o objetivo de anulá-lo. No entanto, é possível defender a hipótese de que tais expressões podem estar ausentes e ainda assim ser possível contestar o efeito de diminutivização, como em: *O mecânico deu uma revisada no carro para nós fazermos aquela viagem pela América do Sul.*

³¹ A discussão sobre o efeito de diminutivização em estruturas do tipo *dar uma boa lavada* foi apontada em trabalho anterior de minha autoria, apresentado no VII Congresso da ABRALIN.

O estudo realizado por Medeiros (2010) contesta o efeito de diminutivização apontado pelo trabalho de Scher (2004b) e destaca entre os problemas da proposta da autora o seguinte ponto: supor que existe um núcleo diminutivizador dentro da nominalização em *-ada* parece criar alguns problemas também para sentenças do tipo: *João deu uma boa lida no livro e considerou-o excelente*. Nesse caso, não parece que João tenha feito uma leitura incompleta ou descuidada. Portanto, onde está o efeito diminutivizador da nominalização? Assumir a existência de um traço de aspecto ‘diminutivo’ no interior do nome *-ada* nos obriga a supor que o *boa*, que modifica a atividade de ler na sentença, cancela de alguma forma o efeito diminutivizador do núcleo aspectual interno ao substantivo *lida*. Mas como isso acontece? (MEDEIROS, 2010)

Medeiros (2010), diferentemente de Scher (2004b), assume que a interpretação diminutivizada não está codificada na estrutura morfológica da nominalização. A proposta do referido autor para explicar a intuição de que *dar uma varrida na sala* denota uma realização ‘menos’ completa do que *varrer a sala* é a de que no primeiro caso a extensão da sala não é necessariamente coberta pela atividade de ‘varrer’, ou seja, o resultado da ação não é a sala varrida. Segundo o autor, o fato de o DP [*a sala*] não ser o complemento do verbo faz com que a interpretação de *dar uma varrida na sala* não seja a de “atividade de varrer a sala”, onde o DP [*a sala*] é uma medida da atividade de varrer. A interpretação correta de *dar uma varrida na sala* é de “atividade de varrer que é executada na sala”. Nessa proposta, portanto, a interpretação “diminutivizada” ou atélica não está codificada na estrutura morfossintática da nominalização, mas no contexto sintático em que ela ocorre, como afirma Medeiros:

Nesta proposta, portanto, a interpretação “diminutivizada” ou atélica não está codificada na estrutura morfossintática da nominalização, **mas no contexto sintático (na CVL) em que ela ocorre**. Tanto é verdadeira esta afirmação que uma sentença como *João deu uma arrumação na casa* descreve, da mesma forma que a sentença *João deu uma arrumada na casa*, uma atividade de arrumar que foi provavelmente descuidada e incompleta se comparada à descrita pela sentença *João arrumou a casa* (MEDEIROS, 2010, p. 114, grifos do autor).

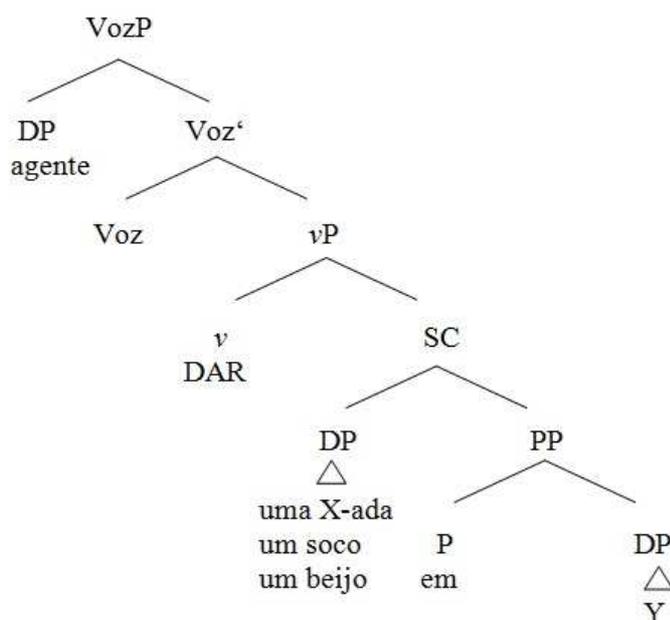
O questionamento apresentado pelo estudo de Medeiros (2010) é relevante, uma vez que o questionamento do efeito diminutivizador assumido para as construções em questão não explica a interpretação captada nos dados expressos de (63) a (67). As

construções com verbo leve *dar* e nominalização em *-ada* expressam uma semântica diferente das construções com suas contrapartes lexicalizadas.

Seguindo Medeiros (2010), assumimos que o sufixo *-ada* garante o mínimo para qualificar algo como um evento; portanto, *dar uma olhada* pode significar olhar o texto por completo, mas também olhar partes do texto ou olhar o texto em partes. Assumimos, assim, que construções como *dar uma organizada nos livros* podem ser interpretadas tanto como uma breve e rápida organização, quanto como uma organização completa, mas os livros foram organizados de algum modo, que é o que garante a realização do evento de organizar.

A partir dessa discussão, Medeiros (2010, p. 112) propõe uma estrutura para o tipo de construção que estamos analisando, a qual está representada abaixo:

(68)



Na estrutura acima, o DP que é combinado ao PP na pequena oração (do inglês *small clause* (SC)) é o que traz o nome do evento. Esse nome pode ser uma nominalização em *-ada* ou outro deverbal, como: *beijo* ou *soco*. O sintagma PP corresponde a um locativo, onde o evento denotado pelo DP mais alto (em SC) ocorre. O núcleo Voz acima do vP relacionado ao verbo *dar* tem o papel de introduzir um agente na construção, que é também o agente do evento denotado pela nominalização em *-ada*.

Nessa proposta, os DPs que aparentemente são complementos (argumentos) dos verbos internos à nominalização em *-ada*, como proposto nos trabalhos de Scher (2006), são complementos da preposição locativa *em*, que é parte da pequena oração, conforme ilustrado na estrutura acima e nos exemplos abaixo:

(69) A professora deu uma corrigida nas provas.

(70) O empresário deu uma examinada nos documentos.

Nas duas sentenças acima, os DPs [*as provas*] e [*os documentos*] são interpretados como “superfícies” sobre as quais as atividades denotadas pelas nominalizações em *-ada* podem acontecer. De acordo com Medeiros (2010), uma inferência natural dessa interpretação é que, dada a natureza da atividade, a “superfície” sobre a qual ela se desenvolve sofre uma mudança de estado compatível com essa atividade.

Em suma, a proposta de Medeiros afirma que, na estrutura morfossintática das nominalizações em *-ada*, as peças contribuem composicionalmente para o seu significado final, e que o DP no sintagma preposicional corresponde ao lugar onde a atividade associada à nominalização ocorre e é, na verdade, complemento da preposição locativa.

Para esta análise não assumiremos uma estrutura proposta por Medeiros (2010) para as construções em questão, pois, apesar de concordarmos com a posição desse autor no que diz respeito à interpretação das construções com verbo leve *dar* e nominalizações em *-ada*, não concordamos com o fato de que expressões como *dar uma olhada* apresentem a mesma estrutura interna que expressões como *dar um soco* ou *dar um beijo*, nas quais o nome não apresenta o sufixo *-ada*.

Além disso, é necessário discutir o fato de que existem restrição aspectuais para a ocorrência das construções com verbo leve e nominalizações em *-ada*. Ao considerarmos dados como em (71) e (72), observa-se que está em jogo um contraste na codificação de traços aspectuais.

(71) João deu uma pintada no quadro.

(72) João deu uma construída na casa.

Observa-se que nos casos de (71) e (72), as raízes/ bases denotam um processo com culminação, no entanto a interpretação só é possível se imaginarmos uma situação em que a casa é construída aos poucos, ou seja, *dar uma construída* quer dizer trabalhar um pouco na construção. A mesma coisa *em dar uma pintada*, a sentença só é boa se pensarmos que o quadro é pintado aos poucos e *dar uma pintada* significa pintar parte desse quadro. Ou seja, o traço de culminação é excluído nessa estrutura (embora esse tipo de verbo ocorra em predicados do tipo processo culminado).

No entanto, a restrição não é quanto ao traço de culminação. Em (73) e (74), as raízes/ bases denotam culminação, e a interpretação é a de que ‘João chegou em Brasília (rápida)’ e a de que ‘João saiu brevemente do trabalho’.

(73) João deu uma chegada em Brasília.

(74) João deu uma saída do trabalho.

Compare-se com (75) e (76). Em (75), o traço que está em jogo é o de processo, com a interpretação de refletir sobre o assunto. Novamente o dado em (76) pressupõe um processo, e a interpretação só é possível se analisarmos que a correção aconteceu em etapas até a sua finalização. O que esses dados revelam?

(75) Eu dei uma pensada no assunto.

(76) Eu dei uma corrigida nas provas.

Os dados sugerem que, nas construções com verbo leve *dar* e nominalizações em *-ada*, haveria uma restrição em acionar os traços de processo e de culminação ao mesmo tempo, como demonstrado nos exemplos (71) e (72) acima.

3.6 Conclusões parciais

Neste capítulo, verificamos as características dos sufixos nominalizadores *-ção*, *-mento* e *-ada* no português do Brasil. Observamos que os sufixos *-ção* e *-mento* apresentam algumas especificidades aspectuais. A primeira delas é que somente o sufixo *-ção* pode fornecer uma leitura iterativa em formações, como: *começão* e *varreção*. Concluímos que esse aspecto iterativo do sufixo só pode se dar em construções para as quais esse sufixo não é canonicamente o formador da

nominalização. Essa interpretação pode ser explicada pela presença de traços de iteratividade na projeção AspP que deve ser projetada na estrutura das nominalizações.

Em segundo lugar, seguindo a análise de Oliveira (2007), observamos que os sufixos *-ção* e *-mento* apresentam certas especificidades aspectuais quanto às raízes a que se ligam: as raízes que se ligam a *-ção*, por um lado, denotam um evento não causado internamente, o que implica em causa externa ou agente e têm como resultado uma forma derivada que denota o resultado da ação ou da agentividade, como em: *criação* e *viabilização*. Por outro lado, as raízes que se ligam a *-mento* denotam mudança de estado causada internamente, o que implica em causa interna e têm como resultado uma forma derivada que denota mudança de estado, como em: *rejuvenescimento* e *falecimento*.

Por fim, analisamos o caso das nominalizações em *-ada* acompanhadas do verbo leve *dar*. Primeiramente, diferenciamos essas construções deverbais das denominais, tais como: *dar uma dentada*, uma vez que o nominal *dentada* não apresenta contraparte verbal. Verificamos as especificações das construções denominais, as quais selecionam como base, preferencialmente, nomes concretos que possam servir como instrumento para afetar outro. Em seguida, passamos à análise das construções que nos interessam nesta pesquisa e, após descrevermos suas características morfossintáticas e semânticas, detivemo-nos na discussão das diferenças aspectuais presentes em construções do tipo: *dar uma lida*. Concluímos, seguindo o estudo de Medeiros (2010), que nessas construções não há um efeito de diminutivização, mas que a interpretação de evento não concluído ou de ação realizada com descuido é resultado de um significado composicional frente a dados como: *João deu uma boa varrida na casa*. A noção aspectual de evento inconcluso deve-se ao fato de que, nesses casos, o sufixo *-ada* garante o mínimo para qualificar algo como um evento.

CAPÍTULO 4

A CATEGORIA TEMPO NAS NOMINALIZAÇÕES

Neste capítulo, examinamos a manifestação de categorias funcionais na estrutura do DP, considerando, em particular, a hipótese de que, em algumas línguas, existe flexão de tempo nessa estrutura. Em particular, verificamos se o tempo expresso na morfologia nominal de algumas línguas oferece evidências para postular uma categoria tempo na estrutura dos nomes, assim como ocorre na projeção estendida dos verbos, na estrutura oracional. Para isso, apresentamos, inicialmente, algumas características do sistema TMA (tempo, modo, aspecto). Em seguida, faremos algumas considerações acerca do tempo, para depois, apresentar resenhas de trabalhos anteriores que investigaram o fenômeno em questão (ALEXIADOU, 2001; TONHAUSER, 2006, 2007; LECARME, 1999, 2008), argumentando contra ou favor da ideia da presença da categoria tempo nos nomes. Por fim, a partir de estudos realizados sobre as línguas da família Tupi-Guarani (SEKI, 2000; SALLES, 2003), buscaremos investigar se as evidências presentes nessas línguas podem ou não corroborar a hipótese de uma projeção T (tempo) na estrutura do DP.

4.1 O sistema TMA (tempo, modo, aspecto)

As categorias linguísticas tempo, modo e aspecto são amplamente reconhecidas e descritas na tradição gramatical. Conforme observado em Tonhauser (2006), tempo, modo e aspecto correspondem às categorias extralinguísticas de tempo e modalidade, assim entendidas por sua relação com o discurso por intermédio dos interlocutores e com o ponto de vista do falante, por um lado, e à categoria semântica de aspecto, por outro. O tempo localiza um evento no eixo temporal e indica, por exemplo, se esse evento ocorreu no passado ou se ele vai ocorrer no futuro. O modo marca modalidade, que é o status de um evento como real, imaginado etc. O aspecto marca as diferentes maneiras de ver a constituição temporal interna da situação e de sua duração; marca, por exemplo, se um evento é contínuo. No inglês, por exemplo, a relação entre sentenças: *I eat cake* e *I ate cake* refere-se a uma diferença temporal; a relação entre sentenças: *I ate cake* e *I was eating cake* constitui uma diferença aspectual e a sentença *Sarah might have eaten the cake (but I am not sure)* ilustra um caso de modalidade (modalidade epistêmica: possibilidade/probabilidade).

Nesse sentido, tempo, modo e aspecto dizem respeito a eventos, não somente a verbos. Entretanto, uma vez que verbos constituem os elementos centrais dos eventos, essas três categorias são, em geral, associadas à morfologia verbal, ou são expressas por verbos auxiliares. No âmbito da Teoria Gerativa, a relação entre o verbo e as categorias de sistema TMA é expressa na projeção funcional da oração. Assumindo-se a Hipótese DP, uma questão relevante consiste em identificar as categorias funcionais na projeção estendida do nome associada à codificação dessas propriedades.

Nos capítulos anteriores, foi postulada a presença da categoria aspecto na estrutura das nominalizações, pela identificação de propriedades relacionadas ao desenvolvimento do evento descrito pela nominalização na escolha do afixo, por meio de traços presentes em um núcleo Asp (aspecto), situado na estrutura interna do DP. Ainda sobre a categoria aspecto, em algumas línguas eslavas, a oposição perfectivo/imperfectivo pode ser observada na morfologia de nomes de processo, como apontado por Alexiadou (2001), por meio dos dados do polonês, extraídos de Schoorlemmer³² (1995 apud Alexiadou, 2001, p. 50, onde PF = perfectivo e IMP = imperfectivo):

(1) a. *ocenienie studentów przez nauczycieli nastąpiło szybko*
 evaluation-PF the students-GEN by teachers occurred quickly
 ‘The evaluation of the students by teachers occurred quickly’
 ‘A avaliação dos estudantes pelos professores ocorreu rapidamente’

b. *ocenianie studentów przez nauczycieli ciągnęło się*
 evaluation-IMP students-GEN by teachers lasted REFL
przez cały tydzień
 through the whole week
 ‘The evaluation of the students by teachers lasted through the whole week’
 ‘A avaliação dos estudantes pelos professores durou toda a semana’

Os dados expressos em (1) demonstram que o nome *evaluation* ‘avaliação’ se flexiona segundo o aspecto perfectivo (*ocenienie*), conforme exemplo em (1a), ou para o imperfectivo (*ocenianie*), conforme exemplo em (1b), assim como ocorre com o verbo

³² SCHOORLEMMER, Maaïke. **Participial Passive and Aspect in Russian**. PhD Dissertation. Utrecht University, 1995.

correspondente nessa língua. Segundo Alexiadou, esse tipo de ocorrência constitui uma evidência morfológica para a presença da categoria aspecto na estrutura dos nomes.

Em relação à categoria modo, o presente trabalho não tem como objetivo investigar se essa é também uma categoria presente nos nomes. Cabe salientar, entretanto, que o estudo de Alexiadou (2001) afirma que essa é uma categoria ausente na estrutura nominal:

Em minha discussão sobre as propriedades morfológicas dos nomes, apontei que esses sugerem que as projeções flexionais de Voz e Aspecto estão presentes nas nominalizações. Entretanto, algumas outras categorias de flexão verbal, tais como: Tempo e Modo parecem estar totalmente ausentes. Em geral, as nominalizações parecem não ser capazes de expressar tempo e modalidade de forma idêntica aos seus verbos correlatos³³ (ALEXIADOU, 2001, p. 59).

Observa-se que o posicionamento da autora diz respeito também à ausência da categoria tempo nos nomes; entretanto, como veremos nas seções seguintes, diferentes estudos defendem que essa é uma categoria presente na estrutura nominal. Verificaremos, ainda, que essa questão é controversa, já que existem estudos que vão ao encontro da posição defendida por Alexiadou (2001). Em particular, o debate consiste em saber se a categoria em questão codifica tempo ou aspecto.

O interesse em investigar a expressão de tempo em nominais tem relação com o objetivo geral desta tese, que busca estudar aspectos formais das nominalizações. Como afirmado no capítulo 1, interessa também investigar características que comprovem o paralelismo assumido na literatura entre as categorias DP e CP. Ora se a expressão de tempo pode estar presente também na estrutura de nomes, essa seria uma forte evidência para corroborar o paralelismo entre a estrutura do nome e a estrutura da sentença. Com essa discussão, acreditamos ainda ser possível aprofundar o entendimento das correspondências morfológicas entre o nome e o verbo encontradas em outras categorias.

Dessa forma, um fato que tem sido investigado na literatura é que existem línguas em que os nomes recebem marcas de tempo. É o caso, por exemplo, do somali, do tronco Afro-Asiático, do guarani, do kamaiurá, do tapirapé e do tupinambá, do

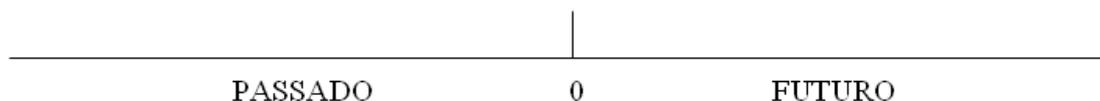
³³ No original: “In my discussion of the morphological properties of nouns, I pointed out that these suggest that the inflectional projections of Voice and Aspect are present within nominals. On the other hand, certain other verbal inflection categories, such as Tense and Mood seem to be totally absent. In general, nominalizations seem not to be able to express tense and modality in manner identical to their related verbs”.

tronco Tupi (família Tupi-Guarani). A pergunta que surge é se o tempo nos nomes codifica as mesmas propriedades sintático-semânticas que o tempo na projeção da sentença. Esse constitui, portanto, o foco deste capítulo. Iniciaremos essa discussão apresentando algumas características da categoria tempo.

4.2 A categoria tempo

O tempo é uma categoria dêitica porque localiza um evento no tempo. Na verdade, a categoria tempo constitui a expressão gramaticalizada do tempo. Toda língua apresenta expressões temporais, tais como: *ontem*, *amanhã*, *no ano 2014*, *dez anos depois da inauguração de Brasília* etc. Mas no que consiste o tempo?

De acordo com Comrie (1985, p. 2), o tempo pode ser representado como uma linha reta, na qual o passado é representado à esquerda e o futuro à direita. Já o momento presente pode ser representado por um ponto delimitado nessa linha, conforme figura abaixo:



Comrie afirma que o diagrama acima é adequado para representar a noção de tempo na maioria das línguas, apesar de não representar diretamente o fluir do tempo. A ideia de localizar situações no tempo é uma noção puramente conceitual. No diagrama acima, por exemplo, para dizer que um evento aconteceu no passado, temos que localizá-lo à esquerda, para dizer que um evento ocorreu depois de outro evento, é preciso representá-lo mais à direita.

No entanto, essa relação linear não é suficiente para dar conta das interpretações sobre o tempo nas línguas naturais. É o que capta a abordagem formulada por Hans Reichenbach³⁴, ao postular que, além do momento de fala (MF), que corresponde ao ponto 0 na linha acima, e do momento do evento (ME), que demarca a noção de anterioridade, posterioridade, simultaneidade, em relação a MF, cabe incluir o momento de referência (MR). Com esses parâmetros, é possível fazer a interpretação temporal de uma sentença como ‘João não desligou o forno’, citada e analisada em Oliveira (2001, p. 213-214), como: “[o] falante quer dizer que João não desligou o forno em um

³⁴ REICHENBACH, Hans. *Elements of Symbolic Logic*. New York: The MacMillan Company, 1947.

momento específico”, excluindo-se a leitura em que o “João nunca desligou o forno antes, ou que ele não desligou o forno em um algum momento passado indeterminado”. Assim, o enunciado é avaliado segundo três parâmetros: ME, que corresponde a ‘João não desligar o forno’; MF, que corresponde ao momento em que o falante pronuncia a proposição; e MR, que é um momento (também no passado), em relação ao qual ME se situa, o que garante que ME seja interpretado como um momento específico no tempo (e não como um momento passado indeterminado ou que o valor de verdade da proposição se mantenha uniforme para todos os momentos do passado, levando à conclusão de que João nunca desligou o forno).

Corôa (2005) afirma que é comum encontramos na literatura uma definição tripartite de tempo: o tempo cronológico, o tempo psicológico e o tempo gramatical. O tempo cronológico é caracterizado por um ponto em contínua deslocação em direção ao futuro, de duração constante, uniforme e irreversível. O tempo psicológico não apresenta duração constante e uniforme porque existe em função do mundo interno do indivíduo, isto é, pode parar, retroceder, acelerar-se etc. O tempo gramatical, por fim, é aquele caracterizado, por exemplo, em português, por um radical acrescido de morfemas sufixais ou por tempos compostos, constituídas por um auxiliar e uma forma verbal nominal.

A definição de tempo gramatical nos leva à conclusão de que é no verbo que a expressão de tempo se faz mais presente, pois é muito comum a ideia de que o verbo se distingue do nome pelo seu caráter dinâmico, em contraste com o caráter estático atribuído aos nomes, a princípio. Sobre essa questão, Corôa (2005) destaca que:

Em qualquer definição, dentro de uma ou de outra teoria linguística, enfatizados no seu caráter dinâmico ou não, os verbos estão sempre associados à noção temporal. É inegável que, embora não detendo o monopólio de sua manifestação, são os verbos os elementos lingüísticos que mais de imediato situam a ação, estado, evento ou processo na sua relação temporal com a enunciação e o falante/ouvinte (CORÔA, 2005, p. 34).

Apesar de o verbo ser o elemento linguístico que carrega, em geral, a expressão de tempo, existem línguas, como o birmanês, da família Sino-Tibetana, que não apresentam a expressão gramatical de tempo. Segundo Comrie (1985), nesses casos, a referência de tempo se faz por outros recursos, tais como: expressões adverbiais, por deduções acerca da referência de tempo feita por outros aspectos da sentença, talvez em conjunção com o conhecimento de mundo do falante.

No âmbito da Teoria Gerativa, o tempo é uma categoria expressa em T, situada na projeção estendida do verbo. Em termos minimalistas, a categoria funcional T encabeça o sintagma TP (Sintagma Tempo), sendo selecionado pelo núcleo funcional C, que encabeça a oração e codifica propriedades gramaticais como finitude e força ilocucionária. Por hipótese, essa relação de seleção expressa ainda um mecanismo de herança de traços *phi* (não-interpretáveis), presentes na categoria C. A presença dos traços *phi* (não-interpretáveis) em T faz dessa categoria uma espécie de sonda (*probe*), que busca uma categoria com traços *phi* interpretáveis, o alvo (*goal*) – o argumento externo em spec de v*P (com verbos inergativos e transitivos) ou o argumento interno de V (com predicados inacusativos). Nessa relação, *goal* valida/elimina os traços *phi* em T, e concomitantemente recebe de Caso Nominativo de T. Dessa forma, a categoria funcional T, além de introduzir o tempo, é o locus de uma operação central do sistema computacional em interação com léxico, que é a concordância (*Agree*) (cf. Chomsky 1995, 2004).

Postular a relação entre CP e DP implica assumir, no âmbito de DP, operações do tipo *Agree*, de verificação/validação de traços não-interpretáveis. A questão que desejamos investigar a seguir é se a categoria T está presente em DP, com consequências (ou não) para a manifestação do Caso.

4.3 A expressão de tempo nos nomes

Apesar de o nome não ser uma categoria tipicamente marcada pela expressão temporal, a literatura aponta que, do ponto de vista semântico, a ausência de expressão de tempo na estrutura do DP pode ser contestada ao se considerar exemplos como o exposto abaixo, extraído de Alexiadou (2001, p. 63):

(2) Every fugitive is now in jail.

A sentença acima é uma asserção sobre fugitivos passados que estão agora na prisão. O intervalo temporal entre o referente do DP [*fugitive*] não coincide com o intervalo de tempo em que os fugitivos estão na prisão. Isso sugere que o DP é capaz de apresentar uma leitura temporal independente daquela expressa pela sentença em que ele é realizado.

Apesar de categorias como tempo, modo e aspecto serem tradicionalmente consideradas propriedades verbais, a expressão morfológica de tempo, pode ser atestada em algumas línguas. Esse é o caso da língua halkomelem, língua falada na costa noroeste da América do Norte, que possui um sistema de tempo expresso na estrutura morfológica da categoria nominal e que coincide com as marcas temporais expressas nos verbos. Considerem-se os exemplos abaixo extraídos de Burton³⁵ (1997 apud Alexiadou, 2001, p. 64):

- | | | | |
|----------|----------|------|-------------------------|
| (3) i-lh | ímex | tel | si:le |
| | AUX-PAST | walk | my grandfather |
| | | | ‘My grandfather walked’ |
| | | | ‘Meu avô caminhou’ |
-
- | | | |
|------------------|--|-----------------------|
| (4) tel sí:le | | tel sí:lalh |
| my grandfather | | my grandfather-PAST |
| ‘my grandfather’ | | ‘my late grandfather’ |
| ‘meu avô’ | | ‘meu falecido avô’ |
-
- | | | | |
|----------------|--|-----------------------------|-------------------------|
| (5) tel xeltel | | tel xeltel-elh | te thá |
| my pencil | | my pencil-PAST | |
| ‘my pencil’ | | ‘the pencil which was mine’ | or ‘my broken pencil’ |
| ‘meu lápis’ | | ‘o lápis que era meu’ | ou ‘meu lápis quebrado’ |

A partir das traduções, os nomes com as marcas de tempo, nessa língua, podem apresentar três significados: (i) morte, conforme dado (4); (ii) perda de posse ou (iii) destruição, conforme dado (5). Uma possível interpretação para dados desse tipo é afirmar que a marca de tempo ligada aos nomes atribui uma referência ao DP.

Em português, é possível identificar processos lexicais em que existe marcação de tempo, em expressões do tipo: *recém-nascido*, *ex-marido*, *pré-primário*, *pós-graduação*. Além disso, o português apresenta tais contrastes gramaticalizados por meio de categorias nominais como o particípio e o gerúndio, que codificam a oposição entre o aspecto perfectivo e imperfectivo, tais como: *graduando/graduado*, *formando/formado*,

³⁵ BURTON, Strang. Past Tense on Nouns as Death, Destruction, and Loss. *Proceedings of NELS 27*. 1997, p. 65-78.

ou ainda nomes que não formam pares opositivos, que denotam o aspecto imperfectivo, como: *doutorando*, *mestrando*. É interessante notar a ocorrência de dados como *pós-graduando*, em que a marcação da posterioridade (em relação a um parâmetro temporal definido lexicalmente – a situação de cumprir o curso de graduação) co-ocorre com a marcação de aspecto imperfectivo.

Nas seções seguintes, apresentamos alguns trabalhos que investigam a expressão de tempo nos nomes. Para organizar a discussão, apresentaremos, inicialmente, estudos que trazem evidências contra a ideia de uma projeção T na estrutura interna dos nomes e, em seguida, apresentaremos estudos que trazem evidências acerca da expressão de tempo nos nomes e que argumentam a favor de uma projeção T interna ao DP.

4.3.1 Evidências contrárias à presença de T no DP

O primeiro trabalho que apresentaremos é o de Alexiadou (2001)³⁶, que discute propriedades morfossintáticas das nominalizações. Como afirmado em seção anterior, a autora sugere que projeções funcionais como voz e aspecto estão presentes na estrutura dos nomes que denotam evento/processo. Diferentemente, segundo a autora, os nomes não expressam tempo de modo idêntico aos verbos. Para corroborar a sua posição, Alexiadou (2001, p. 60) apresenta algumas propriedades que distinguem nomes de verbos. São elas:

a) Não há expletivos em construções nominais:

(6) There arrived a man.

(7) *there's arrival.

(8) *its rain.

b) Nomes não permitem alçamento:

(9) Mary appears to have left.

(10) *Mary's appearance to have left.

³⁶ O trabalho de Alexiadou (2001), no que diz respeito às propriedades morfossintáticas das nominalizações de evento/processo e de resultado, já foi discutido no capítulo 2 desta tese. Nesta seção, apresentaremos, em particular, a discussão feita pela autora acerca da categoria tempo nos nomes.

c) Marcação Excepcional de Caso (ECM) não ocorre com nominais:

(11) I believe Mickey to be genius.

(12) *my belief of Mickey to be genius.

Segundo a autora, a ausência desses fenômenos no domínio nominal, como por exemplo, a impossibilidade de se ter expletivos (**there's arrival*) indica que a posição de spec (especificador) de DP é uma posição argumental ao contrário de spec de TP, que é uma posição não temática e responsável pela checagem de traços não interpretáveis. A impossibilidade dos fenômenos acima é associada à ausência de T na projeção de nominais. Inversamente, a presença de T em uma sentença é o que permite que alçamento e expletivos sejam encontrados nessas estruturas. Alexiadou afirma que existem dois traços diretamente associados à categoria T: o Princípio de Projeção Estendido (EPP) e a atribuição de Caso Nominativo. O primeiro efeito que pode comprovar a ausência de T nos nomes é a impossibilidade de atribuição de Caso Nominativo aos seus argumentos. Portanto, o que determina a escolha entre CP e DP é a presença ou a ausência de um operador de tempo.

De acordo com a autora, uma sentença denota um evento de forma diferente da forma como um DP o denota. Nos exemplos abaixo, a sentença (13) e o DP expresso em (14) referem-se ao mesmo evento, mas não expressam o mesmo conteúdo, pois o primeiro exemplo é uma asserção sobre um evento que ocorreu, mas o segundo denota um evento sem uma asserção se o evento realmente aconteceu:

(13) Pedro chegou às 20 horas.

(14) A chegada de Pedro às 20 horas.

Dessa forma, Alexiadou defende que sentenças e NPs podem denotar eventos, mas de modos distintos. Conclui, ainda, que a categoria funcional D (determinante) pode se combinar com Asp, mas não com T.

Outros estudos relevantes são os realizados por Tonhauser (2006, 2007). Ambos investigam a morfologia nominal do guarani paraguaio, língua da família Tupi-Guarani, na qual nomes podem ser acompanhados por marcadores temporais. No guarani, nomes são definidos como um subconjunto de predicados estativos que denotam propriedades de indivíduos ou relações entre indivíduos. As marcas temporais no guarani são *-kue* e *-rã* que são produtivas somente com nomes. Por exemplo, essas marcas são compatíveis

com predicados estativos como *óga* ‘casa’, mas não com predicados estativos do tipo *asẽ* ‘chorar’, uma vez que esse último denota uma propriedade de eventualidade. O uso das duas marcas: *-kue* (*past-time-oriented meaning*), que marca passado, e *-rã* (*future-time-oriented meaning*), que marca futuro, está ilustrado abaixo, nos dados extraídos de Tonhauser, 2007 (p. 835-836 e 838):

(15) Che a-reko peteĩ livro de medisína, che-aguélo mba’e-**kue**
 B1SG A1SG-have one book of medicine B1SG-grandfather thing-KUE
 ‘I have a medicine book, it was my grandfather’s’
 ‘Eu tenho um livro de medicina, ele era do meu avô’

(16) Ko’agã a-hecha che-róga-**kue**
 now A1SG-see B1SG-house-KUE
 ‘I am seeing my former house’
 ‘Estou vendo minha antiga casa’

(17) Ko mbo’e-há-ra-**rã** o-mba.apo heta
 this teach-NOM-AG-RA A3-work much
 ‘This future teacher works a lot’
 ‘Este futuro professor trabalha muito’

(18) Avave doytor-**rã** n-oi-pytyvõ-i pe h-asỹ-va-pe
 no doctor-RA neg-A3-help-NEG that 3-sick-RC-PE
 ‘No future doctor helped the sick person’
 ‘Nenhum futuro doutor ajudou a pessoa doente’

No exemplo (15), a marca *-kue* no sintagma nominal *che-aguélo mba’e* ‘uma coisa do meu avô’, indica que a relação de posse entre o avô do falante e a coisa (livro) era verdade no passado, ou seja, antes do tempo do enunciado. O exemplo (16) é ambíguo no guarani, assim como a sua tradução para o inglês. Em uma primeira leitura, o falante está vendo algo que ele/ela possui, mas que não é mais uma casa. Em outra leitura, o falante está vendo uma casa que ele/ela costumava possuir. No exemplo (17), a marca *-rã* é realizada no DP *ko mbo’ehara* ‘este professor’, sujeito do predicado intransitivo *mba.apo* ‘trabalha’. O exemplo (18) ilustra o *-rã* em um sintagma

quaticador *avave doytor* ‘nenhum doutor’. Em seu trabalho, Tonhauser utiliza os adjetivos do inglês *former* (antigo) e *future* (futuro), bem como a marca *ex-* (ex), para traduzir os exemplos do guarani que trazem as marcas *-kue* (passado) e *-rã* (futuro), como se confirma nos dados de (16) a (18).

No guarani, marcas temporais nominais são possíveis também com nomes em posição predicativa e não somente com nomes em posição de complementação como ilustrado nos exemplos anteriores (TONHAUSER, 2007, p. 836):

- (19) Juan ha'e pa'i-**kue/-rã**
 Juan 3.PRON priest-KUE/-RA
 ‘Juan is a former/future priest’,³⁷
 ‘João é um antigo/futuro padre’

Tonhauser (2006, 2007) considera que, no guarani paraguaio, o *-kue* é uma marca nominal de temporalidade que expressa um aspecto gramatical terminativo. Semelhantemente, a autora interpreta a marca *-rã* como um marcador prospectivo gramatical de aspecto/modalidade. Dessa forma, a autora discorda da aceção de que esses marcadores temporais sejam referidos como tempo nominal. Assim, diverge de propostas anteriores (cf. SADLER & NORDLINGER, 2001, citado pela autora) ao considerar que a interpretação temporal de sintagmas nominais não envolve uma relação semântica de tempo. Para fazer essa asserção, Tonhauser utiliza critérios para distinguir tempo de aspecto e defende que, no caso do guarani, as marcas de temporalidade constituem marcadores de aspecto/modalidade. Afirma, ainda, que o fato de a interpretação de marcadores temporais nominais ser similar à interpretação desses marcadores no âmbito do verbo não constitui argumento suficiente para propor que esses marcadores temporais dos nomes sejam analisados como um tempo nominal.

Embora alguns estudos proponham que marcas temporais nos nomes têm comportamento semelhante ao tempo verbal, contribuindo para a localização do tempo no qual um sintagma nominal é interpretado, assim como o tempo nos verbos localiza o tempo no qual a proposição é interpretada, a autora continua afirmando que, se as marcas de tempo nos nomes contribuem para a interpretação sobre como localizar uma expressão nominal, isso deve acontecer tanto em línguas que possuem essas marcas,

³⁷ Sugerimos que o dado admita também a leitura: X foi/será padre – uma hipótese a ser testada.

como em línguas que não apresentam morfologia temporal nos nomes, como é o caso do inglês e do alemão. No entanto, a assertiva de que as marcas temporais em nomes constituem um tipo de tempo não está ainda estabelecida de modo conclusivo. Segundo ela, as análises são feitas sobre uma pequena amostra de línguas, ademais nenhuma das análises anteriores se propôs a fazer um estudo formal da semântica dessas marcas temporais.

4.3.2 Evidências favoráveis à presença de T no DP

Os trabalhos que iremos considerar são os desenvolvidos por Lecarme (1999, 2008)³⁸. Nesses dois estudos, a autora investiga algumas propriedades dos nomes no somali, língua do subgrupo cuchítico, pertencente à família Afro-Asiática, falada na Somália, Etiópia, Quênia e Djibuti, que apresenta um sistema de tempo codificado nos nomes. De acordo com Lecarme, em somali, o morfema de tempo nos nomes corresponde basicamente à oposição passado *versus* não passado e é realizado, cumulativamente, com o morfema marcador de definitude. O fato de nomes se associarem a morfemas temporais é analisado pela autora como evidência morfossintática para a presença de um núcleo T interno à estrutura do DP. Nesse sentido, existe um forte paralelismo entre a sintaxe e a semântica do tempo verbal e nominal nessa língua.

Segundo a autora, a estrutura temporal presente em nomes e em verbos deriva do mesmo conjunto de princípios sintáticos e semânticos, como se depreende dos dados (20) e (21), a seguir, extraídos de Lecarme (1999), nos quais o tempo expresso no nominal coincide com o tempo expresso no predicado central da sentença.

- (20) Dhibaatá-da Khalíj-ku wel' way taagán tahay
 problem-detF Gulf-detM[+nom] still F+3S permanent is
 'The Crisis of the Gulf still persists'
 'A crise do Golfo ainda persiste'

³⁸ O trabalho de Lecarme (1999) está apresentado sucintamente no capítulo 1 desta tese. O objetivo de apresentar esse trabalho em capítulo anterior foi o de corroborar o paralelismo entre as categorias DP e CP. Neste capítulo, retomaremos algumas das asserções da autora com o objetivo de discutir a expressão de tempo na morfologia nominal.

- (21) *Dhibaatá-dii* *Khalíj-ku* *wáy* *dhammaatay*
 problem-deF[+past] Gulf-detM[+nom] F+3S ended[+past]
 ‘The Crisis of the Gulf ended’
 ‘A Crise do Golfo terminou’

Entretanto, não há necessidade de que haja concordância entre o tempo do verbo e o do nome, pois o tempo nominal não precisa ser idêntico ao do predicado central da sentença, uma vez que a interpretação temporal do DP pode ser feita com base no contexto a que se refere o enunciado, independentemente do tempo da sentença, expresso no verbo. Nos exemplos (22) e (23), o tempo do predicado nominal e o tempo do predicado verbal não coincidem:

- (22) *ardáy-da* *baan* *kasín* *su’áash-aa-dii*
 students-detF F+neg understood[+past] question-detF+Poss2S[+past]
 ‘The students (who are present / I am telling you about) did not understand your question’
 ‘Os estudantes (que estão presentes / dos quais eu estou falando) não compreenderam a sua questão’

- (23) *ardáy-dii* *wáy* *joogaan*
 students-detF[+past] F+3P are-present [-past]
 ‘The students (e.g. students I told you about) are present’
 ‘Os estudantes (por exemplo, os estudantes dos quais eu te falei) estão presentes’

Em (22), *ard’áyda* ‘os estudantes’ possui uma interpretação específica de presente, a qual é compreendida no contexto ao qual o enunciado se refere, independentemente da configuração de tempo [+past] do verbo. Em (23), a marca [+past] localiza *ard’aydii* ‘os estudantes’ no passado, em um tempo anterior à fala.

Esse fenômeno demonstra, primeiramente, que o Sintagma Determinante possui as suas próprias restrições temporais, as quais não são sempre definidas pela sentença como um todo. Em segundo lugar, o tempo do DP pode ser interpretado deiticamente em relação ao tempo do enunciado. Isso provê evidência morfológica para o fato de que

a interpretação temporal dos nominais é “livre” e não depende dos operadores temporais presentes no escopo da sentença.

O estudo de Lecarme (1999) conclui que existe variação paramétrica no que se refere à codificação de T: em algumas línguas, o tempo é marcado somente na projeção funcional da sentença, como acontece nas línguas românicas; em outras, a codificação de tempo ocorre nas expressões nominais realizadas na sentença, como acontece no somali.

Em seu estudo de 2008, Lecarme aponta que a marcação de tempo nos nomes é um traço inevitável da gramática do somali. Compreender a oposição: passado e não passado, marcada nos artigos definidos, faz parte da competência linguística dos falantes do somali. Como afirmado em trabalho anterior, Lecarme reforça o fato de que o tempo expresso nos nomes é independente do tempo expresso no verbo da sentença. Esse efeito é muito forte em orações relativas, onde o tempo do DP antecedente não precisa ser o mesmo que o expresso na oração relativa. Por exemplo, nos dados abaixo, extraídos de Lecarme (2008, p. 199), um DP sem marca de passado é usado, como em (24), para se referir a uma pessoa famosa ou quando o falante deseja discutir a pessoa ou a coisa no contexto do enunciado, como em (25):

- (24) Nín-ka cáan-ka ah ee búug-gani qoray (waa
 Man-defM. Fame-defM be and book-defM.dem.past wrote[+nom] F/C
 Shákisbír)
 Shakespeare
 ‘The famous man who wrote this book (is Shakespeare)’
 ‘O homem famoso que escreveu este livro (é Shakespeare)’

- (25) Ma ógtahay qóf-ka aan ú codeeyay?
 Q know.2s person-defM 1S for vote.past
 ‘Do you know whom I voted for?’
 ‘Você sabe em quem eu votei?’

De acordo com a autora, ambos os tempos, nominal e verbal, são computados em relação ao tempo da fala. Assumindo que o artigo definido é o núcleo do DP e que o domínio da interpretação temporal marcada em D (determinante) é o DP, a autora propõe a estrutura em (26), onde D é formalmente paralelo a C, n* é paralelo a v* e

seleciona o argumento (possuidor) externo, *n* é um nome leve (*light noun*), e NP, *n**P e DP definem três domínios sintáticos para a interpretação temporal (cf. LECARME, 2008, p. 199).

(26) [_{DP}D[_{TP}T[_n*P *n**[_nPn[_{NP}N]]]]]

Assumindo-se que as condições semânticas na interpretação temporal dos sintagmas nominais são similares nas línguas, o que distingue, então, o inglês do somali? Lecarme afirma que uma possibilidade é assumir que nas línguas em que a interpretação temporal dos nomes não apresenta uma forma linguística, essa interpretação é pragmática e não semântica.

4.4 O caso das nominalizações nas línguas da família Tupi-Guarani

Nesta seção, investigamos a existência de morfologia de tempo em nomes das línguas pertencentes à família Tupi-Guarani. A família Tupi-Guarani (doravante TG) é uma das dez famílias do tronco Tupi, divisão proposta por Aryon Dall’Igna Rodrigues, e publicada no Congresso Internacional de Americanistas de 1954 (cf. também Rodrigues (1994)).

Entre as características das línguas dessa família, consta a presença de morfologia de tempo nos nomes. É o caso do tapirapé, da família Tupi-Guarani, que apresenta codificação de tempo na estrutura do sintagma nominal, a qual ocorre seja como categoria independente, seja como sufixo, dependendo da configuração envolvida, como exemplificado em (27) e (28), a seguir³⁹:

(27) ka’i Ø xokã – ãw – a kwera
 Macaco matar NOM ARG pass
 ‘A matança do macaco’ (evento de matar)

(28) xe – emi – xokã – kwera – a
 1p NOM matar pass ARG
 ‘O que foi morto’ (resultado da matança)

³⁹ Os dados (27) e (28) do tapirapé foram gentilmente cedidos pela professora Dra. Walkíria Neiva Praça, a quem agradeço pelo compartilhamento e esclarecimentos prestados.

O fenômeno da marcação de tempo no nome está atestado em vários estudos tupinistas, destacando-se o estudo original de Rodrigues (1996), e a obra seminal de Seki (2000), intitulada “Gramática do Kamaiurá”. Uma análise dessa questão no âmbito do quadro teórico gerativista está formulada em Salles (2003). Esse estudo examina a codificação de tempo em nominalizações de línguas da família Tupi-Guarani, considerando contextos de subordinação, conforme exemplos (29), (30) e (31) a seguir, do tupinambá, extraídos de Rodrigues (1953, p. 140):

(29) a-só-potar

1-ir-querer

‘Eu quero ir’

(30) a-i-potar nde só-Ø

1s-querer você ir-ARG

‘Quero que você vá’

(31) a-i-potar nde só-puer-a

1s-querer você ida-PASS-ARG

‘Eu quis que você fosse’

Na análise de Salles (2003), o dado (29) distingue-se de (30) e (31), no que se refere à referência do argumento do predicado subordinado – correferencial com o sujeito em (29), e não-correferencial em (30) e (31)⁴⁰. Nos três casos, o predicado matriz é volitivo, e seleciona um predicado marcado para uma interpretação temporal dependente em relação ao tempo da matriz. Salles observa que, no contexto da interpretação correferencial, o predicado subordinado ocorre incorporado ao predicado matriz, e propõe que essa incorporação é sintática, envolvendo uma operação de movimento da raiz nominal para o verbo da matriz, em termos da hipótese do movimento de núcleo (para núcleo) conforme postulado em Baker (1988). De acordo com Salles (2003), tal situação é sintaticamente determinada pela configuração de complementação e pela natureza do sujeito encaixado, que corresponde à categoria

⁴⁰ Os dados e a análise de Salles (2003) são retomados em Oliveira & Salles (2010), com a inclusão de dados adicionais e da discussão do estudo de Lecarme (1999). A apresentação dos dados desta seção está amplamente pautada nesses trabalhos.

pronominal nula PRO. Tal situação não se verifica nos dados em que a referência é disjunta entre o sujeito da oração matriz e o argumento relevante no predicado subordinado. Se a referência é disjunta, conforme se verifica nos dados (30) e (31), o mapeamento sintático dos argumentos é realizado na série pronominal ergativa/absolutiva. Nesse caso, o predicado subordinado recebe morfologia de caso argumentativo (ARG) / nuclear (N), ou ainda, em algumas línguas da família TG, o morfema derivacional formador de nominalização (NZR/Nom).

Interessantemente, o contraste entre os dados (30) e (31) demonstra que a codificação de tempo na morfologia nominal determina a interpretação temporal do enunciado. De fato, conforme observado em Salles (2003), tendo em vista a situação de dependência temporal em relação ao predicado matriz, a qual é determinada lexicalmente pelo verbo volitivo, que seleciona um predicado marcado para a modalidade *irrealis*, a presença da morfologia de tempo passado na nominalização determina a interpretação do enunciado como um todo e como sendo anterior ao tempo da enunciação. Na ausência da marcação de tempo passado na nominalização, o evento é interpretado temporalmente como [não passado], em relação ao momento de fala.

Um fenômeno semelhante pode ser observado no kamaiurá, língua da mesma família, descrita por Seki (2000). Segundo Seki, a categoria tempo não é marcada por morfemas flexionais no verbo em kamaiurá. As distinções de tempo são assinaladas por palavras e expressões temporais e por partículas que, em sua maioria, exprimem distinções aspectuais e modais. Nessa língua, identifica-se um sistema que marca o futuro (*irrealis*). As partículas finais *-in* “potencial” e *-korin* “futuro” assinalam a ocorrência do evento posterior à fala, conforme ilustrado em (32) e (33), com dados extraídos de Seki (2000, p. 136):

(32) a -ha korin
1sg-ir Fut
‘Eu irei’

(33) a -ha=n
1sg-ir=Pot
‘Tenciono ir’

Na ausência de marcações modais, aspectuais ou de palavras/advérbios temporais, a oração simples pode remeter ao tempo presente ou ao passado, conforme ilustrado em (34), com dados extraídos de Seki (2000, p. 136):

- (34) ywyrapar-a o-pin
 arco -N 3-esfregar
 ‘Ele esfrega/ele esfregou o arco’

No entanto, em kamaiurá, um conjunto de morfemas pode derivar nominalizações a partir de verbos e adverbiais. Essas nominalizações podem receber sufixos, como o de tempo nominal *-het*, conforme ilustrado em (35) e (36), com dados de Seki (2000, p. 122) (compare-se com os dados do tapirapé em (27) e (28)):

- (35) i-juka -pyr -et
 3-matar-Nom-Pas
 ‘O que foi morto’

- (36) i-juka -pyr -er -am
 3-matar-Nom-Pas-Atr
 ‘O que ia ser morto’ (O que estava na qualidade de ser morto)

Os exemplos em (37) e (38), abaixo, extraídos de Seki (2000, p. 147), mostram que no kamaiurá, como no tupinambá, o encaixamento de predicados também pode ser analisado pela hipótese de incorporação do predicado subordinado no predicado da matriz (glosado como um desiderativo (Des)), quando existe correferência entre argumento relevante do predicado subordinado e o sujeito do predicado da matriz.

- (37) je=r -ãe-potat
 1sg=Rel-gritar-Des
 ‘Eu quero gritar’

- (38) ere-o-potat
 2sg-ir-Des
 ‘Você quer ir’

Da mesma forma que no tupinambá, no kamaiurá, quando a referência é disjunta entre o argumento relevante no predicado subordinado e o sujeito do predicado matriz, o predicado subordinado é realizado por uma nominalização, com os argumentos realizados pelo alinhamento ergativo/absolutivo, conforme ilustrado em (39), (40) e (41), extraídos de Seki (2000, p. 171):

(39) a -potar =ete [i-jo-taw -a]
 1sg-querer=Atual [3-ir-Nom-N]
 ‘Eu quero que ele vá’ [lit.: Eu quero a ida presente dele]

(40) a -kwahaw=ete =rat mokaw -a mepy -taw -er-a
 1sg-saber=atual=At carabina-N comprar-Nom-Pas-N
 ‘Eu sei que ele comprou a carabina’ [lit.: Eu sei da compra passada]

(41) awuje rak a -kwahap [awa kunu’um-a juka -tar -er -a]
 já At 1sg-saber [quem menino -N matar-Nom-Pas-N]
 ‘Eu já sei quem matou o menino’ [lit.: Eu sei da matança passada do menino]

Os dados do kamaiurá vêm, portanto, corroborar a hipótese de que o tempo está codificado na projeção do predicado encaixado. Note-se que em (39), como em (30) e (31), o predicado matriz é volitivo, havendo, portanto, dependência temporal entre os predicados. No entanto, em (40) e em (41), o predicado matriz é epistêmico, sendo o tempo do predicado subordinado independente em relação ao tempo do predicado da matriz. É o que se constata pela marcação de tempo passado no predicado encaixado, o que se distingue do predicado matriz, que não tem marcação de tempo, mas essa ausência é interpretada como tempo presente, conforme se depreende da tradução. O que se conclui é que a marcação de passado no predicado subordinado não implica que o predicado da matriz seja interpretado como passado – diferentemente do que ocorre na oposição em (30) e (31) do tupinambá, em que a dependência temporal entre o predicado volitivo e o predicado encaixado impõe a leitura de passado ao enunciado como um todo.

4.5 Discussão

Os estudos apresentados neste capítulo discutiram dados de diferentes línguas com o objetivo de investigar marcas temporais nas nominalizações. Foi possível observar que em algumas línguas (somali, guarani, tapirapé, tupinambá, kamaiurá) nomes podem receber marcas de tempo, o que constitui uma evidência morfológica da codificação temporal em nomes. Apesar de verificarmos essa evidência morfológica, é preciso investigar se o tempo expresso nesses nomes constitui, de fato, um tipo de tempo nominal, como defende Lecarme (1999).

Observamos também que, em alguns casos, o tempo expresso no nome independe do tempo expresso no verbo da sentença, o que aponta para a independência da interpretação temporal do DP em relação à interpretação do evento denotado pela sentença como um todo. Mais interessante se mostram os dados das línguas da família Tupi-Guarani, que não possuem morfologia de tempo marcada nos verbos, mas que podem apresentar marcas temporais nas nominalizações. Ademais, as construções de complementação com referência disjunta entre o argumento do predicado matriz e o do predicado subordinado demonstram que, nesses casos, o tempo expresso na nominalização pode codificar o tempo da sentença (cf. SALLES, 2003).

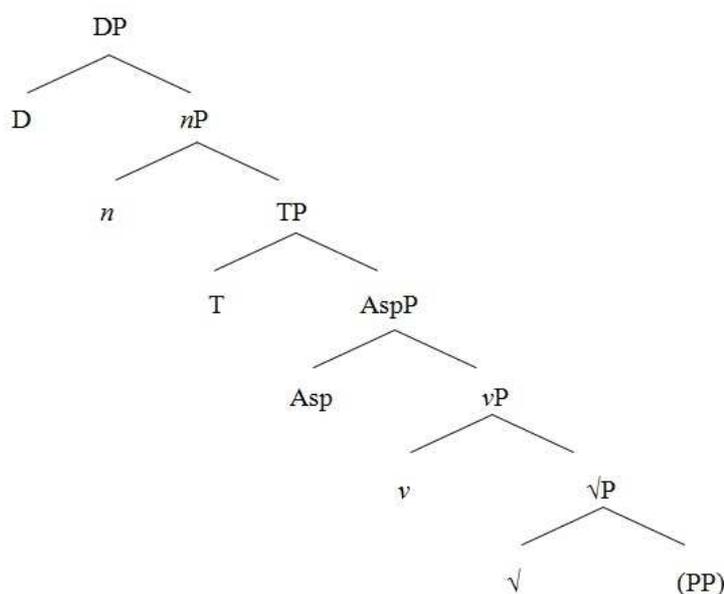
No trabalho de Oliveira & Salles (2010), após discutir o conjunto de dados apresentados neste capítulo, concluímos que o núcleo T está presente na representação estrutural do DP encaixado nas línguas Tupi-Guarani, o que supostamente poderia se estender a outras línguas, assumindo-se o pressuposto da Gramática Universal (GU). Na análise, deixamos em aberto os detalhes a respeito da realização dos argumentos na estrutura do DP nessas línguas, os quais obedecem ao padrão ergativo-absolutivo, conforme mencionado. Nossa hipótese é a de que esse padrão seria um reflexo morfológico da ausência de EPP, na projeção de T, o que seria uma forma de explicar os contrastes em relação a T na estrutura oracional, citados por Alexiadou (2001) – a saber: ausência de expletivo e ausência de alçamento (cf. (6)-(12)). Nesse sentido, T não seria excluído, apenas o EPP em T.

Como vimos, os trabalhos que argumentam contra a evidência de um tempo nominal defendem que, nas línguas em que a marcação de tempo aparece, ela significa três propriedades: morte, perda ou destruição – um correlato do que se obtém com prefixos como: *ex*, *recém*, *pré* e *pós*, em português. Outra análise é que a marca de tempo em nomes pode ter relação com a referência do nome, ou seja, sua manifestação

contribui para a denotação da entidade. Nessa perspectiva, o tempo nos nomes não teria a mesma função das marcas de tempo nos verbos. Portanto, mesmo que T esteja presente nos nomes, essa categoria não teria o mesmo estatuto que o T verbal.

Diferentemente, assumimos que a categoria T está projetada na estrutura interna do DP, sendo os contrastes observados explicados pelos traços de C e D (e não por especificações de T). Assumimos uma estrutura semelhante à de Lecarme (2008), ilustrada em (26), incluindo, a projeção AspP, cuja presença foi motivada em várias análises, como ilustrado a seguir:

(42)



Nesse sentido, concluímos que a presença da morfologia de tempo em nominalizações constitui evidência preliminar para postular a presença do núcleo funcional de Tempo na estrutura do DP^{41/42}; no entanto, a verificação da hipótese dever ser ampliada. É preciso, portanto, desenvolver estudos que investiguem as estruturas nominais em outras línguas com marcação temporal nas nominalizações.

⁴¹ O estudo de Camargos & Castro (2013) sobre a língua tenetehára, também da família Tupi-Guarani, assume que as categorias DP e CP contêm os núcleos funcionais T e Asp, que são responsáveis pela codificação do tempo e do aspecto das sentenças nominais e verbais. Os dados de Camargos & Castro demonstram que tanto o futuro, quanto o passado podem ser expressos nos sintagmas nominais, independentemente do tempo da oração matriz. Segundo os autores, essa disjunção temporal sustenta a assunção de que os nomes, assim como verbos, projetam uma categoria funcional capaz de codificar tempo.

⁴² O estudo de Santos (2007) sobre o kuikuro, língua Karib, demonstra que essa língua também possui uma rica morfologia flexional nominal, com marcas de tempo nos nomes, o que segundo a autora sugere que o núcleo funcional tempo (TP) pode ser adicionado na estrutura do nome em kuikuro. A autora demonstra também o paralelismo entre sintagmas nominais e verbais em kuikuro, apresentando evidências de que nomes, assim como verbos, projetam categorias funcionais.

4.6 Conclusões parciais

Neste capítulo, discutimos a marcação de tempo nos nomes, em particular, nas línguas da família Tupi-Guarani. Observou-se que, nas línguas estudadas da família Tupi-Guarani, a expressão de tempo pode ser verificada na morfologia nominal. A discussão partiu de estudos prévios, que investigaram a presença de tempo na categoria nome em línguas como o guarani e o somali (TONHAUSER, 2006, 2007; LECARME, 1999, 2008). Diferentemente de análises que argumentam em favor de uma marca de tempo relacionada à referencialidade do nome, como proposto por Alexiadou (2001) e por Tornauser (2007), a marcação de tempo nos nomes nas línguas Tupi-Guarani parece revelar características distintas.

Primeiramente, verificou-se que as línguas dessa família não possuem morfologia de tempo nos verbos, mas podem apresentar essa marca nos nomes. Em segundo lugar, em construções em que a nominalização é complemento de um predicado cujo argumento interno tem referência disjunta em relação ao argumento sujeito do predicado matriz, o tempo expresso na morfologia da nominalização pode determinar o tempo do enunciado. Tais fatos podem sugerir que, nessas línguas, a codificação de tempo nos nomes pode ser analisada em termos da projeção T na estrutura interna do DP.

Nessa perspectiva, a gramaticalização da categoria tempo no nível do CP ou do DP pode manifestar-se como fator de variação paramétrica, além de corroborar o paralelismo entre essas duas categorias funcionais, assumido por diferentes autores (cf. discussão do capítulo 1). Dessa forma, a conclusão de que haveria codificação de tempo nos nomes tem implicação direta para a Hipótese DP, que investiga a relação entre as categorias da oração (neste caso, tempo) e as categorias funcionais do sintagma nominal. Assim, a análise da categoria tempo permite, pois, aprofundar a discussão a respeito do paralelismo entre as categorias DP e CP.

Consideramos que novos estudos sobre a codificação de tempo nos nomes são necessários para que a hipótese aqui apontada se comprove ou não. É necessário, portanto, que o mesmo fenômeno seja estudado em diferentes línguas, de modo que a configuração do tempo nominal possa ser mais bem entendida, o que deixamos para investigação futura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese teve como objetivo primeiro discutir aspectos formais das nominalizações, considerando, em particular, dados do português do Brasil. Para isso, investigamos as propriedades desse tipo de nominal, no que se refere à formação, à estrutura argumental e às propriedades morfossintáticas em sua estrutura, tendo como referência inicial as seguintes questões:

1. Que processos formais estão presentes na formação das nominalizações, que permitem verificar a relação entre verbos e nomes?
2. Quais são as propriedades morfossintáticas das nominalizações?
3. Como essas propriedades estão mapeadas na estrutura sintática das nominalizações?

A resposta à primeira pergunta foi apresentada nos capítulos 1 e 2 por meio da discussão acerca da forma como são geradas as categorias lexicais, o que nos levou a optar pela hipótese de que as classes de palavras são geradas pelos mesmos mecanismos sintáticos que geram a sentença, o que permite que o licenciamento das propriedades da estrutura da palavra seja distribuído em diferentes pontos da derivação sintática, já que a inserção lexical é pós-sintática, em um processo conhecido como ‘morfologia distribuída’. Essa abordagem foi também adotada na discussão do paralelismo entre as categorias DP e CP, postulado a partir da chamada Hipótese DP, com base na estrutura argumental das nominalizações, respectivamente na presença de categorias morfossintáticas idênticas ou formalmente semelhantes na estrutura do DP e do CP. Em relação ao paralelismo entre a estrutura dos nomes e da sentença, apresentamos estudos anteriores (CHOMSKY, 1970; SZABOLCSI, 1983, 1994; ABNEY, 1987; SILONI, 1997; LECARME, 1999) que discutiram dados de diferentes línguas (inglês, húngaro, hebraico, somali) demonstrando evidências tanto morfológicas, quanto sintáticas que corroboram o paralelismo assumido entre as duas categorias. As línguas analisadas apresentam, por exemplo, marcas morfológicas de concordância e de caso do possessivo, como demonstrado por meio dos dados do húngaro, discutidos pelos estudos de Szabolcsi (1983, 1994).

No capítulo 2, abordamos a questão da inserção dos argumentos das nominalizações na estrutura sintática, considerando o aspecto crucial em relação à obrigatoriedade/opcionalidade dessa realização, bem como as implicações formais e semânticas da realização de um argumento em relação à realização do outro. Para

discutir a estrutura argumental, apresentamos diferentes análises sobre as nominalizações, considerando dados de diferentes línguas (inglês, grego, catalão, português). Essas análises discutem, em particular, o caráter ambíguo das nominalizações, no que se refere à presença de uma leitura de evento/processo *versus* uma leitura de resultado, associada à realização de argumentos na estrutura sintática. Essa discussão orientou-se para dois pontos centrais: a) o componente formador das nominalizações, ou seja, se a formação de derivados se dá no léxico, como afirma a Hipótese Lexicalista, ou se existe um único componente gerador de palavras e de sentenças: a sintaxe, como afirma a Morfologia Distribuída; b) as implicações da escolha do componente formador para a análise da estrutura argumental. Nesse sentido, apresentamos uma proposta para a estrutura sintática das nominalizações a partir de evidências dos dados do português do Brasil, com o objetivo de dar conta da estrutura argumental desses nomes, bem como das diferenças de interpretação decorrentes da presença dos argumentos. Para isso, postulamos que o que difere as duas leituras (evento/processo e resultado) são categorias funcionais projetadas na estrutura interna do DP nominalizado, em particular, traços aspectuais e eventivos, que garantem uma ou outra interpretação. Dessa forma, afirmamos que as nominalizações mesmo as de resultado podem mapear argumentos na estrutura sintática e denotam uma eventualidade, mesmo que o resultado dela. Observamos que as nominalizações denotam um resultado, mas de forma diferente de nomes tipicamente concretos, tais como: *mesa*, *porta* ou *cadeira*. Isso nos leva a postular uma projeção vP capaz de captar essa interpretação. No entanto, o núcleo v é + agentivo em nominalizações de evento/processo de modo a dar conta da realização do argumento externo e é – agentivo em nominalizações de resultado, uma vez que os dados do português demonstram que, nesse caso, o argumento externo não pode ser realizado na estrutura, como demonstrado nos exemplos a seguir:

(1) A plantação de milho pelos agricultores representou um aumento de produtividade.

(2) *A plantação de milho pelos agricultores fica atrás dessa colina.

A diferença de leitura das nominalizações foi captada pela presença da projeção AspP na estrutura do DP nominalizado. Nas nominalizações de evento/processo, o traço presente no núcleo Asp é (im)perfectivo, o que prevê que essa leitura se refira a um

evento em processo ou a um processo culminado. Diferentemente, a leitura de resultado presente nas nominalizações de resultado é depreendida em função da ausência de um traço de agentividade em ‘v’, o que, prevê a denotação de um processo culminado, com características de perfectividade, ou seja, o núcleo ‘v’ [-agentivo] é selecionado obrigatoriamente pelo núcleo Asp marcado para o traço [+perfectivo]. Essa análise tenta captar as diferenças observadas na comparação dos seguintes exemplos:

- (3) A solicitação pode levar até um mês.
- (4) Eu recebi a solicitação do servidor.

Nesse sentido, a resposta à primeira pergunta foi elaborada, principalmente, em termos da escolha do processo de formação e suas implicações para o licenciamento da estrutura argumental das nominalizações. A resposta à segunda pergunta está desenvolvida, em especial, nos capítulos 3 e 4, que discutem a formação das nominalizações por meio dos sufixos nominalizadores e a expressão de tempo nos nomes, respectivamente. Em relação ao primeiro ponto, o capítulo 3 selecionou para análise os sufixos *-ção* e *-mento*, que formam nominalizações no português. Para explicar a possibilidade de formações como: *construção*, *destruição*, *pensamento*, *conhecimento*, bem como a impossibilidade das seguintes formações: **cresceção*, **desmatação*, **organizamento* ou **pacificamento*, adotamos a análise de Oliveira (2007), que afirma que, por um lado, o *-ção* é um morfema agentivo/causativo, pois se junta a raízes agentivas/causativas para formar nominalizações, tais como: *alfabetização* e *instrução*. Por outro lado, a autora defende que o *-mento* é um morfema não-agentivo, uma vez que se junta a raízes não-agentivas e não-causativas, tais como: *sofrimento* e *amadurecimento*. Adotamos a análise da autora por ela se mostrar interessante ao captar as especificações aspectuais dos morfemas nominalizadores e das raízes com as quais eles se juntam.

Nessa discussão, deparamos com formas duplas formadas a partir dos sufixos *-ção* e *-mento*: *recepção/recebimento*, *ligação/ligamento*, *internação/internamento*. Nesses casos, observamos que, em alguns contextos, existe diferença no significado e no uso das formas, mas em outros contextos, as duas formas podem ser usadas, como exemplificado abaixo:

- (5) A recepção / *o recebimento desse prédio fica no térreo.

(6) O recebimento / *a recepção dos documentos para a seleção de professor será na secretaria do departamento.

(7) O paciente recebeu as instruções para a internação / o internamento.

Ao discutirmos esse tipo de dado, levantamos a questão de que talvez estejamos diante de uma especialização semântica em casos como os expressos em (5) e (6), e que talvez tenhamos dois recortes diferentes para o verbo *receber*, como sugere o estudo de Lemle (2002). Em outros casos, como em (7), a alternância entre os dois nominais parece possível. Se isso for verdade, as formas duplas constituem um resíduo para a análise que estamos adotando. Nesse caso, cabe investigar outros aspectos que permitem essa co-ocorrência.

Ainda em relação às propriedades morfossintáticas das nominalizações, esta tese discutiu um fenômeno encontrado no português brasileiro: a formação de nominalizações com o sufixo *-ção* com valor iterativo: *beijação*, *pegação*, *torração de saco*, entre outras. Nesses casos, analisamos as nominalizações com um valor aspectual distinto das nominalizações canonicamente formadas com o sufixo *-ção*. E como captar essa diferença? Propusemos que, para as formações com o sufixo *-ção* iterativo, o núcleo da projeção AspP carrega um traço de iteratividade, ausente em formações como: *homologação* e *pavimentação*. Essa discussão nos leva a postular que o sufixo é um dos responsáveis pela interpretação aspectual das nominalizações, uma vez que ele também apresenta traços dessa natureza.

Outra discussão relevante refere-se às propriedades das construções com verbo leve *dar* e nominalizações em *-ada*, realizada no capítulo 3. Verificamos que estudos anteriores, em particular, os de Scher (2003, 2004, 2006) apontam que, em construções como as exemplificadas abaixo, existe um efeito de diminutivização associado ao sufixo.

(8) O menino deu uma pisada no meu pé.

(9) A secretária deu uma espiada no documento.

No entanto, frente a dados como *João deu uma lavada boa no carro* ou *Maria deu uma lida por inteiro no livro*, estamos assumindo que o sufixo *-ada* garante o mínimo para qualificar algo como um evento, como propõe Medeiros (2010). Dessa forma, *dar uma espiada no documento* pode significar espiar todo o documento, espiar

partes do documento ou espiar o documento em partes. Isso quer dizer que o documento foi espiado de alguma forma e isso garante a realização do evento de espiar.

Ainda em relação às propriedades morfossintáticas das nominalizações, discutimos no capítulo 4 a presença de marcas morfológicas de tempo na estrutura interna de nomes. Depois de apresentarmos resenhas de trabalhos anteriores que argumentam contra e a favor da presença de uma categoria T interna à estrutura do DP nominalizado, analisamos dados de diferentes línguas da família Tupi-Guarani, que manifestam a codificação de tempo na estrutura morfológica de nominalizações, em que é possível demonstrar que a categoria de tempo denota o tempo do enunciado/da proposição. Esse fato nos levou a discutir se evidências morfológicas, bem como a interpretação do nome independente do tempo expresso pelo verbo da oração seria suficiente para propor que esses nomes possuem uma categoria T projetada na estrutura, acima de AspP. Afirmamos que a nossa discussão, apesar de apontar argumentos a favor de uma projeção T nos nomes, ainda é incipiente e necessita buscar outras evidências. Faz-se necessário verificar como essa configuração temporal se dá em outras línguas em que existe marcação de tempo na estrutura do nome, e também em línguas em que a morfologia nominal não expressa essa marca. Se for verdade que a categoria tempo está presente na estrutura nominal, então essa diferença entre as línguas do mundo pode ser analisada como um caso de variação paramétrica.

A terceira pergunta refere-se a como essas características: estrutura argumental, leitura aspectual, tempo, entre outras estão mapeadas na estrutura sintática das nominalizações. Assumimos que essas características estão associadas a um conjunto de categorias funcionais presentes na estrutura interna desses nomes. Defendemos também que as nominalizações projetam uma categoria vP, o que, de certa forma, prevê uma fase verbal para esse tipo de nominal, justificando também a ideia de eventividade presente nas nominalizações, mesmo quando indicam um resultado, visto que a leitura de resultado pressupõe um processo culminado.

Dessa forma, ao discutirmos as características das nominalizações, apresentamos ao mesmo tempo evidências que corroboram o paralelismo entre as categorias DP e CP, assumida em estudos anteriores. Resta, no entanto, investigar outras propriedades das nominalizações, que efetivamente não foram contempladas neste estudo, de modo a mapear a estrutura desses nomes em diferentes línguas. Sabe-se, por fim, que as questões aqui apontadas suscitam novas perguntas, que aguardam por respostas em pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNEY, Steven Paul. **The English Phrase in its Sentential Aspect**. Tese de Doutorado. MIT, Cambridge, 1987.

ALEXIADOU, Artemis. **Functional Structure in Nominals – Nominalization and Ergativity**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2001.

_____. On the role of syntactic locality in morphological processes: the case of (Greek) derived nominals. In: GIANNAKIDOU, Anastasia; RATHERT, Monika (Org.). **Quantification, Definiteness and Nominalization**. Oxford: Oxford University Press, 2009. p. 253-280.

ANDERSON, Stephen. Where is Morphology? **Linguist Inquiry**, vol. 13 (4), 1982. p. 571-612.

ARONOFF, Mark. **Word Formation in Generative Grammar**. Massachusetts: MIT Press, 1976.

BAKER, Mark. **Incorporation**. Chicago: Chicago University Press, 1988.

BASÍLIO, Margarida. **Estruturas lexicais do português: uma abordagem gerativa**. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. Formação e Uso da Nominalização Deverbal no Português Falado. **Anais do VII Encontro Nacional da ANPOLL**. Goiânia, vol. 2, 1993. p. 557-562.

_____. Formação e Uso da Nominalização Deverbal Sufixal no Português Falado. In: CASTILHO, Ataliba; BASÍLIO, Margarida (Org.). **Gramática do Português Falado**. Vol. IV: Estudos Descritivos. Campinas: Editora da Unicamp / São Paulo: FAPESP, 1996. p. 223-233.

_____. **Teoria Lexical**. 5 ed. São Paulo: Ática, 1998.

_____. A Morfologia no Brasil: indicadores e questões. **D.E.L.T.A.**, vol. 15, n. especial, 1999. p. 53-70.

_____. **Formação e classes de palavras no português do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

BASÍLIO, Margarida et al. Derivação, Composição e Flexão no Português Falado: Condições de Produção. In: CASTILHO, Ataliba (Org.). **Gramática do Português**

Falado. Vol. III: As Abordagens. 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp / São Paulo: FAPESP, 1996. p. 363-429.

BERNSTEIN, Judy. The DP Hypothesis: Identifying Clausal Properties in the Nominal Domain. In: BALTIN, Mark; COLLINS, Chris (Org.). **The Handbook of Contemporary Syntactic Theory**. Malden, MA / Oxford: Blackwell, 2001. p. 536-561.

BORBA, Francisco. **Uma gramática de valências para o português**. São Paulo: Ática, 1996.

BORER, Hagit. **The Formation, the Forming and the Form of Nominals**. Round Table on Event Structure, University of British Columbia and Simon Fraser University, Vancouver, abril de 1999.

CAMARGOS, Quesler; CASTRO, Ricardo. Paralelismo entre o DP e o CP a partir das nominalizações da língua tenetehára. **Revista da Anpoll**. Florianópolis, n. 34, jan./jul. 2013. p. 393-434.

CASTILHO, Ataliba. **Introdução ao estudo do aspecto verbal na língua portuguesa**. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, São Paulo, 1968.

CASTRO, Caio Augusto. **Estudo morfossintático das nominalizações em -ção e da leitura agentiva de seu(s) argumento(s)**. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

CHIERCHIA, Gennaro. **Semântica**. Tradução de Luis Arthur Pagani, Lígia Negri e Rodolfo Ilari. Campinas: Editora da Unicamp / Londrina: EDUEL, 2003.

CHOMSKY, Noam. **Aspects of the Theory of Syntax**. Cambridge, MA: MIT Press, 1965.

_____. Remarks on Nominalization. In: JACOBS, R.; ROSENBAUM, P. (Org.). **Readings in English Transformational Grammar**. Waltham, MA: Ginn and Co, 1970. p. 184-221.

_____. **Linguística Cartesiana: um capítulo da história do pensamento racionalista**. Tradução de Francisco M. Guimarães. Petrópolis: Vozes, 1972.

_____. **Lectures on Government and Binding**. Dordrecht: Foris, 1981.

_____. **Knowledge of Language: its Nature, Origin and Use**. New York: Praeger, 1986.

- _____. **The Minimalist Program**. Cambridge, MA: MIT Press, 1995.
- _____. **On nature and language**. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 2002.
- _____. Beyond Explanatory Adequacy. In: BELLETI, Adriana (ed.). **Structures and Beyond – The Cartography of Syntactic Structure**. vol. 3, Oxford: Oxford University Press, 2004. p. 104-131.
- COMRIE, Bernard. **Aspect**. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 1976.
- _____. **Tense**. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 1985.
- CORÔA, Maria Luiza. **O tempo nos verbos do português: uma introdução à sua interpretação semântica**. São Paulo: Parábola, 2005.
- CUNHA, Celso. **Gramática da Língua Portuguesa**. 12 ed. Rio de Janeiro: FAE, 1992.
- EMBICK, David. Features, Syntax, and Categories in the Latin Perfect. **Linguistic Inquiry**. Volume 31, n. 2, 2000, p. 185-230.
- FARACO, Carlos Alberto. Considerações sobre a nominalização em português – II. **Revista Letras**. Curitiba, n. 32, 1983. p. 60-72.
- GIORGI, Alessandra; LONGOBARDI, Giuseppe. **The Syntax of Noun Phrases: Configuration, Parameters and Empty Categories**. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 1991.
- GRIMSHAW, Jane. **Argument Structure**. Cambridge, MA: MIT Press, 1990.
- HALLE, Morris; MARANTZ, Alec. Distributed Morphology and the Pieces of Inflection. In: HALE, Kenneth; KEYSER, Samuel Jay (Org.). **View from Building 20**. Cambridge, MA: MIT Press, 1993. p. 111-176.
- _____. Some Key Features of Distributed Morphology. **Papers on Phonology and Morphology**. MIT Working Papers in Linguistics. Cambridge, MA: MIT Press, 1994. p. 275-288.
- HARLEY, Heidi; NOYER, Rolf. State-of-the-article: Distributed Morphology. **Glott International**, v. 4, n. 4, 1999. p. 3-9.
- _____. Formal versus Encyclopedia Properties of Vocabulary: Evidence from Nominalisations. In: PETERS, Bert (org.). **The Lexicon-Encyclopedia Interface**. Elsevier, 2000.

JORGE, Lurdes Teresa. **Complementação do nome, relações semânticas e estruturas sintáticas**: uma proposta de revisão da análise tradicional. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade de Brasília, Brasília, 1986.

KEHDI, Valter. **Morfemas do português**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1996.

KRATZER, Angelika. **The event argument and the semantics of voice**. Ms., University of Massachusetts at Amherst, 1994.

LECARME, Jacqueline. Nominal Tense and Tense Theory. In: CORBLIN, F.; DOBROVIE-SORIN C.; MARANDIN, J. M. (Org.). **Empirical Issues in Formal Syntax and Semantics**. v. 2. Selected Papers from the Colloque de Syntaxe et Sémantique à Paris (CSSP, 1997). The Hague: Holland Academic Graphics, 1999. p. 333-354. Disponível em: <http://www.llf.cnrs.fr/Gens/Lecarme/CSSP-temps.pdf>

_____. Tense and Modality in Nominals. In: Jacqueline Guéron; Jacqueline Lecarme (Org.). **Time and Modality: Studies in Natural Language and Linguistic Theory**. Dordrecht: Springer, 2008. p. 195-225.

LEMLE, Miriam. Sufixos em verbos: onde estão e o que fazem. **Revista Letras**. Curitiba, n. 58, jul./dez. 2002. p. 279-324.

LISBOA DE LIZ, Lucilene. **Dar uma X-(a)da**: Um trabalho de interfaces. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

LOBATO, Lucia Maria. A derivação regressiva em português: conceituação e tratamento gerativo. In: PEREIRA, Cilene; PEREIRA, Paulo Roberto (Org.). **Miscelânea de Estudos Lingüísticos, Filológicos e Literários in Memoriam de Celso Cunha**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995. p. 205-230.

_____. **A construção de palavras e a arquitetura da faculdade da linguagem**. Organizadores: SALLES, Heloísa et al. Coleção Lúcia Lobato, vol. 1. Brasília: Link Comunicação e Design, 2010.

LONGOBARDI, Giuseppe. Reference and proper names: A theory of N-movement in syntax and logical form. **Linguistic Inquiry**. n. 25 (4), 1994, p. 609-665.

LYONS, John. **Introdução à Linguística Teórica**. Tradução de Rosa Virgínia Mattos e Silva e Hélio Pimentel. São Paulo: Ed. Nacional; Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

MARANTZ, Alec. No escape from syntax: don't try morphological analysis in the privacy of your own lexicon. In: DIMITRIADIS, A.; SIEGEL, L. et al. (Org.). **University of Pennsylvania Working Papers in Linguistics**. Proceedings of the 21st Annual Penn Linguistics Colloquium, v. 4, n. 2, 1997. p. 201-225.

MARONEZE, Bruno. Empregos dos sufixos nominalizadores no português brasileiro contemporâneo. **Anais do IX ENAPOL**. São Paulo, 2006.

_____. **Um estudo da mudança de classe gramatical em unidades lexicais neológicas**. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MEDEIROS, Alessandro. Aspecto e Estrutura de Evento nas Nominalizações do Português do Brasil: Revendo o Caso das Nominalizações em *-ada*. **Revista Letras**. Curitiba: Editora UFPR. n. 81, maio/agosto de 2010. p. 99-122.

_____. Considerações sobre o prefixo *re-*. **Alfa**, n. 56 (2), São Paulo, 2012. p. 583-610.

MINUSSI, Rafael. **Os sabores do nome**: um estudo sobre a seleção de argumentos e as nominalizações do hebraico. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MONTEIRO, José. **Morfologia Portuguesa**. 3 ed. Campinas, SP: Pontes, 1991.

NAVES, Rozana. Interface Sintaxe-Semântica: A Questão dos Predicados Psicológicos e Causativos. **Anais do XXI Encontro Nacional da ANPOLL**. São Paulo, 2006.

OLIVEIRA, Déborah Christina. **Nominalizações no Português do Brasil**: Aspectos Morfossintáticos e Semânticos. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

_____. Nominalizações de evento/processo e nominalizações de resultado: diferenças estruturais. **Revista de Estudos da Linguagem**. v. 14, n. 2, jul/dez de 2006. p. 491-502.

OLIVEIRA, Déborah Christina; SALLES, Heloísa. A categoria tempo em nominais. **Anais do IX Encontro do CELSUL**. Palhoça, Universidade do Sul de Santa Catarina, 2010.

OLIVEIRA, Roberta. **Semântica formal**: uma breve introdução. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001.

OLIVEIRA, Solange. Os sufixos nominalizadores -ção e -mento. **Estudos Linguísticos**. Volume XXXVI, n. 1. Janeiro-abril, 2007. p. 88-96.

_____. **Aspectos da Derivação Prefixal Sufixal no Português do Brasil**. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

PICALLO, Carme. Nominals and Nominalizations in Catalan. **Probus**. n. 3, 1991, p. 279-316.

PIÑANGO, Maria; MACK, Jennifer; JACKENDOFF, Ray. **Semantic Combinatorial Processes in Argument Structure**: Evidence from Light-Verbs. Manuscrito.

RADFORD, Andrew. **Syntactic theory and the structure of English**: A minimalist approach. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 1997.

RITTER, Elizabeth. Two functional categories in Noun Phrase: Evidence from modern Hebrew. In: ROTHSTEIN, Susan; ANDERSON, Stephen (Org.). **Syntax and Semantics**: Perspectives on Phrase Structure. New York: Academic Press, 1991. p. 37-62.

ROCHA, Luiz Carlos. **Estruturas Morfológicas do Português**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999a.

_____. As nominalizações no português do Brasil. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 8, n. 1, Belo Horizonte, jan./jun, 1999b. p. 5-51.

RODRIGUES, Aryon. Morfologia do Verbo Tupi. **Letras**. Curitiba, n. 1, 1953. p. 121-152.

_____. **Línguas brasileiras**: para o conhecimento das línguas indígenas. Ed. Loyola: São Paulo, 1994.

_____. Argumento e predicado em Tupinambá. **Boletim da ABRALIN**, 19, 1996. p. 57-66.

SADLER, Louisa; NORDLINGER, Rachel. Nominal Tense with Nominal Scope: a Preliminary Sketch. **Proceedings of the LFG01 Conference**. University of Hong Kong, CSLI Publications, 2001.

SEKI, Lucy. **Gramática do Kamaiurá** – Língua Tupi-Guarani do Alto Xingu. Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

SALLES, Heloísa. Nominalizações e Orações: A Hipótese da Equivalência entre Sintagmas Determinantes e Sintagmas Oracionais. In: SALLES, Heloísa (Org.). **Revista da Pós-graduação em Linguística**. Brasília: UnB, n. 7, 2003. p. 95-106.

SANDMANN, Antônio José. **Formação de Palavras no Português Brasileiro Contemporâneo**. Curitiba: Editora da UFRP / Ícone Editora, 1988.

_____. **Morfologia Geral**. São Paulo: Contexto, 1991.

SANTOS, Carla Maria. **Os sufixos -ção e -mento na construção de nomes de ação e de processo**: Contribuições à prática lexicográfica. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

_____. **Perspectivas teóricas da morfologia construcional no estudo das aproximações e diferenças entre -ção e -mento**. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SANTOS, Gélsama Mara. **Morfologia kuikuro**: gerando nomes e verbos. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

SCHER, Ana Paula. Quais são as propriedades lexicais de uma construção com verbo leve? In: MÜLLER, Ana Lúcia; NEGRÃO, Esmeralda; FOLTRAN, Maria José (Org.). **Semântica Formal**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 205-219.

_____. **As Categorias Aspectuais e a Formação de Construções com o Verbo Leve DAR**. Trabalho apresentado na Reunião do GT de Teoria da Gramática no XIX Encontro Nacional da ANPOLL, 2004a.

_____. **As construções com verbo leve dar e nominalizações em -ada no português do Brasil**. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004b.

_____. Nominalizações em -ada em Construções com o Verbo Leve dar em Português Brasileiro. **Letras de Hoje**. Porto Alegre, v. 41, n. 1, 2006. p. 29-48.

SCHER, Ana Paula; MEDEIROS, Alessandro; MINUSSI, Rafael. Estrutura Argumental em Morfologia Distribuída. In: NAVES, Rozana; SALLES, Heloísa.

Estudos Formais da Gramática das Línguas Naturais. Goiânia: Cãnone Editorial, 2011. p. 175-197.

SCHMITT, Cristina. **Aspect and the Syntax of Noun Phrases.** Tese de Doutorado. Universidade de Maryland, 1996.

SILONI, Tal. **Noun Phrases and Nominalizations: The Syntax of DPs.** Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1997.

SLEEMAN, Petra; BRITO, Ana Maria. Nominalization, Event, Aspect, and Argument Structure: a Syntactic Approach. In: DUGUINE, Maia; HUIDOBRO, Susana; MADARIAGA, Nerea (Org.). **Argument Structure from a Crosslinguistic Perspective.** Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 2010. p. 113-130.

SOUZA, Janderson Luiz. **A distribuição semântica dos substantivos deverbais em -ção e -mento no português do Brasil:** Uma abordagem cognitiva. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SZABOLCSI, Anna. The Possessor that Ran away from Home. **The Linguistic Review.** n. 3(1), 1983. p. 89-102.

_____. The Noun Phrase. In: F. KIEFER; K. KISS (Org.). **The Syntactic Structure of Hungarian.** Syntax and Semantics 27. San Diego, Ca: Academic Press, 1994. p. 179-264.

TICIO, Maria Emma. **On the structure of DPs.** Tese de Doutorado. Universidade de Connecticut, Connecticut, 2003.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **O aspecto verbal em português:** a categoria e sua expressão. Uberlândia: UFU, 1985.

VENDLER, Zeno. Verbs and Times. In: **Linguistics in philosophy,** 1967. p. 97-121.

VIEIRA, Ilda Maria. **As nominalizações deverbais em -da no português europeu.** Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade do Porto, Porto, 2009.

ZUBIZARRETA, Maria Luisa. **Levels of Representation in the Lexicon and in the Syntax.** Dordrecht: Foris, 1987.